



ELEIÇÕES NACIONAIS 2026:

calendários, contextos, cenários, disputas nacionais e regionais

Grupo de Análise de Conjuntura “Padre Thierry Linard” – CNBB¹

6 de junho de 2026²

INTRODUÇÃO

A crise contemporânea das democracias talvez seja um dos fenômenos políticos mais complexos e decisivos do século XXI. Durante décadas, especialmente após o fim da Guerra Fria, consolidou-se no Ocidente a impressão de que a democracia liberal havia triunfado de forma definitiva como modelo político universal. A queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e a expansão das economias de mercado produziram uma sensação histórica de inevitabilidade democrática. Imaginava-se que o mundo caminharía progressivamente para sociedades mais abertas, pluralistas, institucionais e tolerantes. A realidade, entretanto, mostrou-se muito mais contraditória.

O que se observa atualmente não é exatamente o desaparecimento formal das democracias, mas um **processo lento, contínuo e sofisticado de erosão democrática**. Trata-se de uma mutação profunda do autoritarismo

¹ Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros e assessores da Conferência, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina (MA), Frei Jorge Luiz Soares da Silva – assessor de relações institucionais e governamentais da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (in memoriam), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Adalmir Marquetti – PUC/Rio Grande do Sul, Maria Cecília Pilla – PUC/Paraná, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Ricardo Ismael – PUC/Rio, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, José Geraldo de Sousa Júnior – UnB e Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP).

² Memória de São Marcelino Champagnat, fundador do Instituto dos Irmãos Maristas.





contemporâneo. Diferentemente das experiências clássicas do século XX — marcadas por golpes militares explícitos, fechamento abrupto dos parlamentos, suspensão aberta das constituições e repressão ostensiva —, os novos autoritarismos frequentemente operam dentro das próprias estruturas democráticas. Mantêm-se eleições, preservam-se instituições formais, conservam-se tribunais, parlamentos e constituições. Contudo, o conteúdo democrático vai sendo gradualmente corroído³.

Esse é talvez o aspecto mais inquietante do fenômeno atual: o **autoritarismo moderno aprende a sobreviver utilizando a própria linguagem da democracia**.

Lideranças autoritárias contemporâneas raramente se apresentam como inimigas da democracia. Pelo contrário. Apresentam-se como seus verdadeiros intérpretes. Alegam representar “o povo real” contra elites corruptas, instituições supostamente decadentes, imprensa desacreditada, sistemas judiciais vistos como obstáculos ou minorias percebidas como ameaças culturais. O discurso autoritário deixa de rejeitar a soberania popular; passa a reivindicá-la de maneira absoluta e personalizada.

Nesse contexto, **emerge uma transformação perigosa da própria ideia de representação política**. O governante deixa de ser um mandatário submetido a limites institucionais e passa a se apresentar como encarnação direta da vontade popular. Qualquer oposição institucional passa então a ser interpretada não como funcionamento normal do sistema democrático, mas como sabotagem, conspiração ou traição.

A consequência disso é profunda: os mecanismos de freios e contrapesos — fundamentais às democracias constitucionais — começam a ser vistos como obstáculos ilegítimos à vontade majoritária.

³ Ver ANIEVAS, Alexander; SAULL, Richard (Eds.). *The Far-Right in World Politics*. Londres: Routledge, 2024.





É precisamente nesse ambiente que prosperam os fenômenos contemporâneos de **iliberalismo político, populismos radicais e democracias de baixa intensidade institucional**. Em vários países, verifica-se o fortalecimento de governos que preservam a ritualística eleitoral, mas enfraquecem progressivamente garantias fundamentais, autonomia institucional, liberdade de imprensa, pluralismo político e independência judicial.

O problema não reside apenas em governos específicos. **O fenômeno é estrutural e internacional.**

A ascensão desses movimentos está profundamente associada às transformações econômicas, tecnológicas e culturais das últimas décadas. A globalização ampliou riqueza em escala mundial, mas também produziu profundas desigualdades sociais, precarização do trabalho, perda de referenciais identitários e crescente sensação de insegurança coletiva. Em muitos países, **parcelas significativas da população passaram a experimentar sentimentos persistentes de abandono, ressentimento e desconfiança em relação às instituições tradicionais.**

Ao mesmo tempo, as redes digitais alteraram radicalmente a forma de produção da esfera pública.

Durante boa parte do século XX, o debate democrático era mediado por instituições relativamente estabilizadas: imprensa profissional, universidades, partidos políticos, sindicatos, organizações religiosas, intelectuais públicos e sistemas educacionais. Esses mecanismos funcionavam, com todas as suas limitações, como filtros institucionais da circulação de informações e da construção do debate público.

A revolução digital fragmentou esse ecossistema. As redes sociais transformaram a política em um ambiente permanentemente emocionalizado, acelerado e hiperfragmentado. O algoritmo privilegia indignação, simplificação e conflito. A lógica do engajamento digital recompensa conteúdos radicais,





moralizantes e polarizadores. A consequência é a deterioração gradual das condições cognitivas necessárias ao funcionamento democrático.

A democracia depende de algo extremamente delicado: a existência mínima de uma realidade compartilhada. Quando sociedades deixam de compartilhar fatos básicos, parâmetros comuns de verdade e mecanismos mínimos de confiança pública, o espaço deliberativo começa a se dissolver. A política deixa de operar prioritariamente no campo racional-programático e passa a funcionar sobretudo através de identidades emocionais.

Isso altera profundamente o significado das eleições contemporâneas. As disputas eleitorais tornam-se cada vez menos competições entre projetos administrativos ou programas de governo e cada vez mais conflitos existenciais entre identidades políticas absolutizadas. O adversário deixa de ser percebido como concorrente legítimo dentro da ordem democrática e passa a ser tratado como ameaça moral à própria existência da sociedade.

Esse talvez seja um dos sinais mais graves da deterioração democrática contemporânea: **a transformação da divergência política em hostilidade existencial**. Em ambientes altamente polarizados, cresce a tolerância social ao autoritarismo seletivo. Muitos cidadãos passam a admitir violações institucionais, restrições de direitos ou relativizações democráticas desde que dirigidas contra “o outro lado”. A defesa abstrata da democracia perde força diante do desejo imediato de neutralização do adversário político.

A história demonstra, porém, que democracias raramente colapsam de maneira instantânea. Seu enfraquecimento costuma ocorrer por acumulação gradual de pequenas erosões normalizadas socialmente. A deterioração democrática avança quando práticas inicialmente excepcionais se tornam habituais; quando discursos antes considerados intoleráveis passam a integrar a normalidade política; quando o ódio substitui o dissenso e quando a sociedade se acostuma à degradação institucional.





Há ainda um aspecto particularmente sensível nesse cenário: a **crescente crise de legitimidade das próprias democracias liberais**. Em muitos países, amplos setores sociais passaram a associar democracia não à participação efetiva, mas à ineficiência, corrupção, burocracia e incapacidade decisória. Governos democráticos frequentemente parecem lentos diante de crises econômicas, insegurança pública, fluxos migratórios, transformações culturais aceleradas e instabilidade social. Lideranças autoritárias exploram exatamente essa percepção. Oferecem respostas simples para sociedades complexas. Prometem ordem diante do caos, autoridade diante da fragmentação e segurança diante da incerteza.

É precisamente aí que reside o apelo contemporâneo do autoritarismo. O **autoritarismo não cresce apenas pelo medo**. Cresce também pela fadiga democrática. Sociedades cansadas de instabilidade, polarização e crises permanentes frequentemente tornam-se mais receptivas a discursos de força, simplificação e centralização do poder. O problema é que soluções politicamente simples para problemas estruturalmente complexos quase sempre exigem redução de pluralismo, limitação de direitos e enfraquecimento institucional.

E é justamente nesse ponto que as eleições do presente e do futuro assumem **centralidade histórica**. As próximas décadas provavelmente serão marcadas por disputas cada vez mais intensas entre modelos distintos de organização política. De um lado, projetos comprometidos com pluralismo, institucionalidade, diversidade e limitação constitucional do poder. De outro, lideranças que reivindicam legitimidade direta, autoridade concentrada e redução dos mecanismos tradicionais de mediação democrática.

Não se trata de afirmar que toda liderança forte seja necessariamente autoritária, nem que todas as democracias estejam condenadas ao colapso. O problema é mais sofisticado, pois se trata da crescente normalização cultural de práticas iliberais dentro de sistemas formalmente democráticos.





Esse é o verdadeiro desafio contemporâneo. A sobrevivência das democracias não dependerá apenas da existência de eleições periódicas. Dependerá da capacidade das sociedades de preservarem cultura democrática, confiança institucional, tolerância política, compromisso com direitos fundamentais e disposição coletiva para aceitar limites ao próprio poder. Porque **a democracia exige algo extremamente difícil: conviver com a divergência sem destruir o outro.**

E talvez seja exatamente essa capacidade civilizatória que esteja hoje sob maior ameaça no mundo contemporâneo.

É a partir dessa chave de leitura que oferecemos este texto que quer ser ponte de diálogos e de construção de encontros, a partir da Igreja e sua missão, especialmente neste ano tenso e intenso com eleições nacionais no segundo semestre. À luz da Doutrina Social da Igreja, a análise de conjuntura não pode limitar-se à descrição superficial dos fatos sociais, políticos, econômicos e culturais. Ela exige uma leitura mais profunda da realidade histórica, entendida como lugar teológico no qual a dignidade humana, o bem comum e a vocação dos povos são continuamente colocados à prova.

Já no Concílio Vaticano II se recordava que é dever da Igreja e de todos os cristãos “ouvir, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo” à luz da Palavra de Deus, para que a verdade revelada possa iluminar concretamente os caminhos da humanidade⁴. Também a recente encíclica do Papa Leão XIV, *Magnifica Humanitas*, retoma esta tradição ao afirmar que a história é o espaço onde o Evangelho interpela e acompanha a experiência humana, convidando a Igreja e a sociedade a “individuar novos caminhos para o bem comum e a promoção de uma vida digna para todos”⁵.

⁴ CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes*: constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 1965, n. 44.

⁵ LEÃO XIV. *Magnifica Humanitas*: sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial. Vaticano, 2026, n. 2. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>. Acesso em 26 mai. 2026.





Neste horizonte, **os chamados “sinais dos tempos”** não devem ser compreendidos apenas como tendências sociológicas ou movimentos conjunturais, mas como expressões concretas das tensões espirituais, culturais e políticas que atravessam a humanidade em cada época. A própria *Magnifica Humanitas* adverte que vivemos uma “mudança de época”, marcada por profundas transformações tecnológicas, econômicas e antropológicas, nas quais a humanidade corre simultaneamente o risco da desumanização e a possibilidade de reconstruir formas mais fraternas de convivência⁶. Por isso, a leitura cristã da realidade exige lucidez diante das estruturas de poder, atenção às novas desigualdades e discernimento sobre os rumos do desenvolvimento contemporâneo. Não basta identificar crises políticas ou disputas eleitorais. É necessário perguntar, como provoca a encíclica: **“Para onde vamos? Para que meta desejamos orientar-nos? Que direção escolher enquanto comunidade humana e enquanto povos?”**⁷.

A Doutrina Social da Igreja compreende, assim, a análise da realidade como um exercício ético, espiritual e comunitário. Não se trata de uma observação neutra dos acontecimentos, mas de um discernimento comprometido com a justiça, a dignidade humana e a fraternidade social. A *Magnifica Humanitas*, da mesma forma, insiste que a Igreja deve caminhar com a humanidade na concretude da história, reconhecendo a autonomia das realidades terrenas, mas também oferecendo critérios para distinguir aquilo que humaniza daquilo que degrada a vida humana⁸. Nesse sentido, analisar a conjuntura significa perceber os conflitos, as exclusões, os medos coletivos e as novas formas de poder, sem perder de vista a esperança histórica fundada no Evangelho. Trata-se, em última análise, de compreender se estamos construindo uma nova “Babel”, marcada

⁶ Idem, MH, nn. 4-6.

⁷ MH, n. 6.

⁸ MH, nn. 19-27.





pela concentração de poder, pela exclusão e pela lógica da dominação, ou se somos capazes de reconstruir, como Neemias, uma cidade baseada na responsabilidade partilhada, no diálogo e no bem comum (MH, nn. 7-10).

Esta análise de conjuntura procura oferecer elementos para compreender o ambiente político que antecede as eleições, identificando tendências, riscos, oportunidades e desafios que influenciarão o comportamento do eleitorado, a atuação das instituições e a dinâmica dos diversos atores políticos. Inspirada pela tradição da Igreja, a reflexão busca ultrapassar a descrição imediata dos fatos para examinar os processos mais profundos que moldam a realidade brasileira e internacional.

O **primeiro capítulo** apresenta uma linha do tempo das eleições nacionais de 2026, destacando os principais marcos do calendário eleitoral estabelecido pela Justiça Eleitoral. São analisadas as etapas fundamentais do processo, desde a janela partidária e a definição das candidaturas até o período de campanha, propaganda eleitoral, debates e realização dos turnos de votação. O objetivo é oferecer uma visão organizada do cronograma que orientará a disputa política ao longo do ano.

O **segundo capítulo** examina o perfil do eleitorado brasileiro. A partir de dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral, são analisadas as transformações demográficas, regionais, educacionais e sociais que caracterizam o corpo eleitoral do país. O texto aborda a distribuição geográfica dos eleitores, a participação das mulheres, o envelhecimento da população, as mudanças geracionais e os principais temas que mobilizam a sociedade brasileira, contribuindo para a compreensão das bases sociais da disputa eleitoral.

O **terceiro capítulo** dedica-se à análise da conjuntura política atual, tanto internacional quanto nacional. No plano internacional, são discutidas as transformações da ordem global, a crescente multipolaridade, os conflitos geopolíticos, as disputas entre Estados Unidos e China, a crise no Oriente Médio e





seus reflexos sobre a América Latina e o Brasil. O texto procura demonstrar como as mudanças na distribuição do poder mundial influenciam diretamente o ambiente político e econômico brasileiro.

Ainda no âmbito da conjuntura política, o documento examina as **transformações do sistema político nacional**. São abordados temas como a reconfiguração do presidencialismo de coalizão, o fortalecimento do Congresso Nacional, o papel das emendas parlamentares, a ascensão dos governadores como atores nacionais, a reorganização das direitas e esquerdas brasileiras, o papel das instituições de controle, a influência das redes digitais e os desafios da representação política em um ambiente de crescente fragmentação social e ideológica.

Nos **capítulos seguintes**, a análise aprofunda os principais fatores que poderão influenciar o processo eleitoral de 2026. São examinados o cenário econômico, as condições fiscais do Estado brasileiro, o comportamento da inflação, do emprego e da renda; os desafios da segurança pública e do crime organizado; as questões ambientais e climáticas; os impactos das novas tecnologias e da inteligência artificial sobre a política; o papel das religiões na esfera pública; as disputas culturais e identitárias; além das dinâmicas regionais que atravessam as diferentes unidades da Federação.

O texto também dedica atenção especial aos **cenários eleitorais** propriamente ditos. São analisadas as possíveis candidaturas presidenciais, as estratégias dos principais partidos e federações, a composição das alianças políticas, os movimentos do centro político, da direita e da esquerda, bem como os fatores capazes de influenciar a decisão do voto. Aqui a tarefa é tentar compreender não apenas quem disputa o poder, mas quais projetos de país estão em confronto e quais visões de Estado, democracia e desenvolvimento estarão em debate perante a sociedade brasileira.





Por fim, a análise procura oferecer elementos para um **discernimento responsável** diante do processo eleitoral. Em um contexto marcado pela polarização, pela desinformação e pela erosão da confiança pública, o desafio democrático consiste em preservar espaços de diálogo, fortalecer as instituições e reafirmar o compromisso com a dignidade humana, o bem comum e a convivência democrática. As eleições de 2026 serão, simultaneamente, um teste para as instituições brasileiras e uma oportunidade para a sociedade refletir sobre o futuro que deseja construir.

Eleições são um caso de amor (e, infelizmente, de ódio)! Mais que escolhas, submetemos nós mesmos neste momento, às nossas decisões que pressupõem liberdade e responsabilidade. Ao refletir sobre “o que é amar um país”, o cardeal português José Tolentino Mendonça propõe-nos uma ideia profundamente contrária ao nacionalismo agressivo ou à idolatria política. Para ele “amar uma nação” não é escondê-la atrás de mitos heroicos, mas reconhecê-la na sua vulnerabilidade, nas suas feridas e nas suas contradições⁹. Para ele, um país pode ser amado “pela força ou pela fragilidade”, sendo este segundo caminho o mais humano e verdadeiro.

No Brasil, esse pensamento pode iluminar um dos maiores desafios das eleições contemporâneas. Estamos diante da difícil tarefa de transformar as disputas políticas em um exercício de responsabilidade coletiva, e não em uma guerra moral permanente entre inimigos irreconciliáveis, com a liberdade que o voto exige. O país parece muitas vezes incapaz de admitir suas próprias fragilidades institucionais, sociais e democráticas sem cair imediatamente na lógica do ódio ou da negação. **Precisamos reamar e desarmar o Brasil e os brasileiros!**

As eleições brasileiras carregam hoje um ambiente de exaustão emocional, radicalização digital e erosão da confiança pública. Em vez da política servir como

⁹ MENDONÇA, José Tolentino. *O que é Amar um País*. O Poder da Esperança. Lisboa, Quetzal Editores, 2020.





espaço de mediação democrática, ela frequentemente se converte em palco de ressentimentos, desinformação e culto personalista. Nesse contexto, a reflexão de Tolentino Mendonça ganha enorme atualidade ao insistir que o amor a um país exige fraternidade concreta, compaixão pública e capacidade de reconhecer o sofrimento coletivo. O desafio brasileiro talvez esteja exatamente aí: construir uma democracia que não dependa da destruição simbólica do adversário para sobreviver. Uma eleição saudável não deveria apenas escolher governantes, mas reafirmar a possibilidade de convivência nacional em meio às diferenças.

Há ainda um ponto particularmente delicado no Brasil de 2026. A **enorme e permanente tentação de reduzir a política a slogans, símbolos ou performances ideológicas**. Tolentino Mendonça alerta implicitamente contra esse risco ao sugerir que amar um país não é congelá-lo numa “imagem de glória”, mas aceitar que ele está submetido à história, às crises e às imperfeições humanas. Talvez o grande teste democrático brasileiro seja justamente saber se a eleição será capaz de fortalecer laços mínimos de pertencimento comum ou se aprofundará a fragmentação social já instalada. Porque uma democracia deixa de adoecer não quando elimina os conflitos, mas quando consegue impedir que eles destruam completamente a ideia de comunidade nacional em torno do **bem comum**¹⁰.

¹⁰ Na tradição da Doutrina Social da Igreja, o “bem comum” está diretamente ligado à dignidade da pessoa humana, à solidariedade e à subsidiariedade. Por isso, ele não pode ser reduzido apenas ao crescimento econômico ou à estabilidade institucional. Uma sociedade pode crescer economicamente e, ainda assim, afastar-se do bem comum se produzir exclusão, desigualdade extrema, violência ou descarte humano. A definição clássica e mais citada aparece no Concílio Vaticano II, especialmente na constituição pastoral *Gaudium et Spes*: “O bem comum compreende o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição.” (cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes*: constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 1965. n. 26). São João XXIII, na encíclica *Mater et Magistra*, reforça que o bem comum exige participação social e distribuição justa das riquezas, cf. JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. São Paulo: Paulinas, 1961. Já São João Paulo II insistirá que o bem comum possui também uma dimensão moral e democrática, porque depende da responsabilidade coletiva e da proteção dos mais vulneráveis, cf. JOÃO PAULO II. *Centesimus Annus*. São Paulo: Paulinas, 1991. Ver ainda PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011, nn. 164-170. Na *Magnifica Humanitas*, “O bem comum é um *plus*, resultado da interação e da influência





1. UMA LINHA DO TEMPO DAS ELEIÇÕES NACIONAIS DE 2026

Em outubro deste ano o eleitorado brasileiro, composto por mais de 156 milhões de brasileiras e brasileiros¹¹, incluindo residentes no país e no exterior, terá mais uma vez a oportunidade de votar para presidente da República, governador de estado e do Distrito Federal, Senado Federal (02 senadores), Câmara dos Deputados (01 deputado federal) e Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, este caso apenas no Distrito Federal (01 deputado estadual ou 01 deputado distrital). As eleições nacionais são fundamentais para que o país possa discutir desafios urgentes e inadiáveis; entre eles destacam-se questões como pobreza, desigualdade, limitações na oferta de serviços sociais (saúde, educação, transporte, moradia, saneamento básico, entre outros), da segurança pública, do crescimento econômico e da preservação do meio ambiente. Além disso, ganha relevância no debate os caminhos para o fortalecimento dos princípios democráticos e republicanos, tão importantes para os alicerces de uma nação desenvolvida. Também se trata de ocasião propícia para ampliar a diversidade na representação política das casas legislativas, especialmente das mulheres, das pessoas negras e da população indígena.

O calendário das eleições nacionais de 2026 foi definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), através da Resolução Nº 23.760, de 02 de março de 2026¹². Ele define as etapas do processo eleitoral em curso e orienta as ações dos partidos políticos, candidatas e candidatos, e do eleitorado em geral.

recíproca que liga diversas ações, iniciativas, esforços e decisões. A simples soma dos bens individuais não poderia explicar a existência deste *plus* que os ultrapassa e, ao mesmo tempo, os enriquece", cf. MH, n. 61.

¹¹ Cf. TSE. Disponível em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado>. Acesso em 25 mai. 2026.

¹² Cf. TSE. Disponível em <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2026/resolucao-no-23-760-de-2-de-marco-de-2026>. Acesso em 25 mai. 2026.





O Quadro 1 procura identificar as principais deliberações da justiça eleitoral e respectivas datas associadas¹³. **É possível destacar três períodos relevantes.** No primeiro deles, entre **março e início de agosto**, temos uma série de eventos relacionados à definição dos candidatos e candidatas envolvidos, e das alianças eleitorais nacionais e estaduais. A janela de migração partidária¹⁴, que ocorreu entre 05/03 e 03/04, permitiu que detentores de mandato nas casas legislativas pudessem mudar de partido político. O fim do prazo de desincompatibilização para ocupantes de cargo público que desejam concorrer nas eleições nacionais¹⁵, ocorrido em 04/04, teve, por exemplo, repercussão na definição dos pré-candidatos à presidência da República. A realização das convenções partidárias, entre 20/07 e 05/08, encerra esta fase, com a apresentação dos aspirantes aos diferentes cargos em disputa, e das forças políticas e sociais que apoiam lideranças políticas nas disputas através do sistema eleitoral majoritário¹⁶ (presidente da República, governador e senadores), e sistema proporcional (deputado federal e deputado estadual).

Um **segundo período teve início em 15 de maio**, com a possibilidade de pré-candidatas e pré-candidatos iniciarem campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo. Dia 16/06 foi fixada como data-limite para que o TSE divulgue a distribuição, por partido político, do montante de recursos disponíveis no Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral. Dia 21/08 foi determinado como data-limite para divulgação pelo TSE dos percentuais de candidaturas femininas, de pessoas negras e indígenas por partido político, calculados sobre o total de candidaturas, que

¹³ (<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Marco/eleicoes-2026-confirma-as-principais-datas-do-calendario-eleitoral>)

¹⁴ (<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Marco/eleicoes-2026-janela-partidaria-comeca-nesta-quinta-feira-5>).

¹⁵ (<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/desincompatibilizacao>)

¹⁶ Ver Jairo Nicolau. Sistemas Eleitorais. 6ª. Edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.





devem orientar a destinação dos recursos controlados pelos partidos políticos (fundo partidário e FEFC). É bom lembrar que o financiamento eleitoral é tema fundamental no processo eleitoral brasileiro, pois se trata de aspecto recorrente da desigualdade entre os postulantes aos cargos eletivos.

Um último período, **entre agosto e outubro**, será marcado pelas campanhas nas ruas e na internet, debates entre candidaturas majoritárias nos meios de comunicação, a propaganda eleitoral no rádio e TV, conversas nas escolas, no trabalho, na família, nos grupos de amigos, etc. A disputa eleitoral ingressa no cotidiano da população. Candidatas e candidatos procuram conquistar a confiança da sociedade. Racionalidades, interesses, desejos, afetos e esperanças compõem um mosaico nacional complexo. É o momento da decisão do voto¹⁷. O primeiro turno das eleições nacionais irá ocorrer no dia 04/10. No caso das eleições para as casas legislativas (Congresso Nacional e Assembleias Legislativas Estaduais, além da Câmara Legislativa do Distrito Federal), será o desfecho da disputa, pois tudo fica resolvido em turno único. Nas eleições majoritárias (presidente e governador), quando nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta dos votos válidos no primeiro turno, os dois candidatos mais votados nesta etapa se enfrentarão numa rodada final, prevista para 25/10.

A atuação dos Tribunais Regionais Eleitorais (um em cada estado da federação e no Distrito Federal) e do Tribunal Superior Eleitoral são decisivas para assegurar lisura e legitimidade das eleições nacionais em todas as etapas sublinhadas, e para garantir que o eleitorado possa se manifestar livremente e com segurança no dia da eleição. O TSE é composto por sete membros, sendo atualmente presidido pelo Ministro do STF Kassio Nunes Marques¹⁸.

¹⁷ Ver Marcus Figueiredo. *Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. São Paulo, Humanitas, 2008.

¹⁸ (<https://www.tse.jus.br/institucional/ministros/ministro-kassio-nunes-marques>).





Quadro 1 - Datas Principais do Calendário Eleitoral – março a outubro de 2026

Data	Deliberação do Tribunal Superior Eleitoral
05/03	Início da janela de migração partidária, com encerramento previsto para 03/04, quando será permitida a mudança de partido político por parte de deputadas e deputados federais, estaduais e distritais para concorrer às eleições sem perda do mandato atual;
04/04	Data final para que Presidente da República, Governadoras ou Governadores de Estado e do Distrito Federal e Prefeitas e Prefeitos renunciem aos respectivos mandatos, caso pretendam concorrer a outros cargos;
06/05	Fim do prazo para tirar o título de eleitor;
15/05	As pré-candidatas e pré-candidatos poderão iniciar a campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo;
16/06	Data-limite para o TSE divulgar o montante de recursos disponíveis no Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que beneficiará especialmente os partidos políticos com maior representação na Câmara dos Deputados, de acordo com a Lei 9.504/97;
20/07	Início das convenções partidárias, que deverão ocorrer até 5/08, nas quais partidos e federações irão deliberar sobre coligações e escolher candidatas e candidatos que concorrerão aos cargos de presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, senador e respectivos suplentes, bem como aos cargos de deputado federal, estadual e distrital nas eleições de 2026;
09/08	Início dos debates presidenciais;
15/08	Último dia para registro de candidaturas na justiça eleitoral;





16/08	Início da propaganda eleitoral nas ruas e na internet;
21/08	Data-limite para que o TSE divulgue os percentuais de candidaturas femininas, de pessoas negras e indígenas por partido político, calculados sobre o total de candidaturas, para a destinação dos recursos do fundo partidário e do FEFC;
28/08	Início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, com encerramento previsto para 01/10;
14/09	Último dia para o pedido de substituição de candidatas ou de candidatos para os cargos majoritários e proporcionais, exceto se a substituição decorrer de falecimento, caso em que poderá ser efetivado após esta data;
28/09	Último dia para o registro, no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), das pesquisas de opinião pública realizadas em data anterior ao dia das eleições, que se pretenda divulgar no dia das eleições, no horário legalmente permitido;
01/10	Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, para realização de comícios e de debates nos meios de comunicação;
04/10	Primeiro turno das eleições para presidência da República e governos estaduais. Turno único para eleições do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas Estaduais;
25/10	Segundo turno, quando houver necessidade nas eleições para presidência da República e governos estaduais.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral¹⁹;

¹⁹ <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2026/resolucao-no-23-760-de-2-de-marco-de-2026>





2. PERFIL DO ELEITORADO BRASILEIRO

No último dia 06 de maio chegou ao final o prazo do alistamento eleitoral, o que deve ter contribuído para o aumento do colégio eleitoral brasileiro. Ainda não estão disponíveis os dados referentes a esta nova atualização. Desta forma, **vamos trabalhar com as estatísticas do eleitorado relacionadas ao ano de 2024**, onde ocorreram eleições municipais, por se tratar de uma base de dados consolidada.

A Tabela 1 mostra que as regiões Nordeste e Sudeste possuem maior participação no eleitorado nacional, com quase 28% e 43%, respectivamente. Não por acaso as duas regiões são decisivas para os candidatos à presidência da República. Em seguida aparecem as regiões Sul (14,7%), Norte (8,3%) e Centro-Oeste (6,3%).

Tabela 1 – Distribuição do Eleitorado Brasileiro por Grandes Regiões – 2024

Região	Eleitorado	Participação (%)
Todas	155.912.680 (*)	100
Centro-Oeste	9.747.379	6,25
Nordeste	43.302.692	27,78
Norte	12.987.166	8,33
Sudeste	66.906.335	42,91
Sul	22.969.108	14,73

Fonte: TSE, 2026²⁰.

²⁰ Disponível em <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?session=16979820725935>. Acesso em 20/05/2026. (*) Não está computado o eleitorado com domicílio eleitoral no exterior.





A Tabela 2 destaca os dez maiores estados da federação por número de eleitores. São Paulo mantém a dianteira nacional com aproximadamente 22% do total de eleitores, seguido de Minas Gerais (10,6%), do Rio de Janeiro (8,4%) e da Bahia (8,4%). Um segundo bloco é liderado pelo Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Ceará. Finalmente, registramos a presença dos estados do Pará e Santa Catarina. Os resultados das eleições nestes estados terão forte impacto na formação das bancadas partidárias na futura Câmara dos Deputados, bem como na eleição presidencial. Além disso, os governadores eleitos são atores políticos naturais no novo cenário pós-eleitoral.

Tabela 2 – Distribuição do Eleitorado Brasileiro entre os Dez Maiores Colégios Eleitorais Estaduais - 2024

Estado	Eleitorado	Participação (%)
Todos	155.912.680 (*)	100
1.São Paulo	34.403.609	22,07
2.Minas Gerais	16.469.155	10,56
3.Rio de Janeiro	13.033.929	8,36
4.Bahia	11.283.507	7,24
5.Rio Grande do Sul	8.682.558	5,57
6.Paraná	8.645.891	5,55
7.Pernambuco	7.152.871	4,59
8.Ceará	6.935.539	4,45
9.Pará	6.226.373	3,99
10.Santa Catarina	5.640.659	3,62
Dez maiores estados	118.474.091	76,99

Fonte: TSE, 2026²¹.

²¹ Disponível em <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?session=16979820725935>. Acesso em 20/05/2026. (*) Não está computado o eleitorado com domicílio eleitoral no exterior.





A população brasileira tem passado por mudanças nestes mais de quarenta anos de redemocratização, como revela os estudos do IBGE²². O perfil atual do eleitorado nacional reflete tais transformações.

Tomando como referência as estatísticas eleitorais do ano de 2024, disponibilizadas pelo site do TSE na seção “Perfil do Eleitorado”, verifica-se que as mulheres correspondem a 52% do eleitorado nacional, e os homens 48% do total²³. É importante ressaltar, porém, as dificuldades que as mulheres ainda encontram para participar do processo eleitoral, e de ocupar assentos nas duas casas do Congresso Nacional. Tomando como referência as eleições de 2022, registra-se a presença de 91 deputadas federais (17,7% do total) e 16 senadoras, o que corresponde a 17,7% e 19,7% do total, respectivamente. Uma baixa participação na comparação internacional²⁴.

A **análise do eleitorado por faixa etária** revela a presença de 20.164.525 eleitores entre 16 e 24 anos, no ano de 2024. Isto representa aproximadamente 12,93% do eleitorado brasileiro. A título de comparação, em 2014 o mesmo grupo correspondia a 23.044.611 eleitores, o que significava 16,14% do total²⁵. Levantamento semelhante sobre a população acima de 60 anos, indica que entre 2010 e 2026 houve um crescimento de 74% neste grupo de eleitores, número cinco vezes maior que o eleitorado como um todo²⁶. O eleitorado brasileiro vive uma transição demográfica, com redução dos jovens e aumento do eleitorado acima de 60 anos. A juventude brasileira está possivelmente mais atenta ao debate sobre a qualidade do ensino público (básico e superior), e a inclusão em um mercado

²² (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>)

²³ (<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?clear=17&session=305883414647377>)

²⁴ (<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/116819/mulheres-ocupam-menos-de-um-quinto-das-vagas-no-congresso-nacional>)

²⁵ (<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?clear=17&session=305883414647377>)

²⁶ (<https://www.poder360.com.br/poder-pesquisas/eleitorado-60-cresce-74-desde-2010-e-chega-a-36-milhoes/>)





de trabalho em grande transformação. Na outra ponta, a amostras população acima dos 60 anos, os temas mais sensíveis devem estar relacionados a saúde pública e previdência social. A título de informação, a pesquisa Quaest, de maio de 2026, revela que as maiores preocupações dos brasileiros e brasileiras são, pela ordem, violência (31%), corrupção (18%), saúde (12%) e economia (12%)²⁷.

O TSE também guarda informações sobre o **grau de instrução do eleitorado brasileiro**. É importante dizer que a base de dados é atualizada nas seguintes situações envolvendo o eleitor: a) cadastra a biometria; b) muda de cidade; c) regulariza pendências; d) altera o nome social; e) informa raça ou gênero; f) tira o primeiro título. Ainda que possa haver alguma imprecisão, a Tabela 3 revela que parte substantiva do eleitorado, mais de 34%, possui poucos anos de escolaridade (soma daqueles com ensino fundamental incompleto, lê e escreve e analfabeto).

Tabela 3 – Distribuição do Eleitorado Brasileiro por Grau de Instrução- 2024

Grau de Instrução	Eleitorado	Participação (%)
Ensino Médio Completo	42.154.620	27,04
Ensino Fundamental Incompleto	35.055.087	22,48
Ensino Médio Incompleto	27.716.058	17,78
Ensino Superior Completo	16.756.310	10,75
Lê e Escreve	10.272.196	6,59
Ensino Fundamental Incompleto	9.989.599	6,41
Ensino Superior Completo	8.370.054	5,37
Analfabeto	5.557.448	3,56

²⁷ <https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/05/GENIALQUAESTMAIO26.pdf>





Não Informado	25.808	0,02
Total	155.912.680	100,00

Fonte: TSE, 2026²⁸.

Sobre a **questão da cor/raça** do eleitorado nacional, a **base de dados ainda é muito limitada**. Isto se deve ao fato de ser uma informação recente no cadastro eleitoral do TSE. Desta forma, no ano de 2024, apenas 10% do eleitorado tinha feito sua autodeclaração²⁹.

Não existe também informações sobre a distribuição do **eleitorado brasileiro por renda** nas estatísticas do TSE, o que se justifica pela dificuldade na coleta e atualização de tais dados. Neste caso, pode ser útil recorrer às amostras adotadas pelos institutos de pesquisa eleitoral. Na eleição de 2022, a Quaest adotou as seguintes proporções: 38% da população com renda até dois salários mínimos, 40% de dois a cinco e 22% acima de cinco. Enquanto, no mesmo ano, o Instituto Datafolha adotou o seguinte: 50% da população com renda até dois salários mínimos, 36% de dois a cinco e 14% acima de cinco³⁰

3. ALGUNS ASPECTOS DA CONJUNTURA ATUAL

3.1 A conjuntura política internacional: a guerra sem fim e o *zugzwang* de Donald Trump

²⁸ Disponível em <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?clear=17&session=305883414647377>. Acesso em 20/05/2026.

²⁹ <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?clear=17&session=305883414647377>.

³⁰ (<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-as-amostras-dos-institutos-por-renda-e-entenda-as-diferencas-entre-as-pesquisas-eleitorais/>).





No xadrez, há situações em que a força das peças já não é suficiente para salvar o jogador. Ele ainda tem material no tabuleiro, ainda conserva capacidade de movimento, ainda pode ameaçar o adversário. Mas a disposição das peças se tornou tão desfavorável que qualquer lance disponível apenas piora sua situação. Essa situação é conhecida como *zugzwang*.

A palavra vem do alemão: *Zug* significa lance ou movimento; *Zwang* significa coerção, obrigação, constrangimento. O *zugzwang* não é apenas uma escolha difícil entre alternativas ruins. É uma posição mais precisa e mais dramática: o jogador é obrigado a mover-se, mas seria melhor não mover. Se pudesse passar a vez, talvez preservasse o equilíbrio. Mas as regras o obrigam a agir, e a ação revela a fragilidade da posição. A obrigatoriedade de jogar força o jogador a expor uma defesa, ceder uma casa importante ou perder uma peça, o que frequentemente resulta na derrota.

A **guerra contra o Irã** colocou Trump diante de uma questão que os Estados Unidos conhecem bem, mas raramente conseguem resolver com facilidade: como sair de um conflito depois que ele começou? A potência norte-americana é capaz de iniciar operações, destruir alvos, impor sanções, bloquear fluxos financeiros e mobilizar aliados. Mas a pergunta decisiva não é apenas como entrar numa guerra. É como encerrá-la sem transformar a saída em derrota, sem deixar um vácuo estratégico e sem reconhecer publicamente que os objetivos iniciais já não podem ser alcançados nos termos em que foram anunciados.

No caso iraniano, essa pergunta se tornou ainda mais difícil. O Irã não é um adversário convencional disposto a capitular diante da superioridade militar americana. É um Estado com longa experiência de sobrevivência sob sanções, com capacidade de adaptação econômica, instrumentos próprios de dissuasão, redes regionais de apoio e uma doutrina estratégica voltada para tornar qualquer vitória americana excessivamente custosa.





É nesse ponto que o *zugzwang*³¹ deixa de ser apenas uma metáfora elegante e passa a descrever a lógica do impasse. Trump precisa mover-se, porque a crise exige decisão. Mas qualquer movimento carrega perdas imensas. Os Estados Unidos podem infligir danos profundos ao Irã, mas isso não significa produzir o resultado político desejado. Podem intensificar a pressão, mas não têm garantia de capitulação. Podem negociar, mas terão de abrir mão de posições importantes. Podem manter o impasse, mas isso prolonga o desgaste e permite que outros atores reorganizem o tabuleiro regional³².

Dentre as alternativas disponíveis, **a negociação para pôr fim à guerra parece a mais racional e o caminho menos destrutivo**. Ela poderia reduzir o risco de uma guerra regional, estabilizar parcialmente o mercado de energia, aliviar a pressão sobre aliados do Golfo e liberar recursos norte-americanos para outras frentes estratégicas, especialmente a competição com a China. Mas uma negociação desse tipo só poderia avançar se fosse construída como acomodação recíproca, não como rendição de uma das partes. Nenhum dos lados poderia aceitar publicamente um acordo apresentado como capitulação: o Irã precisaria preservar a imagem de soberania e resistência; os Estados Unidos, a aparência de firmeza e controle estratégico.

Para o Irã, as condições mínimas envolveriam garantias contra novos ataques, alívio ou suspensão de sanções, preservação de algum grau de soberania sobre seu programa nuclear, retomada de exportações de petróleo, compensações financeiras e reconhecimento prático de seu papel regional. **Para os Estados Unidos**, qualquer acordo exigiria limites verificáveis ao programa nuclear

³¹ Ver a respeito: <https://ksf.openukraine.org/en/categories/publications/cugcvang-trampa-v-irani>

³² A metáfora do tabuleiro remete diretamente à *O Grande Tabuleiro Mundial: A Primazia Americana e Seus Imperativos Geoestratégicos*, Editora Bestbolso / Campus, 1997, obra de Zbigniew Brzezinski, na qual o autor concebe a geopolítica global como um jogo de xadrez disputado no "grande tabuleiro euroasiático". Para Brzezinski, a manutenção da primazia americana dependia da capacidade de impedir que qualquer potência isolada ou coalizão regional assumisse o controle dessa massa continental.





iraniano, contenção da capacidade de mísseis, redução da ação de grupos aliados a Teerã e garantias de segurança para Israel, para as petromonarquias do Golfo e para a navegação em áreas estratégicas como o Estreito de Ormuz.

O problema é que **essas condições se chocam em pontos decisivos**. Aquilo que o Irã precisaria preservar para apresentar o acordo como soberania é justamente aquilo que os Estados Unidos precisariam limitar para apresentar o mesmo acordo como vitória estratégica. A negociação, portanto, não exigiria apenas concessões recíprocas; exigiria transformar objetivos contraditórios em uma fórmula ambígua o suficiente para que nenhum dos lados parecesse derrotado.

Mas a questão é que um acordo realista não impediria a deterioração simbólica da posição estadunidense. Ele poderia reduzir custos materiais, evitar uma guerra mais ampla e estabilizar parcialmente a região, mas ao preço de reconhecer que o Irã não foi vencido. Teerã não seria desmantelado como potência regional. Seu regime não cairia. Sua influência não desapareceria. Sua capacidade de resistência poderia ser limitada, mas não eliminada. Para Trump, isso criaria um problema político evidente: como apresentar como êxito um acordo que, na prática, reconheceria que a política de pressão máxima não produziu a capitulação esperada?

As implicações geopolíticas seriam ainda mais amplas. Uma negociação poderia consolidar a percepção de que os Estados Unidos já não conseguem impor sozinhos a ordem regional. Se outros países — como China, Paquistão, Rússia ou atores do Golfo — participarem direta ou indiretamente da mediação, a centralidade diplomática americana será relativizada. O acordo poderia ser positivo para a estabilidade, mas custoso para a hegemonia. Washington preservaria influência, mas teria de aceitar que já não possui monopólio sobre a arquitetura política do Oriente Médio.





A **segunda alternativa é a escalada militar**. Ela é mais compatível com uma política de força e de confirmação hegemônica. Os Estados Unidos poderiam bombardear instalações nucleares, bases militares, sistemas de defesa, infraestrutura estratégica e centros de comando iranianos. Poderiam demonstrar capacidade destrutiva e tentar impor ao Irã um custo insuportável. Mas essa alternativa confunde destruição com solução.

O Irã se preparou durante décadas para enfrentar adversários militarmente superiores. Suas instalações mais sensíveis foram dispersas, protegidas ou enterradas. Seus sistemas de mísseis são móveis e descentralizados. Sua capacidade de resposta não depende apenas de forças convencionais, mas também de redes regionais de aliados e grupos associados. Sua estratégia não é derrotar os Estados Unidos numa guerra clássica. É tornar qualquer ação americana cara, prolongada e politicamente ambígua.

A escalada militar poderia, portanto, produzir efeitos contrários aos desejados. Um ataque limitado talvez não destruísse as capacidades centrais do Irã e ainda assim provocaria retaliações contra bases estadunidenses, aliados regionais ou rotas energéticas. Um ataque amplo poderia desencadear uma guerra regional. A ameaça ao Estreito de Ormuz afetaria petróleo, gás, fretes, seguros e cadeias globais de abastecimento. O preço econômico de uma guerra poderia chegar rapidamente ao consumidor americano, transformando uma demonstração externa de força em problema doméstico.

Além disso, **uma escalada aproximaria ainda mais o Irã de China e Rússia**. Também constrangeria países que procuram preservar margem de manobra, como Índia, Arábia Saudita e Paquistão. Muitos desses atores não desejam escolher rigidamente entre blocos. Preferem multiplicar relações, negociar caso a caso e preservar autonomia estratégica. Uma ofensiva americana de grande escala **poderia acelerar** exatamente aquilo que Washington deseja evitar: a formação de uma ordem mais multipolar, menos disciplinada pela liderança dos Estados Unidos.





A **terceira alternativa é manter o quadro atual**. Essa talvez seja a opção mais tentadora no curto prazo. Consiste em preservar sanções, bloqueios, ameaças, operações limitadas, pressão diplomática e contenção militar, sem avançar nem para uma negociação abrangente nem para uma guerra total. Politicamente, permite a Trump sustentar o discurso de firmeza sem assumir imediatamente os riscos de uma escalada. Também evita a imagem de concessão que uma negociação inevitavelmente produziria.

Mas manter o quadro atual significa aceitar uma corrosão lenta da posição norte-americana. As sanções desgastam o Irã, mas não o dobraram. A pressão militar limita movimentos, mas não elimina a capacidade iraniana de reação. A tensão permanente mantém aliados em insegurança e mercados em alerta. Enquanto isso, o Irã aprende a viver sob restrição, desenvolve rotas alternativas de comércio, aprofunda relações com parceiros não ocidentais e converte a própria sobrevivência em demonstração de resistência.

A manutenção do impasse também desgasta a credibilidade. Se Washington ameaça constantemente, mas não resolve; se sanciona, mas não obtém capitulação; se bloqueia, mas não controla o desfecho; se pressiona, mas não reorganiza a região, outros atores passam a testar os limites reais do poder estadunidense. A erosão da hegemonia, nesse caso, não ocorre por derrota espetacular, mas por deslocamento gradual. A influência americana vai sendo relativizada por uma sucessão de acomodações, mediações paralelas e políticas externas mais autônomas.

Assim, **as três alternativas revelam custos elevados**. Trump não está escolhendo entre vitória e derrota. Está escolhendo entre diferentes formas de deterioração relativa.

É essa a natureza do *zugzwang*. O problema não é ausência de poder. É excesso de compromissos acumulados, rigidez dos objetivos declarados e transformação do ambiente internacional. Os Estados Unidos continuam capazes





de mover peças importantes, mas já não encontram um lance capaz de estabilizar a posição: cada movimento revela novas vulnerabilidades e aprofunda a deterioração do quadro estratégico.

A conclusão, contudo, exige uma nuance essencial. No jogo de xadrez, o *zugzwang* pressupõe que as regras do jogo sejam estáveis. O tabuleiro permanece o mesmo. As peças têm movimentos definidos. O jogador está preso porque precisa mover-se dentro de regras perenes.

Na geopolítica, entretanto, o jogo não permanece igual. As regras mudam porque a distribuição de poder muda. E é exatamente isso que torna a situação norte-americana mais complexa. O problema dos Estados Unidos não é apenas estar em uma armadilha dentro do velho tabuleiro. É continuar agindo como se o velho tabuleiro ainda existisse.

O **mundo** que sustentou a primazia estadunidense no Oriente Médio **era marcado pela unipolaridade**. Após a Guerra Fria, Washington pôde imaginar que sua superioridade militar, financeira e diplomática lhe permitiria organizar a ordem regional, punir adversários, proteger aliados, controlar fluxos estratégicos e definir os limites do aceitável. Essa ordem nunca foi absoluta, mas era suficientemente assimétrica para dar aos Estados Unidos uma liberdade de ação excepcional.

Esse mundo mudou. A China tornou-se ator econômico e diplomático indispensável. A Rússia, apesar de suas limitações, atua como força de contestação. A Índia afirma autonomia estratégica. A Arábia Saudita diversifica alianças. O Paquistão equilibra relações contraditórias. O Irã sobreviveu a décadas de sanções e construiu instrumentos próprios de dissuasão. As monarquias do Golfo já não desejam depender exclusivamente de Washington. A própria economia mundial tornou-se mais interdependente, mais vulnerável a choques energéticos e menos disposta a aceitar automaticamente os custos das decisões americanas.

A **passagem da unipolaridade para a multipolaridade** altera o sentido do jogo. Os Estados Unidos ainda têm peças poderosas, mas já não controlam sozinhos





o tabuleiro. Outros jogadores movem-se com iniciativa própria. Alguns cooperam em certos temas e divergem em outros. Alguns dependem parcialmente de Washington, mas buscam alternativas. Outros exploram cada hesitação americana para ampliar sua margem de influência.³³

Por isso, a saída para o *zugzwang* americano não está em encontrar um lance perfeito dentro das regras antigas. Esse lance provavelmente não existe. A saída exige reconhecer que o tabuleiro mudou. A questão não é restaurar a hegemonia plena, mas redefinir a influência americana em condições multipolares. Isso significa trocar a pretensão de comando pela capacidade de coordenação; substituir a lógica da imposição pela lógica da negociação seletiva; aceitar compromissos sustentáveis em vez de promessas ilimitadas; e distinguir interesses essenciais de símbolos imperiais de prestígio.

A guerra sem fim, portanto, não expressa apenas a dificuldade de derrotar o Irã. Expressa a dificuldade americana de aceitar que poder e hegemonia deixaram de coincidir plenamente. Os Estados Unidos ainda podem mover peças decisivas. Mas já não controlam sozinhos as reações do tabuleiro. O movimento só se torna fatal quando o jogador insiste em mover-se segundo uma lógica que já não corresponde à posição real. Se Washington continuar tentando agir como potência unipolar num mundo multipolar, cada lance tenderá a expor mais seus limites. Mas, se reconhecer que o tabuleiro mudou, poderá transformar a crise em reposicionamento.

Essa transformação não aparece apenas no Oriente Médio. Ela também se tornou visível na visita de Donald Trump à China, em maio de 2026. O encontro com

³³ Fareed Zakaria em *O mundo pós-americano* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008) antecipou com precisão o diagnóstico que orienta a análise aqui desenvolvida: o problema não é o colapso do poder americano, mas a redistribuição relativa de capacidades num sistema em que outros atores — China, Índia, Brasil, Rússia — passaram a exercer iniciativa própria em suas respectivas regiões e esferas de influência. O resultado não é um mundo sem liderança americana, mas um mundo em que essa liderança já não se traduz automaticamente em hegemonia.





Xi Jinping não produziu grandes acordos, tratados definitivos ou resultados diplomáticos capazes de alterar imediatamente o curso das relações internacionais. Ainda assim, seu significado foi expressivo. Trump foi a Pequim em busca de algum resultado que pudesse apresentar como vitória diplomática, num momento em que enfrentava desgaste interno, dificuldades econômicas e os efeitos políticos da guerra contra o Irã. Xi Jinping, por sua vez, não parecia pressionado pela mesma urgência. A assimetria de tempo político entre os dois líderes revelou algo importante: os Estados Unidos ainda são potência central, mas já não negociam com a China a partir da posição confortável de quem simplesmente define os termos do jogo³⁴.

A própria dinâmica do encontro indicou essa mudança. A estratégia habitual de Trump — criar um problema, elevar o custo para o interlocutor e depois oferecer uma solução em troca de concessões — encontrou limites diante de Pequim. Quando pressionada por tarifas, sanções ou restrições, a China respondeu com instrumentos próprios: retaliou comercialmente, utilizou sua posição em cadeias estratégicas, como a das terras raras, e deixou claro que empresas operando em seu território não deveriam obedecer a sanções unilaterais impostas por Washington sob pena de terem de abandonar o mercado chinês. Do mesmo modo, Pequim não aceitou subordinar sua relação com o Irã às necessidades diplomáticas dos Estados Unidos. Ao receber representantes iranianos antes da chegada de Trump e ao preservar sua posição própria sobre o Estreito de Ormuz, a China sinalizou que não compareceria à reunião como auxiliar da política norte-americana no Oriente Médio.

O **caso de Taiwan** tornou ainda mais evidente que o tabuleiro mudou. Xi Jinping tratou a independência formal da ilha como linha vermelha e apresentou a estabilidade asiática como dependente da contenção de movimentos que

³⁴ Ver a respeito: <https://www.aljazeera.com/news/2026/5/13/trump-xi-summit-chinas-help-in-iran-may-require-us-concessions>





Pequim interpreta como separatistas. Trump, por sua vez, passou a ter de calcular algo que antes os Estados Unidos faziam com muito mais liberdade: até que ponto vender armas a Taiwan compensaria o risco de ampliar a tensão com a China. A referência de Xi à “armadilha de Tucídides”³⁵ reforçou esse enquadramento. Pequim procurou apresentar sua ascensão não como ameaça inevitável, mas como realidade que exige reconhecimento, acomodação e contenção estratégica. A visita, portanto, não mostrou o fim do poder norte-americano. Mostrou algo mais sutil: a impossibilidade de continuar exercendo esse poder como se a antiga unipolaridade ainda existisse. A China já não é apenas um desafio futuro; tornou-se interlocutora indispensável do presente.

Nesse sentido, **Irã e China revelam, por caminhos diferentes, os limites da capacidade norte-americana de estruturar o ambiente internacional de escolhas.**

No caso iraniano, esse limite aparece na dificuldade de fazer da coerção direta um instrumento suficiente para enquadrar adversários regionais resistentes. No caso chinês, aparece de forma ainda mais ampla: há outros centros de poder capazes de oferecer alternativas, impor custos e reorganizar partes relevantes do tabuleiro mundial. Entre esses dois casos, emerge o verdadeiro desafio dos Estados Unidos: preservar relevância estratégica num mundo em que sua hegemonia já não se reproduz com a mesma naturalidade do período unipolar.

Na América Latina, se de um lado, a reconfiguração geopolítica permite capitalizar economicamente as oportunidades abertas pela demanda exponencial por minerais críticos associados à transição energética, uma vez que a região dispõe de importantes reservas destes minerais, de outro, enfrenta a volta de uma política externa estadunidense agressiva, que busca restaurar a preeminência de Washington no hemisfério por meio de **uma coalizão militar e**

³⁵ Ver a respeito: <https://www.hks.harvard.edu/faculty-research/policy-topics/international-relations-security/president-xi-jinping-invokes-hks>





ideológica seletiva, em claro contraponto à crescente influência econômica da China na região.

A iniciativa “Escudo das Américas” representa a mais ambiciosa e explícita tentativa do governo Donald Trump de reverter a perda de influência dos Estados Unidos na região e conter o avanço chinês. Mais do que um acordo de cooperação policial, a coalizão militar anunciada em Miami, em março de 2026, materializa a Doutrina Donroe — uma versão ofensiva e atualizada da Doutrina Monroe de 1823 — que postula a necessidade de Washington restaurar sua preeminência no Hemisfério Ocidental e combater economias consideradas “predatórias”, como a chinesa³⁶.

O ano de **2026 consolidou-se como um ponto de inflexão na relação entre a América Latina e os Estados Unidos**. A administração de Donald Trump, reeleita em 2024 e fortalecida no Congresso, abandonou qualquer retórica de diplomacia de boa vizinhança. Em seu lugar, implementou uma **estratégia de intervenção direta e coerção econômica**. Esse projeto, longe de ser aceito passivamente, tem encontrado resistência em diversos países: Colômbia, Argentina, Cuba e Bolívia são exemplos expressivos da resistência à Doutrina Donroe. As manifestações que eclodiram no primeiro semestre de 2026 não foram meros protestos de rua, mas sim processos sociopolíticos profundos que misturaram rejeição à política estadunidense, luta por soberania, defesa da democracia e resistência à exploração econômica.

A **resposta mais imediata e contundente à política externa trumpista veio da Colômbia**. Em janeiro de 2026, após uma ousada operação das forças especiais dos EUA que culminou na captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro em Caracas, Trump sugeriu abertamente estender as ações militares para o território colombiano, chamando o presidente Gustavo Petro de “um homem doente que

³⁶ ALONSO, Juan Francisco. “O que é o Escudo das Américas, a nova iniciativa de Trump para o continente”. *BBC News Brasil*, 7 março 2026.





gosta de fazer cocaína e vendê-la para os Estados Unidos".³⁷ A resposta foi uma convocação nacional às ruas.

No dia 7 de janeiro, dezenas de milhares de colombianos saíram às praças públicas em todo o país, em manifestações convocadas e apoiadas pelo próprio presidente Petro sob o lema "Pela Soberania e a Democracia". Em Bogotá, a Praça de Bolívar transbordou com uma multidão que ouviu o presidente declarar que o ocorrido na Venezuela foi, em sua opinião, ilegal. Em Cúcuta, cidade na fronteira com a Venezuela, centenas marcharam em direção à catedral centenária, brandindo a bandeira colombiana e gritando "Fuera los yanquis!". Os cartazes eram contundentes: "Trump é o diabo" e "Não há lugar para reis na América Latina". A manifestação colombiana foi notável não apenas por seu tamanho, mas por sua natureza institucional: ao contrário de outros protestos antissistêmicos, a Colômbia, pela voz de seu presidente, colocou-se na linha de frente da resistência. Em uma reviravolta dramática, horas após os protestos, Trump ligou para Petro e escreveu em sua rede social que foi "uma grande honra falar com o presidente da Colômbia", convidando-o para a Casa Branca.³⁸

Em comparação com a Colômbia, a **Argentina** apresentou um cenário de resistência muito mais complexo. O presidente Javier Milei, um aliado de Trump e entusiasta do Escudo das Américas, alinhou a política externa argentina com Washington. No entanto, nas ruas, a população foi categórica ao separar o governo Milei da vontade nacional.

Nos primeiros dias de janeiro, em 2026, enquanto Buenos Aires testemunhava celebrações de venezuelanos contrários a Maduro perto do Obelisco, uma enorme massa de argentinos se dirigiu à Embaixada dos EUA no bairro de Palermo. Os manifestantes carregavam cartazes que diziam "Ni Trump libera, ni Milei es libertad".

³⁷ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/04/apos-ataques-a-venezuela-trump-ameaca-realizar-operacao-militar-na-colombia.ghtml>

³⁸ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2026/01/07/trump-convida-petro-a-casa-branca-em-sua-primeira-conversa-telefonica.htm>





A insatisfação, entretanto, não se limitou à política externa. Em fevereiro, milhares inundaram as ruas de Buenos Aires, denunciando o que chamaram de "capitalismo patriarcal" e a crescente influência de Trump na região. Eles cantavam "A América Latina tem que se levantar" e acusavam Milei de minar direitos sociais, com propostas de reforma trabalhista e cortes que afetavam aposentados e a comunidade LGBTQ+. O ponto de inflexão ocorreu em maio, quando cortes massivos no orçamento das universidades públicas, uma política de Milei inspirada nos ataques de Trump aos campi progressistas, levaram dezenas de milhares de argentinos às ruas. A mensagem foi inequívoca: a aliança com Trump não representava os interesses do povo argentino.

Cuba, que sofreu um brutal recrudescimento do bloqueio, tornou-se o palco da resistência mais duradoura e disseminada. Desde janeiro, Trump impôs um embargo de petróleo, ameaçando tarifas a qualquer país que vendesse combustível à ilha. O resultado foi catastrófico: a falta absoluta de combustível, combinada com o bloqueio financeiro, mergulhou o país em seus piores apagões em décadas, com bairros inteiros de Havana ficando sem luz por 20 a 22 horas por dia.

A resposta popular foi massiva e multifacetada. No Primeiro de Maio, mais de 500 mil cubanos, liderados pelo presidente Miguel Díaz-Canel e pelo ex-presidente Raúl Castro, lotaram o entorno da embaixada dos EUA em Havana, gritando "Aqui não há lugar para o medo". Eles denunciaram as ameaças de Trump de uma "tomada de controle", que incluía uma oferta aparentemente humanitária de 100 milhões de dólares condicionada a reformas políticas de livre mercado. No entanto, a verdadeira mobilização ocorreu duas semanas depois. Em 13 de maio, multidões de cubanos, exaustos e irados, saíram às ruas em vários bairros de Havana. Com panelas, pneus em chamas e gritos de "Liguem as luzes!", bloquearam estradas e desafiaram abertamente a situação. Moradores relataram que seus bairros ficaram mais de 40 horas sem energia, com comida estragando





em geladeiras desligadas. Um manifestante resumiu a natureza apolítica e de sobrevivência do movimento: "Isso não é um problema político... Só queremos três horas de eletricidade". Apesar da forte presença policial, as forças de segurança permaneceram em grande parte à margem, observando enquanto os gritos de "O povo unido jamais será vencido" ecoavam pela capital escura.

Se na Argentina a resistência foi uma luta contra o alinhamento de seu próprio governo, na **Bolívia** a situação rapidamente se transformou em uma insurreição generalizada contra o recém-empossado presidente. Rodrigo Paz, um aliado declarado de Trump, havia sido eleito para encerrar quase duas décadas de governo de esquerda e rapidamente implementou políticas de austeridade e medidas que ameaçavam privatizar recursos naturais, cortar subsídios de combustível e abrir caminho para uma maior influência econômica dos EUA.

A resposta começou com greves de mineiros e camponeses em maio e rapidamente se transformou em uma greve geral indefinida, convocada pela Central de Trabalhadores Bolivianos (COB). Manifestantes bloquearam estradas, tomaram o centro de La Paz e entraram em confronto com a polícia, exigindo a revogação das medidas de austeridade e, cada vez mais, a renúncia de Paz. O movimento foi descrito por sindicalistas como uma luta contra a tentativa governamental de ser "colônia dos EUA". A administração Trump, alarmada com a rápida desestabilização de um aliado-chave, reagiu prontamente, com o vice-secretário de Estado Christopher Landau declarando que as manifestações representavam "um golpe em andamento, financiado por uma aliança maligna entre a política e o crime organizado". Washington prometeu todo o apoio a Paz. Esta intervenção verbal dos EUA só serviu para inflamar ainda mais os protestos, que passaram a ser vistos como uma batalha direta contra a interferência estrangeira.

Os **eventos de 2026 na América Latina** podem ser indícios de que a política externa de Trump é capaz de **produzir um efeito unificador** entre vastos setores da população. Embora cada país tenha apresentado uma dinâmica sociopolítica





distinta - desde a resistência institucional na Colômbia, passando pela rejeição popular ao alinhamento governamental na Argentina, pela luta cotidiana por sobrevivência em Cuba e pela crise na Bolívia — **um fio condutor comum os une: a rejeição enfática a um projeto imperialista.**

É um período que revela um mundo cada vez menos organizado pela lógica da globalização aberta e cada vez mais estruturado pela competição entre grandes potências, pela segurança econômica e pelo uso de instrumentos comerciais como instrumentos geopolíticos. Para o Brasil, o principal vetor de atenção é a deterioração gradual da relação comercial com os EUA em um contexto eleitoral doméstico, ao mesmo tempo em que cresce a importância estratégica da China e dos BRICS. A se destacar, o avanço das investigações comerciais dos EUA contra o Brasil e ameaça de novas tarifas, a questão de decisões norte-americanas que podem afetar a soberania nacional, as rodadas de protecionismo comercial norte-americano contra dezenas de países, ao lado da continuidade da acomodação tática entre EUA e China após reunião Trump–Xi.

3.2 A conjuntura política nacional

A conjuntura política nacional brasileira, às vésperas do início do processo eleitoral brasileiro, deve ser compreendida como um **período de reorganização simultânea** de centros de poder, identidades políticas e disputas sobre a capacidade do Estado brasileiro de coordenar o território, a economia e a vida social. O país atravessa uma fase em que crises fiscal, federativa, institucional, ambiental, securitária e representativa deixaram de operar separadamente e





passaram a se retroalimentar. Tal cenário é, ao fim e ao cabo, uma crise da representação política e fragmentação institucional no Brasil contemporâneo³⁹.

Essa dinâmica ocorre num contexto em que o **presidencialismo brasileiro sofreu alterações profundas**. Estudos sobre o presidencialismo de coalizão indicam que o avanço das emendas parlamentares impositivas fortaleceu significativamente o poder distributivo do Legislativo sobre o orçamento público⁴⁰. O crescimento das emendas parlamentares, especialmente após as Emendas Constitucionais nº 86/2015, nº 100/2019 e nº 105/2019, ampliou a autonomia política do Congresso Nacional e fortaleceu lideranças partidárias e regionais.

Nesse cenário, o **fortalecimento do Centrão** não decorre apenas de pragmatismo partidário, mas de uma mudança estrutural do sistema político. A fragmentação partidária, combinada com regras eleitorais altamente competitivas, produziu um Congresso mais autônomo em relação ao Executivo e simultaneamente mais dependente de redes locais de poder econômico, religioso e regional⁴¹. Presidentes da Câmara e do Senado passaram a exercer funções que extrapolam largamente a condução legislativa tradicional, assumindo papel decisivo na definição do orçamento e da estabilidade política.

Ao mesmo tempo, observa-se **profunda reorganização das direitas brasileiras**. O bolsonarismo permanece relevante, mas já não depende exclusivamente da figura pessoal de Jair Bolsonaro. Ele evoluiu de liderança personalista para ecossistema político-cultural relativamente permanente,

³⁹ Cf. MELO, Marcus André. *Federalismo, governabilidade e sistema político brasileiro*. Recife: UFPE, 2023; NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

⁴⁰ Cf. ARRETCHE, Marta. *Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

⁴¹ NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.





articulado por redes digitais, lideranças religiosas, setores empresariais, influenciadores, policiais e militares da reserva⁴².

Esse processo permitiu o surgimento de uma **nova direita territorializada, especialmente representada por governadores estaduais**. Eles passaram a ocupar espaço político nacional por meio de **agendas associadas à segurança pública, conservadorismo moral e crítica ao Supremo Tribunal Federal**. Parte significativa do eleitorado conservador deslocou sua identificação da figura presidencial para agendas permanentes de ordem, religião e segurança.

O **conservadorismo moral** permanece como eixo central da disputa política brasileira. O **crescimento evangélico** alterou profundamente a estrutura do espaço público nacional. Dados do IBGE e do Pew Research Center demonstram redução gradual da proporção católica e expansão contínua das igrejas evangélicas, especialmente pentecostais e neopentecostais⁴³.

Entretanto, a influência evangélica contemporânea não pode ser reduzida à dimensão estritamente religiosa. Pesquisadores demonstram que essas igrejas operam simultaneamente como redes de proteção social, sociabilidade periférica, identidade moral e organização política⁴⁴.

3.2.1 A dimensão religiosa no voto em 2026

A dimensão religiosa continua sendo um dos elementos centrais da compreensão do comportamento eleitoral brasileiro contemporâneo. Estudo

⁴² Ver ALMEIDA, Ronaldo de. *Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e crise brasileira*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 2019; SOLANO, Esther. *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.

⁴³ IBGE. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022; PEW RESEARCH CENTER. *Religion in Latin America*. Washington, 2024.

⁴⁴ Ver VITAL DA CUNHA, Christina. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: UFF, 2020. Na mesma linha, ver Ronaldo de Almeida e Esther Solano, já citados.





recente de José Eustáquio Diniz Alves⁴⁵ demonstra que a polarização política no Brasil se consolidou também como polarização religiosa, especialmente entre católicos e evangélicos. Segundo o autor, desde as eleições presidenciais de 2018, o eleitorado evangélico passou a apresentar forte alinhamento com candidaturas conservadoras e bolsonaristas, enquanto o eleitorado católico manteve perfil relativamente mais favorável ao campo progressista e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O artigo mostra que, em 2018, Jair Bolsonaro obteve aproximadamente 70% das intenções de voto entre evangélicos no segundo turno, enquanto Fernando Haddad concentrou maior apoio entre eleitores sem religião e segmentos ligados às religiões de matriz africana. Já entre os católicos houve praticamente empate. Em 2022, Lula ampliou significativamente sua vantagem entre os católicos — alcançando cerca de 60% dos votos válidos nesse segmento —, mas Bolsonaro preservou ampla liderança entre os evangélicos, novamente em torno de 70%. Segundo o autor, a vitória de Lula decorreu especialmente da combinação entre avanço no eleitorado católico e ampla vantagem entre os eleitores sem religião.

As pesquisas para 2026 indicam, até o momento, manutenção dessa clivagem religiosa. A disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro permanece fortemente polarizada no interior do eleitorado cristão: vantagem lulista entre católicos e predominância bolsonarista entre evangélicos. O estudo argumenta que essa divisão não decorre apenas de diferenças religiosas propriamente ditas, mas expressa distintas visões sobre moralidade pública; papel do Estado; políticas sociais; empreendedorismo; família; segurança pública; e organização comunitária.

⁴⁵ ALVES, José Eustáquio Diniz. *Intenção de voto de católicos e evangélicos nas eleições presidenciais de 2018 a 2026*. EcoDebate, 2026. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2026/05/25/intencao-de-voto-de-catolicos-e-evangelicos-nas-eleicoes-presidenciais-de-2018-a-2026/>. Acesso em 27 mai. 2026.





O autor também destaca que as igrejas evangélicas possuem estrutura organizacional altamente integrada e forte capacidade de mobilização política através dos púlpitos; das redes sociais; e da atuação direta de lideranças religiosas.

Já a Igreja Católica tende historicamente a preservar maior pluralidade interna e menor direcionamento eleitoral explícito, ainda que mantenha forte influência social e cultural sobre o eleitorado.

Outro aspecto relevante apontado no artigo é a relação entre expansão evangélica, periferização urbana e novas fronteiras econômicas do país. O crescimento das igrejas evangélicas tende a ocorrer com intensidade justamente em regiões marcadas pela expansão do agronegócio; pela precarização urbana; pelo aumento da violência; e pela valorização de discursos ligados ao empreendedorismo individual e ao conservadorismo moral.

Ao mesmo tempo, o eleitorado católico permanece relativamente mais forte em regiões historicamente beneficiadas por políticas redistributivas e programas sociais, especialmente no Nordeste brasileiro.

A análise sugere, portanto, que a religião se tornou uma das principais mediações da política brasileira contemporânea. Mais do que simples identidade de fé, a segmentação religiosa expressa diferentes compreensões sobre sociedade, economia, moralidade e democracia, tornando-se variável decisiva para a compreensão das eleições presidenciais de 2026.

3.2.2 Política brasileira e a era digital





A **extrema direita digital** também consolidou capacidade inédita de intervenção política. Estudos do NetLab/UFRJ⁴⁶, do ITS-Rio⁴⁷ e do Oxford Internet Institute⁴⁸ demonstram que plataformas digitais deixaram de ser simples meios de comunicação eleitoral e passaram a funcionar como infraestruturas permanentes de mobilização política, circulação de desinformação e radicalização afetiva.

Também é necessário reconhecer que a conjuntura brasileira de 2026 revela sinais importantes de **uma crise estratégica das esquerdas**. Essa crise não significa desaparecimento eleitoral imediato, tampouco ausência de capilaridade social ou institucional, mas expressa dificuldades crescentes de formulação programática, mobilização social e construção de horizonte histórico capaz de responder às transformações recentes da sociedade brasileira. Parte significativa da literatura política contemporânea identifica o esgotamento relativo do lulismo enquanto mecanismo de conciliação social e mediação política entre setores populares e elites econômicas⁴⁹. O modelo que permitiu expansão do consumo, redução da pobreza e estabilidade institucional nos anos 2000 passou progressivamente a enfrentar limites estruturais impostos pela desaceleração econômica, pela financeirização, pela reorganização conservadora da sociedade e pela fragmentação digital do espaço público.

Ao mesmo tempo, setores importantes da esquerda brasileira passaram a enfrentar **dificuldades de conexão simbólica** com parcelas relevantes das periferias urbanas, do eleitorado religioso, dos trabalhadores informais e das novas

⁴⁶ Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/contribui%C3%A7%C3%B5es-do-netlab-ufrj-para-princ%C3%ADpios-sobre-a-regula%C3%A7%C3%A3o-de-plataformas-digitais-no-brasil>. Acesso em 25 mai. 2026.

⁴⁷ Disponível em: https://itsrio.org/wp-content/uploads/2016/12/20231023_Livro_Pos_ITS-UERJ_Plataformas-digitais-protecao-de-dados_COMPLETO.pdf. Acesso em 25 mai. 2026.

⁴⁸ WOOLLEY, Samuel C.; HOWARD, Philip N. (Eds). *Computational Propaganda: Political Parties, Politicians, and Political Manipulation on Social Media*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

⁴⁹ V.g., SINGER, André; RICUPERO, Bernardo; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Eds.). *O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra*. Campinas: Editora da Unicamp, 2024, cap. 08, p. 235-270. Para um tema mais geral ver BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Campinas: Editora Filosófica Politeia, 2019.





subjetividades produzidas pela precarização do trabalho e pela cultura digital. É provável que a esquerda entrou num ciclo marcado por fragmentação interna, defensivismo político e perda parcial de capacidade mobilizadora fora das instituições tradicionais.

A ascensão da extrema direita não decorre apenas da força conservadora, mas também das dificuldades das esquerdas em oferecer narrativa nacional capaz de articular segurança pública, pertencimento moral, identidade popular, soberania econômica e perspectivas concretas de ascensão social. Em certo sentido, a esquerda brasileira continua eleitoralmente competitiva, mas enfrenta uma crise mais profunda de imaginação política e renovação social. Pesquisas qualitativas recentes sobre comportamento eleitoral indicam inclusive um paradoxo relevante: mesmo entre setores populares beneficiados economicamente por políticas distributivas, cresce a adesão a valores ligados ao empreendedorismo individual, conservadorismo moral e crítica às instituições políticas tradicionais.

É nesse contexto que a situação do governo federal deve ser compreendida nesse ambiente de elevada fragmentação política e social. Embora indicadores de emprego tenham apresentado relativa resiliência em 2025 e início de 2026, o crescimento econômico desacelerou.

3.2.3 Segurança pública e eleições

Nesse ambiente, a **segurança pública emerge como tema central da conjuntura nacional**. O Brasil vive atualmente processo de transformação estrutural do crime organizado. Facções como PCC e Comando Vermelho deixaram de operar apenas como organizações criminosas territoriais e passaram a atuar como redes empresariais complexas, articuladas nacional e internacionalmente.





Estudos do Instituto Igarapé e do UNODC indicam expansão significativa da presença de facções em rotas amazônicas, mineração ilegal, lavagem de dinheiro, logística portuária, garimpo e comércio transnacional ilícito⁵⁰.

A Amazônia tornou-se espaço particularmente estratégico nesse processo. A região concentra simultaneamente rotas internacionais do narcotráfico, expansão do garimpo ilegal, conflitos fundiários, presença de organizações armadas e disputa sobre minerais críticos. Relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram correlação crescente entre desmatamento, garimpo ilegal e expansão de economias ilícitas na Amazônia Legal⁵¹.

Essa dinâmica **conecta diretamente segurança pública e questão socioambiental**. A Amazônia deixou de ser apenas tema ambiental e passou a ocupar posição geopolítica central. A transição energética global ampliou o interesse internacional sobre minerais críticos, biodiversidade, mercado de carbono e bioeconomia. Ao mesmo tempo, projetos de infraestrutura como Ferrogrão e BR-163 intensificam disputas entre expansão logística do agronegócio, proteção ambiental e direitos territoriais indígenas.

Pesquisas do IPAM e ISA demonstram que o avanço simultâneo de mineração, grilagem, desmatamento e infraestrutura logística está associado ao aumento de conflitos fundiários e pressão sobre terras indígenas e unidades de conservação⁵². Os povos indígenas ocupam posição particularmente sensível nessa conjuntura. Relatórios do CIMI e da APIB apontam crescimento de conflitos

⁵⁰ IGARAPÉ INSTITUTE. *Relatórios sobre crime organizado e Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2025; UNODC. *Relatórios sobre crime transnacional e narcotráfico*. Viena: ONU, 2025.

⁵¹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Investigação sistemática da criminalidade e representação política na Amazônia Legal*. Março de 2026. Disponível em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/666746f8-28e2-4bba-af0d-4b98c8452a32/download>. Acesso em 25 mai. 2026.

⁵² IPAM. *Relatórios sobre Amazônia e mudanças climáticas*. Brasília: IPAM, 2025; ISA. *Relatórios socioambientais e territoriais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2025.





territoriais, violência política e invasões de terras indígenas associadas à mineração ilegal e à expansão de atividades econômicas sobre áreas protegidas⁵³.

3.2.4 Desafios socioambientais e eleições

Ao mesmo tempo, **eventos climáticos extremos** passaram a produzir efeitos concretos sobre a vida social brasileira. Secas históricas na Amazônia, enchentes no Sul e queimadas no Centro-Oeste demonstram que a crise climática deixou de ser projeção futura e tornou-se experiência cotidiana da população. A **tendência é de intensificação desses eventos extremos** nas próximas décadas. E, em 2026, a projeção de mais crise ambiental é impulsionada pela possibilidade de um *El Niño* o mais intenso em 140 anos⁵⁴. E os votos que se aproximam, podem e devem modificar o quadro de destruição que persiste, especialmente em muitos governos estaduais e, com muita força, no Congresso Nacional.

Os **desafios da pauta ambiental** no Congresso Nacional, após a chamada “Semana do Agro”, em maio de 2026, revelam talvez uma das disputas mais profundas do atual ciclo político brasileiro. Existe uma **tensão** entre um projeto de desenvolvimento centrado na expansão acelerada da fronteira econômica —

⁵³ CIMI. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Brasília: CIMI, 2026; APIB. Relatórios sobre violência contra povos indígenas. Brasília: APIB, 2025.

⁵⁴ Alguns modelos climáticos indicam a possibilidade de desenvolvimento de um *El Niño* relativamente intenso entre 2026 e 2027. Isso não significa, evidentemente, que o planeta caminhe inevitavelmente para uma catástrofe climática global, mas chama atenção porque os episódios mais fortes costumam alterar o regime de chuvas e temperaturas em diferentes partes do mundo. O *El Niño* é um fenômeno natural associado ao aquecimento anômalo das águas superficiais do Pacífico Equatorial. Esse aquecimento modifica a circulação atmosférica tropical e acaba influenciando o clima em várias regiões do planeta. A climatologia conhece esse mecanismo há bastante tempo, embora ainda existam dificuldades importantes quando se tenta antecipar, com muitos meses de antecedência, a intensidade exata de cada evento e seus impactos regionais. Ver ALCÂNTARA, Enner. “Perspectiva de *El Niño* intenso entre 2026 e 2027 chegou às manchetes. O Brasil está preparado?” JORNAL DA UNESP, 26/05/2026. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2026/05/26/perspectiva-de-el-nino-intenso-entre-2026-e-2027-chegou-as-manchetes-o-brasil-esta-preparado/>. Acesso em 26 mai. 2026.





especialmente agropecuária, mineral e logística — e outro baseado na preservação socioambiental, nos direitos territoriais e na adaptação climática. Mais do que um simples embate legislativo setorial, trata-se de uma disputa sobre qual modelo de Estado, de economia e de soberania territorial prevalecerá no Brasil nas próximas décadas.

A chamada “**Semana do Agro**”, organizada sob forte articulação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), explicitou a capacidade de coordenação política da bancada ruralista no Congresso Nacional. O episódio revelou não apenas força numérica, mas também capacidade de definir agenda, acelerar votações e reduzir espaços de mediação técnica e participação social em matérias ambientais sensíveis.

O movimento ocorre num contexto de **fortalecimento estrutural da bancada ruralista**. A Frente Parlamentar da Agropecuária consolidou-se como uma das maiores, mais organizadas e financeiramente influentes coalizões do Congresso brasileiro. Sua atuação ultrapassa a defesa tradicional do agronegócio exportador e passou a estruturar uma agenda ampla envolvendo: flexibilização do licenciamento ambiental; regularização fundiária; mineração; infraestrutura logística; direitos indígenas; uso de agrotóxicos; mercado fundiário; fiscalização ambiental; política climática; crédito rural; e segurança jurídica no campo.

A bancada ruralista demonstra que sua força decorre exatamente de sua natureza suprapartidária e transversal. Não se trata apenas de uma bancada ideológica, mas de uma estrutura permanente de influência sobre o Estado brasileiro. Nessa quadra, a pauta ambiental passou a ser tratada por setores do Congresso não como eixo estratégico da soberania nacional, mas frequentemente como **obstáculo regulatório ao “crescimento econômico”**. A consequência é a formação de uma agenda legislativa marcada por tentativas sucessivas de redução da capacidade estatal de controle territorial e ambiental.





O principal exemplo desse processo foi o avanço recente das **mudanças no licenciamento ambiental**. O chamado “PL da Devastação” e suas derivações legislativas consolidaram uma tendência de flexibilização do controle técnico sobre grandes empreendimentos de infraestrutura, mineração e expansão agropecuária. Segundo o Observatório do Clima, as alterações aprovadas em 2025 e aprofundadas em 2026 representam o maior desmonte das salvaguardas ambientais brasileiras desde a Constituição de 1988.

A “Semana do Agro” aprofundou essa ofensiva. Projetos discutidos no período buscavam limitar embargos remotos por satélite; reduzir competências de fiscalização ambiental; ampliar regularização de ocupações em áreas públicas; relativizar proteção de vegetações nativas; enfraquecer mecanismos de controle sobre espécies exploradas economicamente; ampliar pressões sobre terras indígenas e comunidades tradicionais.

Essa disputa revela uma transformação importante. A **agenda socioambiental deixou de ocupar posição periférica** e passou ao centro da luta política nacional. O Congresso tornou-se hoje um dos principais espaços de conflito climático e territorial do país.

A **questão indígena** ocupa posição central nesse cenário. O avanço das teses do marco temporal e de propostas de relativização de direitos territoriais indígenas demonstra que parte significativa do Parlamento interpreta as terras indígenas não como patrimônio constitucional e civilizatório, mas como obstáculos econômicos à expansão territorial do agronegócio, da mineração e da infraestrutura logística.

O problema é que essa visão colide não apenas com a Constituição de 1988 e com algumas decisões recentes do STF, mas também com a crescente centralidade internacional da pauta climática. O **Brasil passou a enfrentar uma contradição estratégica**: ao mesmo tempo em que busca protagonismo climático





internacional, amplia internamente pressões legislativas pela flexibilização socioambiental.

Essa tensão aparece de forma particularmente intensa na Amazônia. A região tornou-se simultaneamente espaço de disputa geopolítica; fronteira econômica; eixo logístico do agronegócio; território estratégico da transição energética; corredor do crime organizado; e centro da agenda climática global.

Projetos como Ferrogrão, BR-163, expansão portuária no Arco Norte e mineração crítica passaram a reorganizar profundamente o debate ambiental brasileiro. A discussão já não é apenas preservacionista. Ela envolve soberania, logística global, exportação de commodities, segurança alimentar internacional e disputa por minerais estratégicos da transição energética.

Ao mesmo tempo, **crece no próprio setor agropecuário uma divisão interna relevante**. Parte do agronegócio brasileiro compreende que competitividade internacional dependerá cada vez mais de rastreabilidade ambiental, redução do desmatamento, segurança climática e adaptação aos mercados regulados por critérios ESG⁵⁵. Relatórios recentes da CNA demonstram preocupação crescente com certificação ambiental, seguro climático rural e sustentabilidade produtiva⁵⁶. Isso significa que o conflito já não opõe simplesmente “agro versus meio ambiente”. O **próprio agronegócio encontra-se dividido** entre (a) um setor exportador preocupado com estabilidade climática e imagem internacional; e (b) outro mais associado à expansão predatória da fronteira territorial e à flexibilização regulatória.

⁵⁵ ESG é a sigla em inglês para *Environmental, Social, and Governance* (Ambiental, Social e Governança). Refere-se a um conjunto de critérios e práticas utilizados por investidores e empresas para avaliar o impacto, a ética e a sustentabilidade de um negócio para além dos resultados financeiros tradicionais.

⁵⁶ CNA. Relatório Atuação Legislativa. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/ARI/Relatorios/Relatorio-de-Atuacao-Legislativa-Marco-de-2026.pdf>. Acesso em 26 mai. 2026.





A emergência climática tende a aprofundar essa contradição. Secas prolongadas, enchentes extremas, queimadas e instabilidade hídrica já produzem impactos econômicos concretos sobre produção agrícola, infraestrutura e segurança energética. A crise climática deixou de ser tema abstrato e passou a afetar diretamente produtividade, crédito rural, seguros agrícolas e cadeias logísticas.

Nesse contexto, os desafios ambientais no Congresso Nacional tendem a se tornar ainda mais intensos no segundo semestre de 2026. O período eleitoral pode estimular aceleração de pautas associadas à regularização fundiária; ao licenciamento; ao marco temporal; à mineração; à flexibilização ambiental; e à infraestrutura de exportação.

A questão central, portanto, é que o Congresso brasileiro se tornou hoje um dos principais territórios de disputa sobre o futuro ambiental da democracia brasileira. Não se trata apenas de decidir normas regulatórias, mas de definir qual modelo civilizatório orientará a relação entre desenvolvimento econômico, proteção territorial, direitos dos povos indígenas e sustentabilidade climática no país.

É nessa quadra que o perfil do eleitorado, e sua permanente transformação, importa nas análises sobre os períodos eleitorais.

3.2.5 O eleitor “rejeitor”

2026 exige atenção a um fenômeno político mais recente e ainda pouco explorado pela literatura eleitoral tradicional: **a consolidação do chamado “eleitor rejeitor”** ou simplesmente “rejeitor”. O voto, muitas vezes, é veto!





A categoria, inicialmente formulada durante as eleições de 2022 e posteriormente desenvolvida na análise das eleições municipais de 2024⁵⁷, procura descrever uma transformação importante no comportamento político de parcelas significativas do eleitorado brasileiro. Diferentemente do eleitor clássico, orientado prioritariamente pela adesão programática, ideológica ou identitária, o “rejeitor” organiza sua decisão eleitoral sobretudo a partir da rejeição, da desconfiança ou do medo em relação a determinados grupos políticos, lideranças ou instituições⁵⁸.

Essa mudança ocorre num **contexto de desgaste progressivo da confiança cívica e institucional no Brasil**. Pesquisas do Latinobarómetro, do World Values Survey e do Edelman Trust Barometer vêm registrando, há anos, baixos índices de confiança social nas instituições políticas brasileiras, incluindo Congresso Nacional, partidos, governo, Judiciário e sistema político em geral⁵⁹. A consequência é o fortalecimento de uma racionalidade eleitoral negativa. Vota-se menos “a favor” de projetos coletivos e mais “contra” aquilo que se teme, rejeita ou deseja impedir.

O “rejeitor” divide-se em duas modalidades complementares. O primeiro é o “rejeitor insistente”, que participa das eleições, mas vota predominantemente para impedir a vitória de um adversário político ou moralmente rejeitado. Seu voto é menos uma adesão positiva e mais uma tentativa de contenção do “mal maior”. A lógica do “menos pior” substitui parcialmente a lógica da representação programática. O segundo tipo é o “rejeitor desistente”: o eleitor que, tomado pelo desencanto com a política, passa a abandonar progressivamente a participação pública, seja pela abstenção, seja pelo voto branco ou nulo⁶⁰.

⁵⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Eleições municipais: setembro de 2024*. Brasília, DF: CNBB, 2024. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/ELEICOES-MUNICIPAIS-setembro-de-2024.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.

⁵⁸ NASCIMENTO, Melillo Dinis. “O rejeitor: esse nosso conhecido”. CONGRESSO EM FOCO. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/5793/o-rejeitor-esse-nosso-conhecido>. Acesso em 26 mai. 2026.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.





Esse fenômeno ajuda a compreender o **crescimento da alienação eleitoral nas últimas disputas brasileiras**. Nas eleições municipais de 2024, os índices de abstenção, votos brancos e nulos alcançaram patamares elevados em diversas capitais e grandes cidades brasileiras. O TSE registrou aproximadamente 21% de abstenção no segundo turno das eleições municipais de 2024, mantendo tendência observada desde a década anterior. Embora nem toda abstenção corresponda necessariamente ao comportamento “rejeitor”, o conceito ajuda a interpretar parte importante do desencanto político contemporâneo.

A tese do “rejeitor” também dialoga com transformações mais amplas observadas nas democracias contemporâneas. A literatura sobre populismo, polarização afetiva e crise da representação política aponta crescimento de comportamentos eleitorais estruturados mais pela rejeição identitária do adversário do que pela construção de consensos positivos. Autores como Pierre Rosanvallon⁶¹, Yascha Mounk⁶², Levitsky e Ziblatt⁶³ identificam que democracias polarizadas tendem a produzir eleitorados movidos pela contenção do inimigo político e pela erosão da confiança institucional. Nesse ambiente, a política transforma-se progressivamente em espaço de antagonismo permanente.

No Brasil, **essa dinâmica foi amplificada pela radicalização digital e pela fragmentação do espaço público**. As redes sociais digitais intensificam emoções negativas, ampliam percepções de ameaça e favorecem comportamentos políticos organizados pela rejeição e pela desconfiança. O eleitor contemporâneo recebe permanentemente estímulos relacionados à indignação, medo, ressentimento e insegurança, fatores que fortalecem a racionalidade do “voto contra”.

⁶¹ V.g., ROSANVALLON, P. *La démocratie inachevée*. Paris: Gallimard, 2000; _____. *La contre-démocratie*. Paris: Seuil, 2006; _____. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010;

⁶² V.g., MOUNK, Y. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁶³ V.g., LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.





A tese do “rejeitor”, portanto, permite compreender parte importante da atual conjuntura política brasileira. A democracia passa a conviver com cidadãos que continuam participando formalmente do processo eleitoral, mas cuja **relação** subjetiva com a política encontra-se marcada pela **descrença**, pela **fadiga** institucional e pela perda de **esperança coletiva**. Mais do que simples categoria eleitoral, o “rejeitor” revela sintomas profundos da crise contemporânea da representação democrática no Brasil.

3.2.6 O papel do STF nas eleições de 2026

Noutro contexto, o **Supremo Tribunal Federal consolidou-se como ator central** da democracia brasileira. A judicialização da política tornou-se elemento estrutural do sistema político nacional. O STF passou a arbitrar disputas eleitorais, ambientais, federativas, fiscais e institucionais em intensidade inédita desde a redemocratização. Esse fenômeno decorre da fragmentação partidária, da incapacidade de coordenação congressional e da própria constitucionalização ampliada de direitos ocorrida após 1988⁶⁴.

Assim, a relação entre o Supremo Tribunal Federal e as eleições de 2026 tornou-se uma das dimensões mais sensíveis da atual conjuntura política brasileira. Pela primeira vez desde a redemocratização, o STF deixou de ocupar apenas posição institucional de árbitro constitucional e passou a integrar diretamente o imaginário eleitoral e a estratégia explícita de parte significativa das campanhas, especialmente para o Senado Federal. A Corte converteu-se simultaneamente em ator institucional, símbolo político e alvo eleitoral.

O protagonismo do STF durante a crise democrática pós-2022, as investigações envolvendo tentativa de golpe de Estado, as decisões sobre

⁶⁴ VILHENA VIEIRA, Oscar. Supremocracia. *Revista Direito GV*, São Paulo, 2008.





desinformação, os enfrentamentos com lideranças políticas fizeram do STF um lugar ator central na polarização brasileira.

O **elemento decisivo dessa conjuntura é institucional**, já que em 2026 haverá renovação de dois terços do Senado Federal. Isso **confere às eleições senatoriais importância inédita desde 1988**, porque o Senado possui competência constitucional para aprovar ministros do STF e processá-los em casos de impeachment. Em outras palavras, a eleição senatorial tornou-se, para parte importante do eleitorado e das forças políticas, uma eleição indireta sobre os limites futuros do Supremo.

Nesse ambiente, parte expressiva das candidaturas ao Senado passou a estruturar suas campanhas em torno de uma pauta anti-STF. O discurso envolve limitação de poderes da Corte; mandato para ministros; revisão de decisões monocráticas; impeachment de ministros; críticas ao chamado “ativismo judicial”; e a defesa de uma reconfiguração das relações entre os Poderes.

A pauta tornou-se especialmente relevante para candidaturas alinhadas ao bolsonarismo e à nova direita conservadora. Cientistas políticos já identificam que o **Senado se converteu em prioridade estratégica da extrema direita** justamente por sua capacidade de tensionar institucionalmente o Supremo.

No debate público de 2026 esse tema já produz efeitos eleitorais concretos. O apoio a candidaturas senatoriais comprometidas com enfrentamento institucional ao STF é uma variável eleitoral mobilizadora.

O episódio envolvendo a rejeição do nome de Jorge Messias para o STF aprofundou ainda mais essa percepção. Pela primeira vez em mais de um século, o Senado rejeitou um indicado presidencial para a Corte, produzindo forte derrota política para o governo federal e demonstrando ampliação da autonomia política senatorial diante do Supremo e do Executivo. O caso foi interpretado como





demonstração de que o Senado passou a perceber vantagem política em confrontar o STF.

Há, contudo, um elemento mais profundo nessa relação entre STF e eleições de 2026. Atravessamos uma **transformação da percepção pública sobre legitimidade institucional**. A polarização brasileira deixou de ocorrer apenas entre esquerda e direita e passou a envolver também disputas sobre quais instituições possuem legitimidade para arbitrar conflitos políticos.

Para setores progressistas e democráticos, o STF tornou-se peça central de defesa institucional diante de ameaças autoritárias e tentativas de ruptura democrática. Já para parcelas importantes da direita conservadora, especialmente vinculadas ao bolsonarismo, a Corte passou a simbolizar concentração excessiva de poder no Judiciário e intervenção política indevida.

Essa divisão tende a impactar diretamente as campanhas para o Senado porque os candidatos poderão se apresentar como defensores do STF e da democracia constitucional; críticos moderados da judicialização; ou representantes explícitos de enfrentamento institucional ao Supremo.

Em certo sentido, a eleição para o Senado em 2026 tornou-se também uma disputa sobre qual modelo de equilíbrio entre os Poderes prevalecerá na democracia brasileira. O risco institucional desse cenário é evidente. À medida que ministros do STF passam a integrar narrativas eleitorais permanentes, cresce a exposição política da Corte e aumenta a dificuldade de preservação de sua autoridade suprapartidária. O Supremo passa a operar sob tensão contínua entre (a) necessidade de proteger a ordem constitucional; e (b) risco de aprofundar percepção pública de protagonismo político excessivo.

Ao mesmo tempo, o próprio Senado encontra incentivos eleitorais crescentes para tensionar institucionalmente o Supremo. Em ambiente de polarização e desconfiança institucional, pautas anti-STF produzem visibilidade política,





mobilização digital e identificação ideológica relativamente forte junto a parcelas do eleitorado conservador.

A consequência é que as eleições de 2026 provavelmente consolidarão um fenômeno novo na democracia brasileira: a **transformação da relação entre Senado e STF em um dos principais eixos estruturantes da disputa política nacional**. Não se trata apenas de divergência jurídica ou constitucional, mas de uma disputa mais ampla sobre representação, autoridade institucional, limites do Judiciário e desenho futuro do sistema político brasileiro.

3.2.7 A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1

A Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e extingue a escala 6x1, na qual o trabalhador dispõe de apenas um dia de descanso por semana. A proposta, que agora segue para apreciação do Senado, preserva os salários e garante dois dias de descanso remunerado.

Ao longo do século XX, a **redução da jornada de trabalho** esteve associada às transformações tecnológicas e aos ganhos de produtividade das economias capitalistas. Em diferentes momentos históricos, a limitação da jornada diária, a criação do descanso semanal remunerado e a ampliação das férias foram acompanhadas por argumentos de que tais medidas comprometeriam a competitividade e elevariam excessivamente os custos de produção. Apesar dessas resistências, elas acabaram sendo incorporadas ao funcionamento das economias modernas, acompanhando processos de mecanização, mudança tecnológica, reorganização produtiva e aumento da eficiência do trabalho.

No caso brasileiro, a discussão ganha relevância porque a atual jornada de 44 horas semanais foi definida pela Constituição de 1988, em um contexto econômico e produtivo bastante diferente do atual. Desde então, houve





expansão do uso de tecnologias digitais, mudanças na organização das empresas, aumento da escolaridade média da força de trabalho e crescimento da produtividade em diversos setores da economia. Assim, a discussão sobre a redução da jornada não envolve apenas os custos de produção, mas também a forma como os ganhos de produtividade são distribuídos entre lucros, salários e tempo livre. A proposta aprovada pela Câmara recoloca no centro do debate a relação entre **produtividade, qualidade de vida e organização do trabalho** no Brasil contemporâneo.

3.2.7.1 *Como funcionará a nova regra*

A PEC estabelece que a jornada máxima semanal será reduzida de forma gradual. Sessenta dias após a promulgação da emenda constitucional, o limite passará de 44 para 42 horas semanais. Após um período adicional de doze meses, a jornada máxima será reduzida para 40 horas semanais. A proposta garante dois dias de descanso remunerado por semana, sendo um deles preferencialmente aos domingos.

Na prática, isso significa que a escala 6x1 deixará de ser empregada no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, o texto aprovado preserva flexibilidade para negociações coletivas e regimes especiais de trabalho. A legislação prevê que categorias submetidas a plantões, turnos contínuos, escalas especiais ou atividades essenciais poderão continuar operando mediante acordos ou convenções coletivas. Isso inclui setores como saúde, segurança pública e privada, transporte, limpeza urbana, hospitais, atividades industriais contínuas e escalas 12x36. A PEC não elimina a possibilidade de jornadas diferenciadas, mas estabelece novos parâmetros gerais mínimos de descanso e limitação da carga horária.





Em relação às horas extras, a proposta mantém o adicional constitucional mínimo de 50% para horas trabalhadas além da jornada regular. Entretanto, como o teto semanal será reduzido para 40 horas, qualquer trabalho acima desse limite poderá ser considerado hora extra, salvo compensação via banco de horas ou negociação coletiva. Durante o período de transição, as empresas poderão redistribuir a jornada semanal para facilitar a adaptação ao novo regime.

A PEC também determina que a redução da jornada não poderá implicar redução salarial, nem mesmo proporcional à diminuição das horas trabalhadas. Isso significa que o valor nominal dos salários e os pisos salariais definidos em convenções coletivas deverão ser preservados. A manutenção da remuneração é um elemento central da proposta, pois impede que a redução da jornada seja compensada pela diminuição da renda dos trabalhadores. Os sindicatos e as empresas terão prazo para adaptar acordos e convenções coletivas às novas regras constitucionais.

3.2.7.2 – Impactos econômicos e sociais

Do ponto de vista econômico, os **efeitos** da nova legislação poderão ser **diversos entre os setores produtivos**. Para os trabalhadores, a principal consequência tende a ser a ampliação do tempo de descanso, convivência familiar e recuperação física e mental. Jornadas excessivas frequentemente estão associadas ao aumento do estresse, fadiga, acidentes de trabalho e adoecimento ocupacional. Em contrapartida, jornadas menores podem elevar a produtividade por hora trabalhada, reduzir o absenteísmo e melhorar as condições gerais de trabalho.

Jornadas de trabalho longas não produzem necessariamente maior eficiência. Em muitos casos, trabalhadores com jornadas menores apresentam maior concentração, menor rotatividade e maior rendimento por hora trabalhada.





Assim, parte do aumento dos custos trabalhistas pode ser compensada por ganhos organizacionais, tecnológicos e de produtividade.

Além disso, a redução da jornada poderá estimular novas contratações em determinados setores. Empresas que necessitam manter funcionamento contínuo poderão precisar ampliar seus quadros de funcionários para compensar a redução das horas individuais trabalhadas. Esse efeito tende a ser mais relevante em atividades intensivas em mão de obra, como comércio, serviços, saúde, alimentação, logística e hotelaria.

Entretanto, os impactos não serão homogêneos. Empresas maiores e atividades com maior intensidade tecnológica tendem a absorver os custos de adaptação com maior facilidade. Já pequenas empresas e setores caracterizados por baixa produtividade e margens reduzidas poderão enfrentar maiores dificuldades no curto prazo.

Reconhecendo esse problema, a própria PEC prevê mecanismos de transição gradual e futuras regulamentações específicas para micro e pequenas empresas. O texto aprovado prevê a elaboração futura de legislação complementar voltada aos MEIs, microempresas e pequenas empresas. Entre as possibilidades discutidas estão mecanismos de compensação, flexibilização transitória das regras e até ampliação do teto de faturamento do MEI. O objetivo é reduzir os impactos financeiros da mudança sobre negócios de menor porte e evitar efeitos negativos sobre o emprego e a informalidade.

A legislação refere-se aos trabalhadores terceirizados em contratos com a administração pública. Nesses casos, a redução da jornada não ocorrerá imediatamente. O texto prevê um prazo para adaptação dos contratos administrativos, preservando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos já firmados entre empresas privadas e governos municipais, estaduais e federal.

Contudo, o texto aprovado na Câmara contém um ponto delicado: trabalhadores com renda acima de cerca de 2,5 tetos do INSS e curso





superior ficam excluídos das novas regras. Ou seja, os mais bem pagos poderão continuar trabalhando mais de 40 horas e ter apenas um dia de folga, a menos que haja negociação coletiva.

3.2.7.3 *O alarmismo exagerado*

Do ponto de vista macroeconômico, o discurso de que a medida “quebraria o país”, como afirmam alguns críticos, parece exagerado. Os efeitos da mudança dependerão principalmente da capacidade de reorganização produtiva, da incorporação de tecnologia, do comportamento dos investimentos e da capacidade de adaptação das empresas e do mercado de trabalho.

Ao longo da história do capitalismo, diversas conquistas trabalhistas foram inicialmente recebidas com previsões de colapso econômico que não se confirmaram plenamente. A limitação da jornada diária, o descanso semanal remunerado, as férias e a própria legislação trabalhista frequentemente enfrentaram resistência sob o argumento de que aumentariam excessivamente os custos produtivos. Em muitos casos, porém, essas mudanças acabaram incorporadas à dinâmica econômica e produtiva ao longo do tempo.

3.2.7.4 *A questão distributiva*

Em última instância, o debate sobre redução da jornada de trabalho envolve uma questão distributiva fundamental: quem se apropria dos ganhos de produtividade gerados ao longo do desenvolvimento econômico? A experiência histórica sugere que parte desses ganhos pode ser convertida em redução do tempo de trabalho. Assim, a discussão ultrapassa os limites estritamente técnicos da legislação trabalhista e passa a envolver escolhas sociais mais amplas





relacionadas à distribuição da renda, do tempo livre e dos benefícios do progresso econômico.

A redução da jornada de trabalho prevista pela PEC representa, portanto, mais do que uma simples alteração legislativa. Ela sinaliza uma possível transformação na organização do trabalho no Brasil, recolocando no centro do debate temas como qualidade de vida, aumentos da produtividade, distribuição dos ganhos econômicos e equilíbrio entre trabalho e tempo livre.

3.2.7.5 *Um tema para as eleições de 2026*

A aprovação, em segundo turno pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição não representou apenas uma vitória legislativa. A mobilização do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e a articulação de parlamentares levaram a proposta ao centro do debate público e da disputa eleitoral.

Há uma associação entre a tramitação da PEC e o calendário eleitoral de 2026. A centro-esquerda e o governo federal assumiram a redução da jornada de trabalho como uma de suas principais bandeiras políticas. A estratégia consiste em apresentar ao eleitorado uma medida de forte apelo popular, associada à melhoria das condições de vida dos trabalhadores sem redução salarial.

A oposição, por sua vez, critica o que considera um uso eleitoral da proposta. Líderes do PL e de partidos de centro-direita afirmam que o Palácio do Planalto transformou a PEC em uma bandeira política com vistas às eleições de 2026. Contudo, a própria oposição acabou votando majoritariamente a favor da proposta, o que evidencia a relevância política e eleitoral do tema.

A PEC tornou-se um símbolo da disputa em torno das políticas trabalhistas e sociais no país. De um lado, a centro-esquerda e o governo federal defendem a ampliação de direitos trabalhistas como instrumento de melhoria das condições de





vida e fortalecimento do apoio popular. De outro, setores da oposição e parte do empresariado argumentam que a medida pode gerar custos adicionais para as empresas e foi impulsionada por motivações eleitorais.

Independentemente dessas interpretações, é bem provável que os eleitores acompanhem de perto a tramitação da proposta no Senado. A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 tendem a permanecer entre os temas mais relevantes do debate político e econômico nos próximos meses.

3.2.8 A corrupção como grande desafio

A conjuntura política brasileira de 2026 passou a ser profundamente marcada por **três grandes escândalos** que, embora distintos em sua natureza, convergem em um mesmo ponto: o desgaste da legitimidade institucional do sistema político e o aprofundamento da percepção social de captura do Estado por interesses privados e redes de poder pouco transparentes. Os **casos do Banco Master, das fraudes no INSS e das emendas parlamentares** transformaram-se em símbolos de uma crise mais ampla de confiança pública, afetando simultaneamente governo, Congresso Nacional, sistema financeiro, partidos e mecanismos de representação democrática.

O **primeiro** desses escândalos — o chamado “Caso Master” — adquiriu centralidade nacional porque reuniu elementos explosivos da política brasileira contemporânea: relações entre mercado financeiro, lobby político, fundos públicos, financiamento indireto de influência e suspeitas de conexões com estruturas de lavagem de dinheiro. O caso ganhou nova dimensão após o vazamento de áudios envolvendo o senador Flávio Bolsonaro e o empresário Daniel Vorcaro, ampliando pressões pela instalação de CPIs no Congresso Nacional.





As investigações passaram a envolver suspeitas relacionadas a operações financeiras de alto risco, utilização de fundos previdenciários públicos, lobby político e conexões entre operadores financeiros e agentes políticos relevantes. O debate agravou-se após operações da Polícia Federal atingirem pessoas ligadas ao banco e lideranças políticas influentes. O impacto político do caso é particularmente sensível porque ele atinge simultaneamente setores do sistema financeiro; parlamentares; fundos públicos; operadores políticos; e figuras centrais da reorganização da direita brasileira.

O episódio também ampliou uma percepção já disseminada na sociedade brasileira. Parte do sistema político-financeiro opera por meio de relações opacas entre capital privado, influência parlamentar e acesso privilegiado ao Estado. A dimensão simbólica do caso tornou-se ainda mais grave após denúncias de possíveis conexões entre estruturas financeiras associadas ao Banco Master e investigações sobre lavagem de dinheiro ligada ao PCC.

Mais do que um escândalo isolado, o Caso Master revela a crescente dificuldade de separação entre sistema político; sistema financeiro; financiamento indireto de poder; lobby; e redes de influência institucional.

Essa percepção tende a produzir efeitos eleitorais importantes em 2026, especialmente porque reforça o discurso antipolítica e amplia o espaço para candidaturas que procuram se apresentar como “externas ao sistema”, ainda que muitas vezes operem dentro dele.

O **segundo** grande **escândalo** da conjuntura brasileira envolve as fraudes relacionadas ao INSS e aos descontos indevidos em aposentadorias e benefícios sociais. O caso revelou falhas profundas de controle institucional e fragilidade do sistema de proteção dos aposentados brasileiros. Investigações da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal apontaram irregularidades envolvendo descontos associativos indevidos realizados diretamente na folha de pagamento de aposentados e pensionistas.





A gravidade política do caso decorre de três fatores centrais. Primeiro, porque atinge diretamente um dos grupos mais sensíveis do eleitorado brasileiro: os aposentados e beneficiários da previdência social. O envelhecimento do eleitorado nacional torna essa questão ainda mais delicada. Como dito nesta análise de conjuntura, registramos o crescimento acelerado da população acima de 60 anos no eleitorado brasileiro.

Segundo, porque o escândalo reforça a percepção de precarização administrativa do Estado brasileiro. O problema não aparece apenas como corrupção clássica, mas como incapacidade estrutural de proteção do cidadão comum diante de fraudes sistemáticas.

Terceiro, porque o caso alimenta uma narrativa política perigosa para o governo federal. A partir da ideia de que estruturas estatais continuam vulneráveis à captura por interesses privados, mesmo após sucessivos discursos de reconstrução institucional, a conta é de quem domina a máquina pública.

O **terceiro** escândalo — talvez o mais estrutural de todos — envolve as emendas parlamentares e a permanência do chamado “orçamento secreto” sob novas formas institucionais. Trata-se de uma transformação profunda do presidencialismo brasileiro e da própria dinâmica eleitoral do Congresso Nacional.

As emendas parlamentares deixaram de ser apenas instrumentos auxiliares de negociação política e passaram a constituir engrenagem central do sistema de reprodução eleitoral parlamentar. Dados recentes mostram crescimento exponencial desses recursos: em 2014, o volume de emendas girava em torno de R\$ 6 bilhões; em 2025, os pagamentos ultrapassaram R\$ 31 bilhões; e o orçamento de 2026 prevê cerca de R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares.

Esse crescimento alterou profundamente a lógica política do Congresso Nacional. As emendas funcionam hoje como mecanismo de territorialização do mandato parlamentar. Deputados e senadores passaram a operar não apenas como legisladores nacionais, mas como distribuidores diretos de recursos públicos





para bases municipais e regionais. O parlamentar fortalece prefeitos aliados, financia obras locais, consolida redes políticas territoriais e amplia sua capacidade eleitoral.

Na prática, as emendas transformaram-se numa poderosa máquina de reeleição parlamentar. O mecanismo é relativamente simples: o parlamentar direciona recursos para municípios estratégicos; fortalece alianças locais; amplia dependência política de prefeitos e lideranças regionais; constrói visibilidade territorial; e converte orçamento público em capital político-eleitoral.

O resultado é a **consolidação** de um **sistema político altamente incumbente**, no qual deputados e senadores com acesso ao orçamento passam a disputar eleições em posição muito superior à de novos concorrentes. Essa lógica ajuda a explicar o fortalecimento contínuo do Centrão e das lideranças congressuais. O poder parlamentar hoje já não depende apenas de capacidade legislativa ou formulação política, mas de controle distributivo de recursos públicos.

O problema agravou-se porque grande parte desse sistema ainda opera sob baixa transparência e limitada rastreabilidade. O STF declarou inconstitucional o chamado orçamento secreto em 2022, mas sucessivas adaptações regimentais do Congresso preservaram parte importante da lógica de opacidade distributiva.

Do ponto de vista eleitoral, isso produz efeitos profundos para 2026. Ele amplia brutalmente a vantagem dos atuais mandatários sobre candidatos sem acesso ao orçamento público. Depois, **fortalece campanhas altamente municipalizadas**, baseadas menos em debate programático nacional e mais em redes locais de distribuição de recursos. Ainda **reduz parcialmente o peso dos partidos políticos enquanto estruturas ideológicas**, substituindo-os por coalizões pragmáticas de acesso ao orçamento. Há uma espécie de “federalismo clientelar”, no qual





municípios tornam-se crescentemente dependentes da intermediação parlamentar para acesso a investimentos públicos⁶⁵.

Os **três escândalos** — Master, INSS e emendas parlamentares — possuem, portanto, um elemento comum. Eles revelam diferentes formas de **fragilidade institucional do Estado brasileiro diante da captura privada de estruturas públicas**. No Caso Master, aparece a captura financeira e política. No INSS, a vulnerabilidade administrativa e social. Nas emendas, a captura distributiva do orçamento público.

Juntos, esses episódios tendem a produzir impacto significativo nas eleições de 2026 porque alimentam simultaneamente o desgaste das instituições; o crescimento do sentimento antipolítico; a desconfiança em relação ao Congresso; a percepção de privilégios sistêmicos; e o fortalecimento de discursos populistas de combate ao “sistema”.

Ao mesmo tempo, revelam uma **contradição central da democracia brasileira contemporânea**. Enquanto o Estado amplia recursos e poder distributivo para atores políticos organizados, cresce entre parcelas da população a sensação de abandono, desigualdade e distância entre sociedade e instituições.

A conjuntura nacional brasileira de junho de 2026, portanto, é marcada pela convergência de **múltiplas transições simultâneas**: reorganização das direitas, fortalecimento congressional, fadiga governamental, mudança da forma de governabilidade, centralidade judicial, expansão do crime organizado e emergência climática. As eleições nacionais ocorrerão nesse ambiente de

⁶⁵ O conceito de “federalismo clientelar” é de SIMONETTI, Jorge Eduardo. *Las zonas oscuras de la democracia*. Buenos Aires: Autores de Argentina, 2020. Ele faz referência ao período de Artigas (José Gervásio Artigas), no hoje Uruguai. A referência se dá em torno dos movimentos políticos da região do Prata, por volta de 1820, que levou a que figuras como Ramírez e López, das províncias der Entre Rios e Santa Fé, abandonassem Artigas por conta de uma dependência de Buenos Aires, mas especialmente de Rosas, que com seus sócios e aliados dos “saladeros, estancias y curtiembres”, se preparavam para tomar o poder uns anos mais tarde. Certamente os períodos históricos não se comparam. A ideia principal é a fragmentação das relações de poder entre o local, o regional e o nacional.





fragmentação institucional e disputa profunda sobre qual modelo de Estado, desenvolvimento, democracia e soberania prevalecerá no próximo ciclo político brasileiro.

Na esteira desses desafios, há elementos da conjuntura que fazem de 2026 um ano tenso e intenso, que exigem uma capacidade de diálogo e de construir soluções que vão exigir de todas as instituições e de todos os brasileiros um esforço muito grande em torno do país. Ainda mais por conta de serem eleições sem grandes projetos nacionais com potência para nos mobilizar. Há aqui uma combinação de fatores históricos, institucionais, econômicos, culturais e sociais que se acumularam especialmente após a redemocratização. O problema não é apenas a falta de “bons líderes” ou de programas eleitorais robustos. O que está em crise é a própria capacidade do sistema político brasileiro de formular consensos estratégicos de longo prazo sobre desenvolvimento, soberania, desigualdade, território e futuro nacional.

O Brasil urbano, digitalizado, precarizado e hiperconectado do século XXI já não produz facilmente grandes consensos coletivos. A sociedade brasileira tornou-se mais fragmentada; mais individualizada; mais desconfiada das instituições; mais polarizada; e mais organizada por identidades morais, religiosas e afetivas.

As redes sociais aprofundaram esse processo. O debate público passou a operar em ciclos curtos, emocionais e permanentemente conflituosos. Projetos nacionais exigem horizonte longo, mediação institucional e pactos relativamente estáveis. Mas o ambiente digital favorece a indignação; a simplificação; o antagonismo; a hiperpersonalização; e a disputa permanente.

A política brasileira passou então a funcionar muito mais por reação do que por direção estratégica. Talvez por isso o Brasil viva hoje uma contradição tão profunda: possui dimensão continental, recursos estratégicos globais, grande população, forte capacidade agrícola e energética, mas encontra dificuldade crescente em responder à pergunta mais elementar da política nacional: “Que





país queremos ser nas próximas décadas?” Essa é a resposta que precisamos construir nos próximos anos.

E, também, saber como anda a nossa economia. É o próximo passo.

3.3 A conjuntura econômica nacional

As eleições deste ano ocorrem em ambiente econômico no qual, apesar de aspectos positivos, tendem a prevalecer os fatores negativos, como se verá a seguir.

3.3.1 Atividade econômica

Medida pelo PIB, a **economia nacional vem desacelerando** seu crescimento desde o início do segundo trimestre de 2025, fechando o ano com acumulado de 2,3%, segundo o IBGE. Tal valor pode ser considerado modesto se comparado à média mundial (3,2% segundo previsão do FMI, em outubro de 2025⁶⁶). No quarto trimestre de 2025, em comparação ao trimestre anterior, o PIB cresceu 0,1%, o que revela perda do dinamismo da atividade econômica⁶⁷. A política monetária restritiva, marcada pela elevada taxa de juros, afetou setores mais sensíveis ao crédito e a economia doméstica.

Para 2026, as expectativas do mercado financeiro, consolidadas no Boletim Focus do Banco Central, apontam para a **continuidade da desaceleração**, com crescimento anual ainda mais modesto, estimado em 1,85%⁶⁸.

⁶⁶ <https://istoedinheiro.com.br/fmi-eleva-projecao-de-crescimento-do-pib-global-em-2025-para-32-e-mantem-de-2026-em-31>

⁶⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2026-03/economia-brasileira-cresce-23-em-2025-revela-ibge>

⁶⁸ <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2026/05/18/focus-projecao-de-crescimento-do-pib-de-2026-segue-em-185-e-sobe-a-177-para-2027.htm>

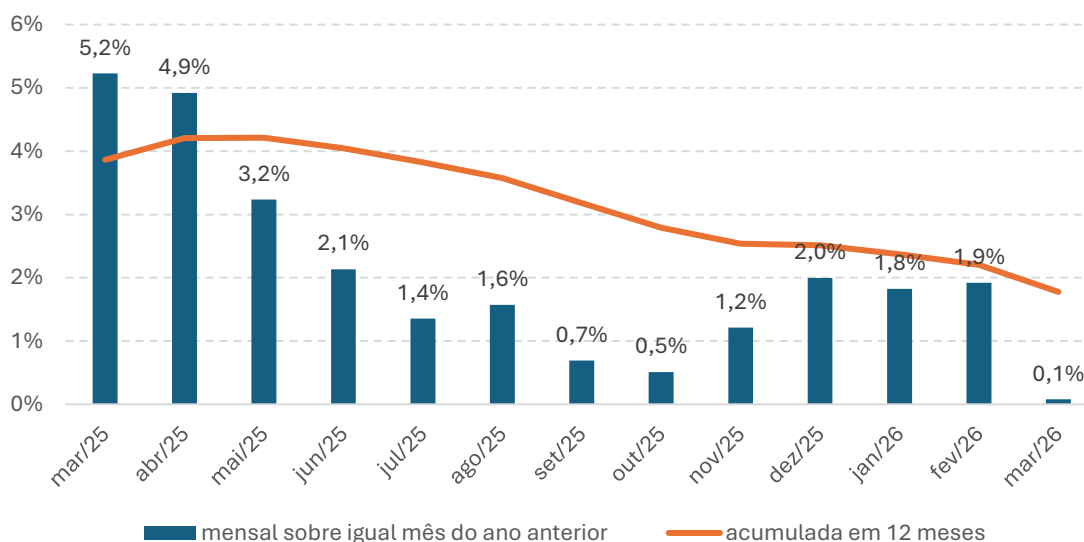




O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador mensal calculado pelo Banco Central, reúne dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária, capta a evolução da produção, sendo considerado um indicador prévio do desempenho do PIB, calculado pelo IBGE. No primeiro trimestre de 2026, o IBC-BR foi positivo em 1,3%, quando comparado ao quarto trimestre de 2025 e no acumulado em 12 meses, a expansão foi de 1,8%. Contudo, se o nível de atividade econômica, medida pelo índice vinha mostrando melhoras após a desaceleração no crescimento ocorrida no período de abril a outubro de 2025 (ver gráfico a seguir), o desempenho apresentado no mês de março de 2026 foi muito ruim, com crescimento de apenas 0,1% em relação a março de 2025 e queda de 0,7% em relação a fevereiro de 2026⁶⁹.

Gráfico 1

Brasil: Evolução da variação do índice de atividade econômica (IBC-Br, dessazonalizado) – de mar/25 a mar/26



Fonte: Banco Central do Brasil (20/05/2026). Elaboração própria.

⁶⁹ <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/ibc-br>



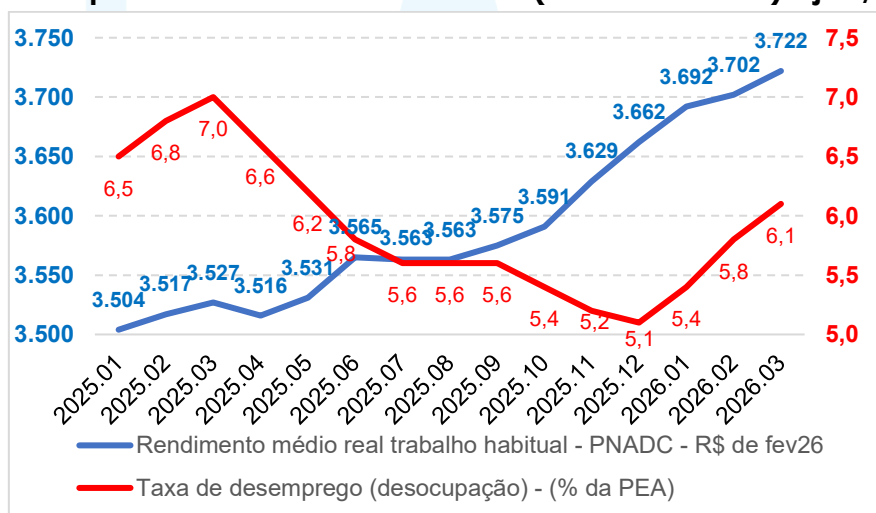


3.3.2 Mercado de trabalho

O Mercado de Trabalho ainda apresenta **sinais positivos**, especialmente em função do nível relativamente baixo de desemprego. A taxa de desemprego, chamada de taxa de desocupação pela PNAD Contínua, atingiu 6,1% em março de 2026, representando aumento de 1,0 ponto percentual em relação a dezembro de 2025 (5,1%). Apesar disso, trata-se da menor taxa de desemprego para um mês de março da série histórica, ficando 0,9 ponto percentual abaixo da observada no mesmo período do ano anterior (7,0%). Apesar da taxa de desocupação voltar a subir nos três primeiros meses de 2026, com mostra o gráfico a seguir, sugerindo que a desaceleração pode estar atingindo o emprego, o rendimento médio real do trabalho habitual, continua em ascensão, com crescimento real em 12 meses acima de 5%, desde dezembro de 2025⁷⁰.

Gráfico 2

Brasil: taxa de desocupação trimestral (% da PEA) e evolução do rendimento real do trabalho das pessoas de 14 anos ou mais (Reais de fev26) - jan/25 a mar/26



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

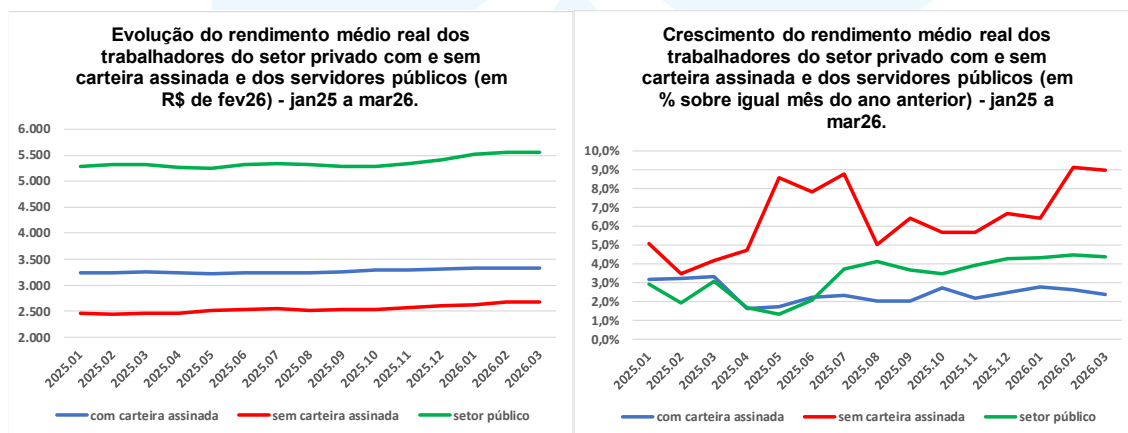
⁷⁰ <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>





O rendimento médio real dos ocupados atingiu R\$ 3.722 em março de 2026, 5,5% acima do valor alcançado 12 meses antes. Interessante notar que se no período de abril a dezembro de 2025 o aumento da ocupação foi acompanhado por crescimento constante do rendimento real, o aumento da taxa de desemprego nos três primeiros meses de 2026 não gerou queda no rendimento real, mesmo com o desaquecimento mencionado da economia neste início de ano. Por outro lado, o crescimento do rendimento médio dos ocupados deve-se em grande parte ao comportamento dos rendimentos dos trabalhadores do setor público e especialmente dos trabalhadores do setor privado sem carteira assinada, o que se caracteriza como muito alentador para os trabalhadores mais vulneráveis, dado que os seus rendimentos são muito inferiores aos com carteira assinada e ainda mais em relação aos servidores públicos, como pode ser visto nos gráficos a seguir.

Gráficos 3 e 4



3.3.3 Programas governamentais de complementação de renda

É importante destacar que, além da renda do trabalho, há uma série de programas sociais que contribuem para sustentar a renda das famílias. Nesse





contexto, observa-se a ampliação do alcance das políticas de transferência de renda no atual governo, especialmente do Bolsa Família, que atende cerca de 19 milhões de famílias. O programa mantém o benefício base de R\$ 600, acrescido de benefícios complementares que elevam o valor médio recebido para aproximadamente R\$ 683,00.

Novas iniciativas também foram implementadas, como o Programa Pé-de-Meia, uma modalidade de poupança financiada pelo Governo Federal voltada a estudantes de baixa renda do ensino médio público pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único. Atualmente, o programa beneficia cerca de 4 milhões de estudantes, oferecendo incentivos financeiros mensais de R\$ 200 para estimular a permanência e a conclusão dos estudos.

Outra mudança importante foi a nova tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física para 2026, em vigor desde janeiro, houve a isenção total do imposto para contribuintes com renda mensal de até R\$ 5 mil e redução gradual da tributação para rendas de até R\$ 7.350. A medida está beneficiando cerca de 16 milhões de pessoas, incluindo trabalhadores com carteira assinada, servidores públicos, aposentados e pensionistas, ampliando a renda disponível das famílias e fortalecendo o poder de compra entre os segmentos de renda média e baixa. Os efeitos nos rendimentos recebidos passaram a ser percebidos em fevereiro⁷¹.

A ampliação de programas sociais e habitacionais também vem contribuindo para sustentar a atividade econômica e o mercado de trabalho. Destaca-se, nesse contexto, a expansão do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que recebeu aporte adicional de recursos e teve sua meta ampliada para três milhões de moradias até o final de 2026. Além de atuar na redução do déficit habitacional e ampliar o acesso à moradia, o programa tem impulsionado o setor da construção civil, uma das atividades com maior capacidade de

⁷¹ <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/janeiro/receita-divulga-nova-tabela-do-irpf-com-as-mudancas-apos-isencao-para-quem-ganha-ate-r-5-mil>





geração de emprego. Segundo dados do Novo CAGED/Ministério do Trabalho, o estoque de empregos formais na construção civil cresceu 3% entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2026, acima da média de 2,2% observada para o conjunto das atividades econômicas⁷².

Em conjunto, **essas políticas contribuíram para sustentar o consumo das famílias e amortecer parcialmente os efeitos da desaceleração econômica sobre a demanda doméstica**. O índice de volume de vendas do comércio varejista, calculado pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), aponta expansão de 2,4% no acumulado de janeiro a março de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse resultado ocorreu apesar da manutenção de elevadas taxas de juros incidentes no crédito ao consumidor, face à persistência de SELIC muito alta, posto que fechou 2025 em 15%aa, tendo recuado para 14,5%aa em abril passado e espere-se que chegue a 13%aa no final do presente ano. O país continua exibindo a segunda maior taxa de juros real do mundo⁷³.

3.3.4 Inadimplência das famílias

A elevada taxa de juros cobrada pelo setor financeiro ao prover crédito é um fator fundamental para que a taxa de **inadimplência das famílias seja elevadíssima**. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela CNC (Confederação Nacional do Comércio), a proporção de lares com algum tipo de dívida atingiu 80,9% em abril passado,

⁷² <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/marco/novo-caged-brasil-gera-mais-de-255-mil-empregos-formais-em-fevereiro>

⁷³ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/no-ranking-global-de-juro-real-brasil-ocupa-2o-lugar-veja-lista-de-paises/>





sendo o cartão de crédito (em especial o crédito rotativo) a principal fonte de dívida para a grande maioria dos inadimplentes⁷⁴.

Os elevados níveis de endividamento das famílias vêm sendo parcialmente atenuados por políticas públicas federais voltadas à renegociação de dívidas, como os programas **Desenrola Brasil 1.0 e 2.0**. O Desenrola original, lançado em 2023, concentrou-se principalmente na renegociação de pequenas dívidas e na retirada de consumidores da inadimplência. Já o Desenrola Brasil 2.0 centrou-se nas dívidas bancárias das famílias, especialmente aquelas relacionadas ao cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal. O programa é destinado a pessoas com renda de até cinco salários-mínimos e contempla dívidas contraídas até janeiro de 2026. Entre seus principais benefícios estão os descontos do valor da dívida, juros reduzidos, parcelamento e carência para o início do pagamento. O programa também permite a utilização de até 20% do saldo do FGTS para amortização ou quitação do débito. Essas medidas buscam reduzir as restrições financeiras das famílias, melhorar as condições de crédito e sustentar parcialmente o consumo em um contexto de desaceleração econômica e juros elevados.

3.3.5 Inflação

A inflação medida pelo IPCA foi de 0,67% em abril, e de 4,39% no acumulado dos últimos 12 meses. O resultado mostra que a **inflação** está relativamente baixa para os padrões históricos e dentro da banda considerada pelo Bacen, apesar de ainda acima da meta de inflação, como se vê no gráfico a seguir.

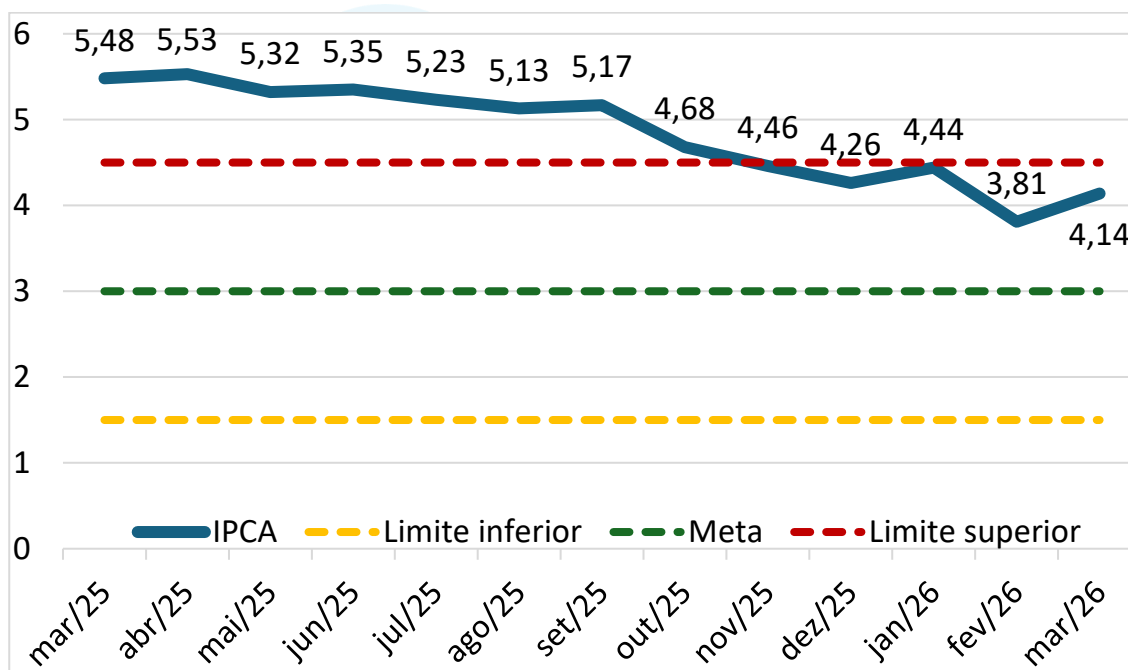
⁷⁴ https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2026/05/Pesquisas-CNC-PEIC-abr_26.pdf





Gráfico 5

Brasil: Variação (%) do IPCA em 12 meses e limites da meta de inflação
- mar/25 a mar/26



Fonte: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração própria.

É importante observar que o aumento da inflação decorre, em boa medida, do impacto da elevação do preço internacional do petróleo em decorrência dos conflitos envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel. Esses aumentos atingem diretamente o orçamento das famílias por meio do encarecimento dos combustíveis, do gás de cozinha e das tarifas de transporte. Além disso, a elevação dos custos de energia e transporte produz efeitos em cadeia sobre os fretes, pressionando os preços dos alimentos, bens e serviços em toda a economia. Nesse contexto, o Governo Federal tem adotado medidas emergenciais com o objetivo





de atenuar os impactos inflacionários e reduzir os efeitos da alta dos combustíveis sobre o custo de vida da população.

Uma medida recente adotada pelo Governo Federal foi a eliminação da tributação federal sobre importações de mercadorias de até US\$ 50, conhecida popularmente como “imposto das blusinhas”. Até então, essas compras estavam sujeitas a uma alíquota federal de 20% sobre o valor da aquisição. A medida busca reduzir o custo de bens de consumo adquiridos pelas famílias, especialmente pelos segmentos de renda média e baixa, ampliando parcialmente o poder de compra desses setores. Apesar da retirada do tributo federal, permanece a incidência do ICMS, imposto estadual que continua sendo aplicado sobre as compras internacionais.

Em conjunto com políticas de transferência de renda, renegociação de dívidas, redução do Imposto de Renda, o fim do imposto das blusinhas é uma estratégia do governo de sustentar o consumo das famílias e melhorar a percepção sobre o poder de compra das famílias.

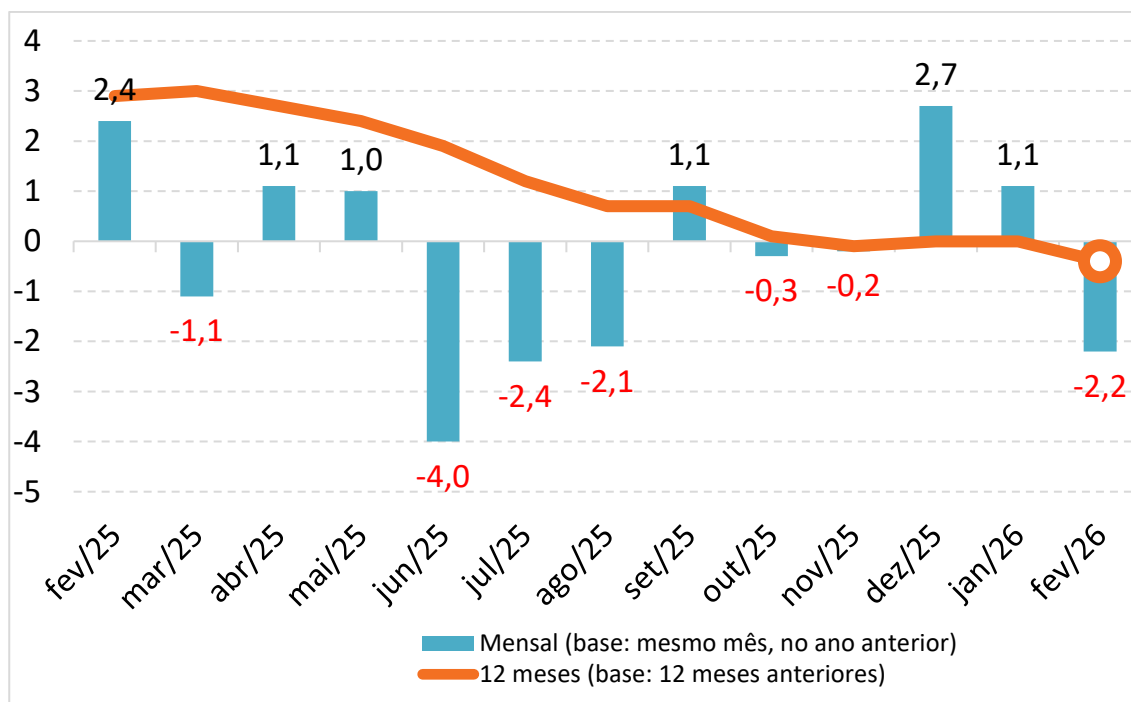
De certa forma, a despeito da adoção de políticas governamentais complementares de manutenção do poder de compra da renda das famílias e dos programas de transferência de renda, aliadas ao crescimento dos rendimentos do trabalho, a redução observada no nível de atividade da economia, com a ampliação da taxa de desemprego, vem resultando em retração do comércio varejista, que em fevereiro retraiu 0,4% no acumulado de 12 meses frente a igual período em fevereiro de 2025, conforme mostra o gráfico a seguir, não exercendo assim pressão inflacionária por demanda das famílias.





Gráfico 6

Brasil: Variação (%) das vendas do varejo ampliado - fevereiro/25 a fevereiro/26



Fonte: PMC (IBGE). Elaboração própria.

4 A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL E A RENOVAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

4.1 Principais candidatos à Presidência da República e a articulação das alianças políticas nacionais e regionais

As eleições presidenciais de 2026 começaram muito antes do calendário formal da Justiça Eleitoral. A disputa atualmente em curso não ocorre apenas em torno de nomes, pesquisas ou candidaturas individuais, mas sobretudo em torno da capacidade de construção de alianças nacionais e regionais capazes de sustentar governabilidade num país marcado pela fragmentação partidária, pela força crescente dos governadores, pela centralidade do Congresso Nacional e pela





reorganização simultânea das direitas e das esquerdas brasileiras. Mais de 150 milhões de eleitores voltarão às urnas para escolher presidente, governadores, senadores e parlamentares num cenário de elevada polarização institucional e territorial.

O primeiro elemento central da conjuntura eleitoral é que **a eleição presidencial deixou de ser exclusivamente presidencial**. A disputa de 2026 tende a funcionar como grande reorganização nacional das forças políticas regionais. Governadores, bancadas parlamentares, frentes econômicas, igrejas, máquinas estaduais e alianças territoriais passaram a possuir peso decisivo na construção das candidaturas competitivas. Em certo sentido, o Brasil aproxima-se de uma lógica semiparlamentar informal, na qual a viabilidade presidencial depende crescentemente da capacidade de articulação federativa e congressional.

Nesse contexto, o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva permanece como principal referência do campo governista e da centro-esquerda**. Lula ainda mantém forte densidade eleitoral no Nordeste, entre setores populares, movimentos sociais e parte significativa do eleitorado historicamente vinculado ao lulismo. Contudo, sua eventual candidatura à reeleição ocorre num ambiente mais difícil do que em 2022. O governo enfrenta sinais de fadiga política, limitações fiscais, dificuldades de comunicação e crescente pressão do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, parte importante das alianças tradicionais da centro-esquerda demonstra hoje menor coesão estratégica. Há tensões entre PT, PSB, PDT, PSOL e partidos de centro em torno da sucessão presidencial; da distribuição regional de poder; da ocupação de governos estaduais; e da construção das chapas para o Senado.

O Nordeste continua sendo o principal bastião eleitoral do lulismo, mas mesmo ali aparecem sinais de maior competitividade conservadora em setores evangélicos, periféricos e ligados ao agronegócio regional. No Sudeste e Sul, a





centro-esquerda encontra dificuldades maiores de expansão, especialmente diante da consolidação de governadores de direita e centro-direita.

No campo conservador, o cenário permanece marcado pela reorganização do bolsonarismo pós-Bolsonaro. A inelegibilidade e os problemas judiciais do ex-presidente produziram uma disputa interna pela liderança do campo da direita nacional.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) aparece como principal herdeiro político do núcleo bolsonarista mais ideológico. Sua estratégia busca preservar o eleitorado fiel ao ex-presidente, mantendo discurso fortemente antipepetista; conservador; anti-STF; e associado à segurança pública. Sua recente visita ao presidente Trump, logo após a visita de Lula, e em meio a uma crise de sua candidatura por conta do envolvimento no caso Master, destacou a agenda da segurança, defendendo tratamento ao crime organizado como terrorismo, como defendem porta vozes relevantes do Governo americano.

Entretanto, o bolsonarismo enfrenta um **desafio estrutural importante**. Ele deve transformar capital ideológico em coalizão nacional suficientemente ampla para vencer eleições presidenciais, superar as disputas internas e sobreviver aos escândalos, especialmente do caso Master, que está corroendo a candidatura de Flávio Bolsonaro nas atuais pesquisas de intenção de votos. O núcleo mais radical da direita possui forte mobilização digital e identidade política consolidada, mas encontra dificuldades de expansão em setores moderados do empresariado, do centro político e de parcelas do eleitorado urbano mais pragmático.

É nesse espaço que **crecem candidaturas de governadores da direita e centro-direita**. O ex-governador Romeu Zema (Novo-MG) busca apresentar-se como representante de uma direita liberal, gerencial e econômica, apoiada no discurso de eficiência administrativa e redução do Estado. Sua principal dificuldade é nacionalizar a imagem além do eleitorado mineiro e do campo liberal tradicional.





Já o ex-governador Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) tenta ocupar o espaço de uma direita conservadora mais institucional, fortemente vinculada ao agronegócio, à segurança pública e ao discurso de autoridade. Sua migração para o PSD de Gilberto Kassab revelou tentativa clara de construção de ponte entre direita conservadora e setores pragmáticos do centro político.

Outro ator relevante da conjuntura é o governador Tarcísio de Freitas, mesmo sem participação na candidatura presidencial. Tarcísio tornou-se peça central porque concentra atributos valorizados simultaneamente por bolsonaristas; mercado financeiro; setores empresariais; e parcelas do centro político.

São Paulo permanece sendo o principal território político nacional. O controle do maior colégio eleitoral do país, associado ao peso econômico paulista, transforma o governador paulista em ator decisivo para qualquer composição presidencial competitiva. Ele não disputará a Presidência, mas tende a funcionar como grande articulador da direita nacional. Por conta disso, o PT e os partidos de sua aliança pretendem levar adiante uma chapa majoritária com grandes nomes, como Fernando Haddad (PT), Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (REDE Sustentabilidade).

No Sul, o governador Ratinho Júnior também aparece como liderança emergente, especialmente pela capacidade de articulação regional entre agronegócio, conservadorismo moderado e gestão administrativa.

A disputa de 2026, portanto, **não se organiza apenas em torno de ideologias tradicionais, mas sobretudo pela capacidade de construção de alianças territoriais.** O país encontra-se dividido em múltiplos espaços políticos: Nordeste lulista; Centro-Oeste agroconservador; Sul liberal-conservador; Sudeste fragmentado; Amazônia em disputa; e periferias urbanas altamente voláteis.

Nesse ambiente, as alianças regionais tornam-se decisivas. Governadores passaram a exercer papel semelhante ao de “barões federativos”, controlando





máquinas estaduais; forças policiais; alianças parlamentares; fundos regionais; comunicação local; e articulações empresariais territoriais.

○ **Senado também ocupa posição central nessa conjuntura.** A renovação de dois terços das cadeiras transforma as alianças estaduais em elemento decisivo da disputa nacional. As composições presidenciais precisarão equilibrar viabilidade nacional; apoio congressional; e competitividade regional.

Além disso, **crece a influência das igrejas evangélicas e das redes digitais** nas negociações eleitorais. As alianças já não se constroem apenas entre partidos tradicionais, mas também entre lideranças religiosas⁷⁵; influenciadores digitais; empresários; frentes parlamentares; e movimentos conservadores territoriais.

A própria **crise das esquerdas** influencia esse cenário. Embora o campo progressista preserve forte presença institucional e eleitoral, enfrenta dificuldades de renovação programática e conexão simbólica com parcelas crescentes do eleitorado evangélico; dos trabalhadores informais; da juventude precarizada; e das periferias urbanas.

Por outro lado, a **direita brasileira também enfrenta dilemas relevantes.** Ainda não está claro se conseguirá unificar candidaturas; moderar setores radicais; ampliar alianças regionais; e construir maioria nacional estável.

⁷⁵ O Tribunal Superior Eleitoral consolidou entendimento rigoroso sobre o uso eleitoral de estruturas religiosas no julgamento do caso envolvendo a prefeita de Votorantim/SP, Fabíola Alves da Silva (PSDB), seu vice e o vereador Pastor Lilo (MDB), em ação oriunda do TRE-SP posteriormente analisada pelo TSE sob relatoria do ministro Antonio Carlos Ferreira. No precedente (AREspe 0600354-26.2024.6.26.0220), de 8 de maio de 2026, a Corte entendeu que a utilização de culto religioso como ambiente de promoção política caracteriza abuso de poder político e econômico, ainda que não exista pedido explícito de voto. Para o TSE, a exposição privilegiada de candidatos perante comunidade de fiéis, associada ao uso institucional da igreja e da autoridade espiritual de líderes religiosos, desequilibra a disputa eleitoral e viola os princípios da legitimidade e da igualdade de oportunidades nas eleições. O tribunal também reafirmou que templos religiosos são considerados bens de uso comum para fins eleitorais, nos termos do art. 37, §4º, da Lei nº 9.504/97, sendo vedada a realização de propaganda eleitoral em seu interior, além de reconhecer que a cessão da estrutura religiosa pode configurar doação estimável em dinheiro por fonte vedada, nos termos do art. 24, VIII, da Lei das Eleições.





Assim, a eleição presidencial de 2026 tende a ocorrer menos como simples confronto entre nomes individuais e mais como **disputa entre diferentes modelos de articulação federativa, econômica, moral e institucional do país**. A grande questão da conjuntura não será apenas quem chegará ao Palácio do Planalto, mas qual coalizão territorial, parlamentar, econômica e cultural terá capacidade de sustentar governabilidade num Brasil cada vez mais fragmentado, polarizado e regionalmente desigual.

Há outros nomes na disputa nacional, mas como não se apresentam ainda nas pesquisas com números consistentes, a opção metodológica é passar a considerá-los apenas após as convenções partidárias que se encerram no começo de agosto de 2026⁷⁶.

4.2 Polarização política: o que dizem as pesquisas eleitorais para presidente em maio de 2026

A **polarização política continua sendo o eixo mais estável** da eleição presidencial de 2026. As pesquisas divulgadas em maio não mostram apenas uma disputa entre nomes. Elas mostram uma sociedade politicamente organizada por campos de rejeição, identidade e medo recíproco. O eleitorado brasileiro parece menos disponível para uma competição programática clássica e mais inclinado a repetir a lógica que marcou 2018 e 2022: a decisão eleitoral como escolha entre projetos percebidos como existencialmente opostos.

Em maio de 2026, os levantamentos indicavam um quadro competitivo, com Lula ainda preservando posição central no campo governista, mas enfrentando uma oposição de direita capaz de reduzir distâncias e manter a eleição aberta. A

⁷⁶ Por exemplo, no Datafolha (22 de maio de 2026), Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD) continuam oscilando entre 3% e 4%, sem conseguir absorver de forma significativa o eleitorado perdido por Flávio. A ex-primeira-dama Michelle voltou a aparecer em cenários da pesquisa. Em um eventual segundo turno contra Lula, ela marcou 43%, contra 48% do presidente. No primeiro turno, Michelle registrou 22%, abaixo dos 31% obtidos por Flávio.





pesquisa AtlasIntel/Bloomberg, realizada entre 19 e 23 de maio com 4.399 entrevistados, apontou Lula numericamente atrás de Tarcísio de Freitas em eventual segundo turno, por 48,9% a 45,1%, e também em disputa apertada contra Jair Bolsonaro, por 47,5% a 45,5%. Já contra Flávio Bolsonaro, a mesma pesquisa mostrou Lula à frente por 48,9% a 41,8%, em movimento associado ao desgaste provocado pelo caso Banco Master.

O dado mais importante, contudo, não é apenas quem aparece numericamente à frente em cada simulação. O essencial é perceber que quase todos os cenários relevantes de segundo turno permanecem próximos, comprimidos e altamente dependentes de rejeição, transferência de votos e capacidade de unificação da direita.

A **polarização, portanto, não desapareceu. Ela se reorganizou.** O campo governista ainda gravita em torno de Lula, mas já enfrenta o limite da idade, da fadiga administrativa, da dificuldade fiscal e da perda de encantamento de parte do eleitorado. O campo conservador, por sua vez, segue condicionado por Bolsonaro, mesmo quando testa outros nomes. Isso significa que a direita tenta resolver um dilema difícil: precisa do capital político de Bolsonaro para mobilizar sua base, mas também precisa superar sua rejeição para vencer o segundo turno.

As pesquisas de maio também mostram que a **eleição tende a ser fortemente plebiscitária.** De um lado, haverá uma tentativa de transformar a disputa em julgamento do governo Lula: economia, inflação, segurança pública, corrupção, INSS, emendas parlamentares, Banco Master e fadiga do governo. De outro, o campo governista tentará transformar a eleição em nova defesa da democracia contra a extrema direita, retomando a memória do 8 de janeiro, a ameaça autoritária, a defesa do STF e a preservação das políticas sociais.

Nesse sentido, a eleição de 2026 poderá ser menos uma eleição de esperança e mais uma eleição de contenção. O eleitor não votará apenas em quem prefere. Ele votará, em muitos casos, contra aquilo que rejeita. É aqui que a





tese do “rejeitor” ganha força: uma parte expressiva do eleitorado se move menos por adesão programática e mais por bloqueio ao adversário. O voto passa a ser uma forma de veto moral, político e emocional.

A **polarização também aparece na regionalização do voto**. O Nordeste continua sendo o principal território de sustentação do lulismo, enquanto Sul, Centro-Oeste e partes importantes do Sudeste permanecem mais abertos à direita. São Paulo ocupa posição decisiva, não apenas por ser o maior colégio eleitoral, mas porque Tarcísio transforma o estado em plataforma nacional da oposição. A disputa presidencial, portanto, será também uma disputa federativa.

O quadro de maio de 2026 **sugere uma eleição aberta, dura e provavelmente definida por margens estreitas**. Lula conserva força, mas já não opera com folga. A direita tem nomes competitivos, mas ainda não resolveu plenamente sua sucessão interna. Bolsonaro continua sendo ativo político e passivo eleitoral ao mesmo tempo. Tarcísio aparece como nome mais funcional para ampliar a direita, enquanto Flávio Bolsonaro preserva a linhagem, mas carrega rejeições e vulnerabilidades próprias.

A conclusão política possível, ainda em junho, é que as pesquisas recentes não apontam pacificação, mas continuidade da polarização em novo formato. A disputa presidencial de 2026 tende a combinar plebiscito sobre o governo, julgamento do bolsonarismo, reorganização das direitas e fadiga das esquerdas. O centro político, embora importante nas alianças, ainda não aparece como força presidencial autônoma capaz de romper a lógica binária. O Brasil, mais uma vez, parece caminhar para uma eleição em que o medo do outro poderá ser tão decisivo quanto a confiança em si mesmo.

4.3 As disputas nas duas casas legislativas do Congresso Nacional

4.3.1 Câmara dos Deputados





Na análise sobre as principais forças políticas envolvidas na competição eleitoral de 2026, cabe apresentar neste momento a composição partidária atual da Câmara dos Deputados, levando em conta o fim da janela partidária ocorrida no início de abril passado.

Tabela 4 – Composição Partidária da Câmara dos Deputados – Maio 2026

Partido Político	Número de Deputados Federais
PL	97
PT	66
União Brasil (União)	50
PP	47
PSD	48
Republicanos	43
MDB	38
Podemos (Pode)	27
PSB	17
PSDB	17
PSOL	12
PcdoB	11
PDT	09
Avante	05
Solidariedade	06
PV	06
PRD	02
NOVO	05





CIDADANIA	02
REDE	04
Missão	01
Total	513

Fonte: Câmara dos Deputados, 2026⁷⁷.

Levantamento do portal de jornalismo político “Congresso em Foco” resume assim a migração partidária ocorrida na Câmara dos Deputados, no período recente: “A janela partidária de 2026 levou ao menos 122 deputados federais a trocar de partido entre 5 de março e 3 de abril, período em que parlamentares eleitos pelo sistema proporcional puderam mudar de legenda sem perder o mandato. O número equivale a quase um em cada quatro deputados em exercício (...) No saldo partidário, os maiores vencedores foram PL e Podemos, que terminaram empatados com saldo positivo de 11 deputados cada. Na outra ponta, o União Brasil foi o partido que mais encolheu, com saldo negativo de 14 parlamentares”⁷⁸.

Na Tabela 4 observa-se que 21 partidos políticos possuem representação na Câmara dos Deputado, o que confirma a permanência do quadro de elevada fragmentação que se instalou no país com a redemocratização, especialmente a partir dos anos de 1990. Adotando critério da literatura internacional de ter pelo menos 5% do total de cadeiras, as maiores bancadas são do PL (97 deputados federais), PT (66), União Brasil (50), PSD (48), PP (47), Republicanos (43), MDB (38) e Podemos (27).

⁷⁷ Disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas-partidarias>. Acesso em 20/05/2026.

⁷⁸ <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/117868/um-em-cada-quatro-deputados-trocou-de-partido-na-janela-veja-a-lista>.





Ainda com base nas estatísticas da Tabela 4, pode-se dizer que as agremiações políticas do campo progressista (PT, PCdoB, PV, PSB, PDT, PSOL e REDE) possuem atualmente 125 deputados federais, aproximadamente 24% do total. O bloco permaneceu estável em relação ao período anterior à janela partidária, quando possuía 127 representantes. Na eleição presidencial de 2026, o campo progressista apoia a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A oposição bolsonarista, formada pelo PL e NOVO, reúne agora 102 parlamentares, algo perto de 20% da Câmara dos Deputados. O bloco contou com um pequeno crescimento de 06 representantes. A oposição bolsonarista está dividida entre dois pré-candidatos à presidência da República: o senador Flávio Bolsonaro (PL) e o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (NOVO).

Enquanto a bancada do chamado “Centrão” (PP, Republicanos, MDB, União Brasil, PRD, Podemos e PSD) totaliza neste momento 255 deputados federais, o que significa aproximadamente 50% do conjunto. O Centrão anteriormente tinha 260 parlamentares. Na disputa presidencial, o PSD tem como pré-candidato o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado. Os demais partidos do Centrão ainda avaliam o quadro eleitoral, sem perder de vista os interesses estaduais e a escolha de um candidato, na disputa presidencial, que amplie suas chances de reeleição para Câmara dos Deputados.

A Federação formada pelo PSDB (17) e Cidadania (2) soma 19 deputados federais. O Solidariedade (6), Avante (5) e Missão (1) possuem juntos 12 parlamentares. Existe alguma especulação sobre o lançamento de um candidato à presidência da República pela federação PSDB/Cidadania, que poderia ser o deputado federal Aécio Neves (PSDB/MG). O partido político “Missão”, como apenas um parlamentar, está vinculado ao Movimento Brasil Livre (MBL) e tem Renan Santos como pré-candidato à presidência da República. O partido “Democracia Cristã”, por sua vez, não possui representação na Câmara dos Deputados, muito embora tenha anunciado que pretende participar da eleição





presidencial, com a possível indicação do ex-Ministro do STF Joaquim Barbosa e a retirada da pré-candidatura do ex-presidente da Câmara dos Deputados Aldo Rabelo⁷⁹.

Ainda é difícil avaliar o desdobramento desta reconfiguração partidária na Câmara dos Deputados na base parlamentar governista, nas votações do Congresso Nacional durante o restante do ano, e mesmo do ponto de vista das eleições nacionais. O processo eleitoral em curso ainda está na fase de definição de candidaturas e de alianças nacionais e estaduais. O tempo da política indica que o primeiro turno ainda está muito distante.

De qualquer forma, seria prudente que o eleitorado dedicasse mais tempo na escolha de seu representante para Câmara dos Deputados, bem como para Assembleia Legislativa Estadual. Diferentemente do Senado Federal, que representa os estados da federação, a Câmara dos Deputados expressa com maior fidelidade o eleitorado nacional, com suas diferentes tendências partidárias, ideológicas, programáticas e regionais, entre outras. É importante que os diferentes grupos sociais estejam presentes nas discussões que acontecerão nos próximos anos.

4.3.2 Senado Federal

Se a Câmara dos Deputados expressa com maior fidelidade a pluralidade política, ideológica e regional da sociedade brasileira, o Senado Federal tende a representar, de maneira mais concentrada, as **disputas estratégicas pelo poder institucional da República**. Nas eleições de 2026, esse aspecto assume importância ainda maior porque estarão em disputa dois terços das cadeiras da Casa, o que poderá alterar profundamente a relação entre Executivo, Congresso Nacional,

⁷⁹ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/joaquim-barbosa-na-disputa-ao-planalto-racha-dc/>





Supremo Tribunal Federal e governos estaduais. A renovação simultânea de 54 cadeiras transforma a disputa senatorial em um dos principais centros da conjuntura política nacional.

O Senado brasileiro ocupa posição singular no sistema político nacional. Diferentemente da Câmara dos Deputados, cuja composição segue proporcionalidade populacional, o Senado organiza-se pelo princípio federativo, garantindo representação igualitária aos estados da Federação. Cada unidade federativa possui três senadores, independentemente de tamanho populacional, peso econômico ou densidade eleitoral. Isso faz com que a disputa senatorial (majoritária) frequentemente combine interesses nacionais; conflitos regionais; lideranças estaduais; e articulações econômicas territoriais.

Nas eleições de 2026, **esse quadro ganha centralidade** porque o Senado passou progressivamente a ocupar papel muito mais relevante do que aquele originalmente previsto no presidencialismo de coalizão da Nova República. A ampliação das tensões entre os Poderes, o fortalecimento do Congresso Nacional, a judicialização da política e o protagonismo do Supremo Tribunal Federal deslocaram parte importante das disputas institucionais para dentro da Casa legislativa.

A eleição para o Senado transformou-se, em certa medida, numa disputa indireta sobre o próprio desenho institucional da democracia brasileira. Isso ocorre porque compete ao Senado Federal aprovar ministros do STF; processar pedidos de impeachment contra ministros da Corte; julgar autoridades da República; aprovar autoridades monetárias e diplomáticas; deliberar sobre temas federativos; além de participar diretamente das reformas constitucionais.

Como dito, a renovação do Senado passou a ser estratégica para redefinir os limites institucionais do Supremo Tribunal Federal, com críticas ao chamado “ativismo judicial” e à expansão do poder do STF. A consequência é que muitas candidaturas senatoriais de 2026 tendem a organizar suas campanhas não apenas





em torno de pautas regionais tradicionais, mas também da relação entre Senado e STF; da limitação de decisões monocráticas; da proposta de mandatos para ministros; do impeachment de integrantes da Corte; e da revisão do equilíbrio entre os Poderes.

○ **Senado, portanto, converteu-se em espaço privilegiado da polarização nacional.** Ao mesmo tempo, a disputa senatorial permanece profundamente regionalizada. Governadores estaduais assumem papel decisivo na formação das chapas, especialmente porque o Senado funciona como extensão política dos arranjos estaduais de poder. Em muitos casos, candidaturas ao Senado servem para acomodar ex-governadores; lideranças regionais tradicionais; ex-ministros; empresários; representantes do agronegócio; lideranças religiosas; e figuras fortemente associadas à segurança pública.

O peso econômico e político dos estados também influencia diretamente essa disputa. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Goiás, Pará e Rio Grande do Sul tendem novamente a concentrar candidaturas de elevada projeção nacional, dada sua relevância eleitoral e institucional.

Nesse ambiente, o chamado **“Centrão” também desempenha papel decisivo.** Diferentemente da polarização ideológica mais intensa observada na disputa presidencial, parte significativa das eleições senatoriais tende a operar por pragmatismo regional, alianças locais e cálculo federativo. Em muitos estados, o apoio ao governo federal ou à oposição poderá variar conforme interesses econômicos estaduais; composição das máquinas locais; influência dos governadores; e viabilidade eleitoral regional.

Outro aspecto relevante é a **crescente presença de candidaturas associadas às igrejas evangélicas, ao agronegócio e às forças de segurança.** A chamada “bancada da ordem” tende a buscar expansão no Senado. Também merece atenção o impacto das emendas parlamentares nesse processo. O fortalecimento distributivo do Congresso Nacional ampliou a capacidade de





senadores influenciarem diretamente investimentos regionais; obras públicas; relações com prefeitos; e redes territoriais de apoio político.

Por fim, a disputa senatorial de 2026 também expressa uma **crise mais profunda da representação política brasileira**. Elas serão dificilmente apenas eleições legislativas convencionais. Elas funcionarão como parte central da disputa sobre os rumos institucionais da República, sobre o equilíbrio entre os Poderes e sobre qual coalizão política terá capacidade de organizar o próximo ciclo de governabilidade no Brasil.

5 AS ELEIÇÕES DOS GOVERNOS E ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS: PRINCIPAIS FORÇAS POLÍTICAS E TEMAS RELEVANTES

5.1 São Paulo

5.1.1 Cenário atual das eleições estaduais no Estado de São Paulo

Perfil do eleitorado de São Paulo

O eleitorado do Estado de São Paulo atingia 34,4 milhões de pessoas, segundo dados do TSE referente ao ano de 2024⁸⁰. A Região Metropolitana de São Paulo, tradicionalmente com tendência mais à esquerda, concentra 48% do eleitorado, enquanto os 52% restante distribuem-se pelo interior do estado, tradicionalmente com tendência a eleger candidatos mais à direita. A capital São Paulo respondia por 27,1% do total do eleitorado do Estado, enquanto os 7 municípios com mais de 500 mil eleitores (Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo, Osasco, Santo André, São José dos Campos e Sorocaba) englobavam 13,7% do total. Com um eleitorado proporcionalmente mais idoso que a média

80

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?session=108187750283759>





nacional, seus eleitores com 60 anos ou mais respondiam, em 2024, por 23,0% do total (21,9% no Brasil), enquanto aqueles com menos de 25 anos englobavam 11,3% (12,9% no Brasil). Ainda comparativamente ao perfil do eleitorado brasileiro, o do Estado de São Paulo apresentava um padrão instrucional um tanto superior, com percentuais superiores aos da média nacional. Seus eleitores com graus instrucionais “superior completo”, “superior incompleto” e “ensino médio completo”, correspondiam a 53,4% do total (43,2% Brasil), enquanto aqueles com “fundamental incompleto”, “saber ler e escrever” e “analfabetos” conformavam 23,3% (32,6% Brasil).

5.1.2 Pré-candidatos ao Governo Estadual e ao Senado Federal

Com prazo para registro de candidatura até 15 de agosto, o rol de candidatos ainda fica indefinido. No entanto, para o cargo de Governador do Estado, dois nomes sobressaem sobre os demais e, a princípio polarizarão o pleito. O atual governador Tarcísio de Freitas, do Republicanos, e o antigo prefeito da capital e ex-ministro da Economia do atual governo federal, Fernando Haddad, do PT, deverão decidir entre eles o resultado da eleição. Até o momento apenas 2 pesquisas pré-eleitorais foram divulgadas e ambas indicam vantagem nas intenções de voto para Tarcísio de Freitas, tanto no primeiro como no segundo turno. Segundo pesquisa divulgada pela Quaest, em 5 de maio, o atual governador apresenta 54% de aprovação do seu atual governo, o que reforça seu favoritismo no pleito do final do ano. Os demais possíveis candidatos são pouco conhecidos do eleitorado paulista, com poucas intenções de votos, muito aquém dos dois anteriores. Segundo estas duas únicas pesquisas divulgadas até o momento⁸¹⁸², o

⁸¹ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2026/noticia/2026/04/29/quaest-disputa-para-o-senado-em-sp.ghtml>

⁸² <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/tarcisio-lidera-disputa-ao-governo-de-sp-com-473-diz-pesquisa/>





percentual de indecisos é insuficiente para eliminar a vantagem do atual governador.

Já no pleito para as duas vagas no Senado Federal, o cenário é mais incerto. Apenas três candidaturas são dadas como certas até o momento, das duas ex-ministras do atual governo federal, Marina Silva, do Rede, e Simone Tebet, do PSB, e do candidato do PP, Guilherme Derrite, ex-secretário do atual governo estadual, cargo do qual foi exonerado em 2025. Estes 3 nomes sobressaem sobre os demais, com vantagens significativas para as duas primeiras até agora. Um quarto nome que surge em alguns cenários apresentados pelas pesquisas também figura com percentual competitivo, o do antigo governador de São Paulo e ex-ministro do atual governo brasileiro, Márcio França, também do PSB. Os demais pré-candidatos citados aparecem com percentagens bastante inferiores de intenção de voto (Ricardo Salle – Novo –, Paulinho da Força – Solidariedade – e André do Prado – PL). Segundo a última pesquisa divulgada (Paraná Pesquisa), em 22 de maio, apenas 7,1% do eleitorado pesquisado ainda se considerava indeciso.

5.2 Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro possui um eleitorado de mais de 13 milhões de pessoas, segundo dados do TSE referente ao ano de 2024⁸³, sendo bastante concentrado na capital e na região metropolitana (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Niterói, entre outras cidades), com aproximadamente 75% do total de eleitores. O interior do estado, apesar de alguns municípios importantes (Campos dos Goytacazes, Macaé, Petrópolis e Volta Redonda), tem peso eleitoral menor. Na disputa para o governo estadual, as candidatas e candidatos a cargos

⁸³ (<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?session=16979820725935>)





majoritários (governador e senador) devem definir estratégias para cada uma das três regiões.

A eleição para governador este ano irá ocorrer em cenário marcado por circunstâncias atípicas. Cabe, de forma resumida, apontar seus aspectos principais. Em primeiro lugar, o presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto, terceiro nome da linha sucessória, é o atual governador em exercício. Ele assumiu o comando do Poder Executivo após a renúncia do ex-governador Cláudio Castro (PL) em março passado. Lembrando que o vice-governador havia renunciado, em 2025, para assumir o cargo de conselheiro no Tribunal de Contas Estadual (TCE-RJ), e a presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) estava vaga no momento em que o desembargador tomou posse⁸⁴. Tudo indica, por decisão do STF, que Ricardo Couto deve permanecer no cargo até o final do ano⁸⁵.

Em segundo lugar, a Alerj é presidida atualmente pelo deputado Douglas Ruas (PL), pré-candidato ao governo estadual, cuja eleição aconteceu em 17 abril⁸⁶. Finalmente, vale a pena destacar que o ex-governador Claudio Castro, pré-candidato ao Senado Federal, foi declarado pelo TSE inelegível por oito anos, pela prática de abuso de poder político e econômico na eleição estadual de 2022. Cabe recurso da condenação ao STF, o que termina deixando em suspense a candidatura de Castro⁸⁷.

O quadro de incertezas na dimensão institucional, entretanto, não reduz o favoritismo de Eduardo Paes (PSD), prefeito por quatro vezes da cidade do Rio de Janeiro, eleito pela última vez em 2024. Há muitos anos Paes ocupa lugar de destaque no centro político, dialogando com setores de centro-direita. No pleito

⁸⁴ (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/03/24/quem-ricardo-couto-o-desembargador-que-toma-posse-como-governador-do-rj-apos-a-renuncia-de-castro.ghtml>)

⁸⁵ (<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-decide-que-presidente-do-tj-deve-ser-mantido-como-governador-do-rio-de-janeiro/>).

⁸⁶ (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/04/17/eleicao-presidencia-da-alerj.ghtml>)

⁸⁷ (<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Marco/tse-torna-inelegivel-ex-governador-do-rio-claudio-castro>).





que se avizinha conta também com o apoio do presidente Lula, de parte expressiva do PT e da centro-esquerda.

Douglas Ruas (PL) desponta como candidato do campo bolsonarista, tendo sido indicado pelo senador Flavio Bolsonaro⁸⁸. Como sua trajetória política está restrita ao município de São Gonçalo, na região metropolitana, e na Alerj, seu desafio inicial é tornar seu nome conhecido do eleitorado fluminense. Além disso, terá de procurar se desvincular dos problemas relacionados ao governo Claudio Castro. Apesar disso, como o campo bolsonarista tem sido competitivo nas últimas eleições estaduais, deve crescer nas preferências do eleitorado nos próximos meses.

A pesquisa Quaest mais recente mostra a liderança de Eduardo Paes na disputa para o governo estadual, por larga margem, atingindo 34% das intenções de voto no primeiro turno. Douglas Ruas (PL) vem em segundo lugar com 9% dos entrevistados, seguido de perto pelo ex-governador Anthony Garotinho (Republicanos), com 8% dos que declararam voto⁸⁹. A mesma enquete aponta um elevado número de indecisos (20%) e de branco/nulo/não vai votar (20%). Isto significa que a eleição estadual ainda não está no radar da maioria do eleitorado.

Na eleição para as duas vagas de senador, a pesquisa Quaest revela um quadro de muita indefinição. Claudio Castro (PL) e Benedita da Silva (PT) lideram com 12% e 10% das intenções de voto, respectivamente. Entretanto, é bom lembrar que o ex-governador Castro pode não ter a candidatura homologada pelo TER-RJ, por conta da condenação no TSE. Em seguida aparecem Felipe Curi (PL) e Marcelo Crivella (Republicanos), ambos com 6% dos que declararam voto. Os demais nomes citados: Márcio Canella (União): 4%; Alessandro Molon (PSB): 3%; Waguinho (Republicanos): 3%; Mônica Benício (PSOL): 2%; Luciana Boiteux (PSOL):

⁸⁸ (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/02/24/pl-escolhe-douglas-ruas-como-candidato-ao-governo-do-rio-de-janeiro-claudio-castro-concorrerá-ao-senado.ghtml>)

⁸⁹ (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2026/noticia/2026/04/27/quaest-governo-estado.ghtml>)





1%; Pedro Paulo (PSD): 1%. O grande número de candidatas e candidatos competitivos amplia a incerteza sobre o resultado final, ainda mais que a citada pesquisa aponta um elevado número de indecisos (18%) e de branco/nulo/não vai votar (34%)⁹⁰.

A eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro será influenciada pela dinâmica da eleição presidencial. Isto aconteceu em 2018 e 2022. Entretanto, problemas estaduais específicos de gestão na área de segurança pública, saúde, educação, transporte e baixa capacidade fiscal devem ganhar espaço na agenda eleitoral.

5.3 Minas Gerais

O estado de Minas Gerais possui um dos eleitorados mais importantes do país, com mais de 16 milhões de eleitores aptos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral referentes ao ano de 2026⁹¹. Trata-se do segundo maior colégio eleitoral brasileiro, atrás apenas de São Paulo. Historicamente, Minas ocupa posição estratégica nas eleições presidenciais e nacionais, não apenas pelo tamanho de seu eleitorado, mas também por sua diversidade econômica, territorial e política. O comportamento eleitoral mineiro frequentemente expressa tendências mais amplas da política brasileira, razão pela qual o estado costuma ser visto como espaço de equilíbrio entre diferentes correntes ideológicas e sociais.

O eleitorado mineiro encontra-se distribuído de forma relativamente descentralizada em comparação com outros estados brasileiros. Embora a Região Metropolitana de Belo Horizonte concentre parcela significativa dos votos, cidades médias e polos regionais possuem peso político relevante. Municípios como

⁹⁰ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2026/noticia/2026/04/27/quaest-para-o-senado-no-rj-veja-os-numeros.ghtml>

⁹¹ https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home?p0_uf=MG&session=201006759757889.





Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares, Contagem, Betim, Divinópolis, Ipatinga e Poços de Caldas exercem influência importante na formação das alianças estaduais. Essa dispersão territorial obriga candidaturas majoritárias a construir estratégias eleitorais regionalizadas e amplas.

A disputa para o governo estadual em 2026 ocorre em cenário fortemente influenciado pela reorganização nacional das direitas brasileiras. O ex-governador Romeu Zema (NOVO), após dois mandatos consecutivos, tornou-se uma das principais referências nacionais do campo liberal-conservador e passou a integrar o grupo de possíveis candidatos à Presidência da República. Sua gestão consolidou imagem associada ao discurso de austeridade fiscal; à redução do tamanho do Estado; à eficiência administrativa; e à aproximação com setores empresariais e do agronegócio.

Ao mesmo tempo, Zema buscou ampliar diálogo com o campo bolsonarista, especialmente após as eleições de 2022, sem perder interlocução com setores liberais mais moderados. Esse movimento terminou fortalecendo sua posição nacional, mas também abriu disputa interna sobre sua sucessão estadual. O grupo político ligado ao governador trabalha para manter o controle do Executivo mineiro, apoiando candidatura associada à continuidade administrativa e à estabilidade fiscal. Entretanto, ainda existem indefinições importantes sobre qual nome efetivamente reunirá capacidade de unificação da base governista. Setores ligados ao NOVO, ao PL, ao PSD e ao agronegócio estadual disputam influência sobre a formação da futura coalizão conservadora mineira.

O campo bolsonarista possui força significativa em Minas Gerais. Jair Bolsonaro venceu no estado em 2018 e obteve votação extremamente competitiva em 2022. O conservadorismo mineiro encontra apoio especialmente no interior; em cidades médias; em segmentos evangélicos; no agronegócio; e em





parcelas do eleitorado urbano associadas às pautas de segurança pública e conservadorismo moral.

A principal dificuldade do bolsonarismo mineiro está na fragmentação de lideranças regionais e na ausência, até o momento, de nome estadual com densidade política comparável à de Zema. Mesmo assim, o PL deverá exercer papel central nas alianças estaduais, sobretudo em razão do peso eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro e da forte presença da direita no interior mineiro.

No campo governista e da centro-esquerda, o presidente Lula mantém competitividade importante em Minas Gerais, especialmente no Norte do estado, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em segmentos populares urbanos. Entretanto, diferentemente do Nordeste, o lulismo em Minas enfrenta competição mais equilibrada com o campo conservador.

O PT mineiro busca reconstruir protagonismo estadual após anos de dificuldades eleitorais locais. Existe expectativa de fortalecimento das alianças entre PT, PSD, PSB, PCdoB e setores do MDB mineiro, especialmente se Lula confirmar candidatura à reeleição. Contudo, persistem dificuldades relacionadas à fragmentação interna da centro-esquerda; à força regional do zemaísmo; e à dificuldade de construção de candidatura estadual altamente competitiva.

As pesquisas eleitorais divulgadas no primeiro semestre de 2026 indicam cenário ainda relativamente aberto. Romeu Zema aparece como liderança política mais consolidada do estado, tanto no plano estadual quanto nacional.

Na eleição para o Senado Federal, Minas Gerais tende novamente a concentrar candidaturas de elevada projeção política. O estado possui tradição de forte disputa senatorial em razão de seu peso institucional e da relevância nacional de suas lideranças. A renovação de duas vagas amplia ainda mais o interesse das forças políticas mineiras.





O Senado tornou-se espaço estratégico especialmente para o campo conservador, diante das tensões recentes envolvendo Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional e bolsonarismo. Assim, candidaturas associadas à crítica ao STF; à defesa do conservadorismo; à segurança pública; e ao agronegócio tendem a ganhar espaço importante no debate estadual.

Ao mesmo tempo, setores ligados ao governo federal procurarão construir palanque competitivo para Lula em Minas Gerais, entendendo que o estado permanece decisivo para qualquer projeto nacional. Historicamente, vitórias presidenciais em Minas funcionam como indicador relevante da tendência eleitoral brasileira.

A dinâmica econômica estadual também influenciará fortemente a disputa eleitoral. Minas Gerais enfrenta desafios relacionados à dívida pública estadual; à dependência da mineração; à infraestrutura logística; às desigualdades regionais; à crise hídrica; e à expansão do agronegócio.

Questões ambientais tendem a ganhar destaque crescente, sobretudo após os desastres envolvendo barragens em Mariana e Brumadinho, que continuam produzindo efeitos políticos, econômicos e sociais profundos no estado. Além disso, o avanço da mineração crítica e das disputas relacionadas à transição energética ampliou a centralidade da pauta ambiental mineira.

A segurança pública também deverá ocupar espaço importante no debate eleitoral. O crescimento das facções criminosas em cidades médias e corredores logísticos do estado passou a preocupar autoridades estaduais e setores empresariais. Minas Gerais tornou-se território estratégico na circulação interestadual de drogas, armas e mercadorias ilícitas, especialmente pela posição geográfica de integração entre Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

A eleição mineira de 2026 será profundamente influenciada pela disputa presidencial nacional. Isso ocorreu em 2018 e 2022 e tende novamente a acontecer. Minas Gerais permanece como estado-pêndulo da política brasileira:





suficientemente conservador para viabilizar candidaturas de direita, mas também suficientemente heterogêneo para permitir competitividade do campo progressista. Por essa razão, as alianças estaduais mineiras provavelmente funcionarão como uma das peças centrais da engenharia política nacional das eleições de 2026.

5.4 Rio Grande do Sul

5.4.1 Perfil do eleitorado do Rio Grande do Sul

O eleitorado do Rio Grande do Sul foi de 8,68 milhões de pessoas aptas a votar nas eleições municipais de 2024, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)⁹². O crescimento do eleitorado gaúcho foi reduzido nos últimos anos, alcançando 3,08% em relação às eleições de 2022 e 3,82% em comparação com a última eleição municipal, realizada em 2020. Porto Alegre concentrava 12,6% do eleitorado estadual, com 1.096.641 eleitores. Na sequência aparecem Caxias do Sul, com 347.190 eleitores; Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, com 259.593; Pelotas, com 248.634; e Santa Maria, com 209.396. Gravataí, também na Região Metropolitana de Porto Alegre, é o sexto maior colégio eleitoral do estado e possui 193.870 eleitores. Essas seis cidades representavam 27,1% do eleitorado apto a votar em 2024.

O perfil do eleitorado gaúcho apresenta predominância feminina: 53% dos eleitores aptos são mulheres. O estado também possuía 51.577 jovens entre 16 e 17 anos inscritos para votar, faixa etária para a qual o voto é facultativo. Essas informações se referem à eleição municipal de 2024.

⁹² <https://www.tre-rs.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/o-eleitorado-brasileiro-para-as-eleicoes-2024>





Comparativamente ao cenário nacional, o crescimento do eleitorado gaúcho ocorreu em ritmo inferior ao observado no conjunto do país. Em todo o Brasil, o eleitorado apto a votar nas eleições municipais de 2024 atingiu 155,9 milhões de pessoas, com crescimento de 5,4% em relação às eleições municipais de 2020. O eleitorado gaúcho representava 5,56% do eleitorado nacional.

O perfil do eleitorado do Rio Grande do Sul continua marcado pela forte concentração urbana em torno da Região Metropolitana de Porto Alegre e dos principais polos regionais do interior, refletindo a distribuição populacional e econômica do estado.

5.4.2 Pré-candidatos ao Governo Estadual e ao Senado Federal pelo Rio Grande do Sul

Os principais nomes colocados para a disputa ao governo do Rio Grande do Sul apresentam perfis políticos e bases eleitorais distintas. No campo da direita, destaca-se Luciano Zucco (PL), deputado federal alinhado ao bolsonarismo e com forte inserção entre setores conservadores, do agronegócio e do eleitorado identificado com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Gabriel Souza (MDB), atual vice-governador, representa a continuidade parcial do atual governo estadual e busca apoio entre setores empresariais e administrações municipais vinculadas ao MDB.

No campo da centro-esquerda houve aliança entre o PDT e o PT. Juliana Brizola (PDT) procura recuperar a tradição trabalhista associada ao legado do avô Leonel Brizola, buscando apoio entre eleitores urbanos, servidores públicos e setores progressistas. O seu vice é Edegar Pretto (PT), ex-presidente da Assembleia Legislativa e dirigente ligado aos movimentos sociais, à agricultura familiar, aos sindicatos e aos movimentos populares. Houve forte pressão do PT nacional para que Edegar Pretto não saísse como candidato ao governo estadual.





Poucas pesquisas eleitorais foram realizadas após a aliança entre o PDT e o PT. A principal pesquisa feita pela Quaest divulgada em 30 de abril e mostra Juliana Brizola (PDT) na liderança da disputa pelo governo do Rio Grande do Sul, com 24% das intenções de voto no primeiro turno, seguida por Luciano Zucco (PL), com 21%⁹³. Como a margem de erro é de três pontos percentuais, os dois aparecem tecnicamente empatados. No segundo turno, Juliana teria 35% contra 27% de Zucco, vantagem acima da margem de erro.

Os demais candidatos aparecem mais distantes, com destaque pela Gabriel Souza (MDB) com 6%. A pesquisa revelou elevado nível de indefinição do eleitorado: 34% dos entrevistados estavam indecisos e 68% afirmaram que ainda poderiam mudar de voto até a eleição. Os demais candidatos aparecem mais distantes, com destaque para Gabriel Souza (MDB), com 6%. A pesquisa revelou elevado nível de indefinição do eleitorado: 34% dos entrevistados estavam indecisos e 68% afirmaram que ainda poderiam mudar de voto até a eleição. Segundo a Quaest, o cenário permanece bastante aberto e marcado por baixa consolidação das alianças políticas junto ao eleitorado gaúcho.

A disputa pelas duas vagas ao Senado Federal apresenta um cenário fragmentado e aberto, reunindo candidatos de diferentes campos políticos e trajetórias públicas distintas. Manuela d'Ávila (PSOL), ex-deputada federal e ex-candidata à vice-presidência da República, aparece como principal nome do campo da centro-esquerda, com forte inserção em setores urbanos e progressistas. Paulo Pimenta (PT), ex-ministro e deputado federal, também representa o campo ligado ao governo Lula e aos movimentos sociais e sindicais.

Na centro-direita, o candidato é Germano Rigotto (MDB), ex-governador do estado e nome tradicional da política gaúcha, associado a uma imagem de moderação e experiência administrativa. Na direita bolsonarista, destaca-se

⁹³ <https://www.tre-rs.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/o-eleitorado-brasileiro-para-as-eleicoes-2024>





Marcel Van Hattem (Novo), deputado federal que possui presença entre eleitores identificados com pautas econômicas liberais e forte oposição ao governo federal. Ubiratan Sanderson (PL), também deputado federal, aparece igualmente vinculado ao campo bolsonarista e à pauta conservadora. Frederico Antunes (PSD), deputado estadual e dirigente político com forte inserção regional, e Cláudio Diaz (PSDB), ex-prefeito e liderança tucana, completam o grupo de principais pré-candidatos ao Senado.

Segundo o mesmo levantamento da Quaest, a disputa pelas duas vagas ao Senado encontra-se bastante equilibrada. No principal cenário, Manuela d'Ávila lidera com 14% das intenções de voto, seguida por Germano Rigotto, com 12%. Marcel Van Hattem e Paulo Pimenta aparecem empatados com 9%, enquanto Ubiratan Sanderson registra 7%. Frederico Antunes alcança 2% e Cláudio Diaz, 1%. Os indecisos somam 28%, enquanto votos brancos, nulos ou eleitores que afirmam não votar chegam a 18%.

Em um segundo cenário, Manuela mantém a liderança com 13%, seguida novamente por Rigotto, com 12%. Paulo Pimenta sobe para 10%, Marcel Van Hattem permanece com 9% e Sanderson registra 6%. Frederico Antunes alcança 3%. Há quatro candidatos tecnicamente empatados dentro da margem de erro de três pontos percentuais, disputando diretamente as duas vagas ao Senado.

A pesquisa revela elevado grau de indefinição. Apenas 37% dos entrevistados afirmaram que sua escolha para senador é definitiva, enquanto 62% disseram que ainda podem mudar de posição até a eleição. Os índices de rejeição mostram Manuela d'Ávila com 41%, Paulo Pimenta com 37% e Germano Rigotto com 30%. Marcel Van Hattem apresenta rejeição de 13%, Frederico Antunes, 12%, Cláudio Diaz, 11%, e Ubiratan Sanderson, 10%. Os dados sugerem uma disputa bastante aberta, marcada por elevado número de indecisos, forte fragmentação política e elevada rejeição aos candidatos que lideram a pesquisa.





5.5 Bahia

O estado da Bahia possui um dos maiores e mais complexos eleitorados do país, com mais de 11 milhões de eleitores aptos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral referentes ao ano de 2026⁹⁴. Trata-se do quarto maior colégio eleitoral brasileiro, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Bahia ocupa posição estratégica nas eleições nacionais não apenas por seu tamanho populacional, mas também por sua importância histórica, cultural, econômica e simbólica na formação política do Nordeste brasileiro.

O eleitorado baiano encontra-se relativamente concentrado na capital Salvador e na Região Metropolitana, especialmente nos municípios de Feira de Santana, Camaçari, Lauro de Freitas, Vitória da Conquista e Juazeiro. Entretanto, o interior do estado continua desempenhando papel decisivo nas eleições majoritárias. A Bahia possui forte tradição de liderança política regional, redes municipalistas consolidadas e influência significativa de prefeitos, ex-prefeitos e lideranças locais sobre o comportamento eleitoral.

A eleição estadual de 2026 ocorre num ambiente de relativa vantagem institucional do grupo político liderado pelo Partido dos Trabalhadores, que governa o estado desde 2007. Ao longo das últimas duas décadas, o PT consolidou na Bahia uma das mais duradouras experiências de hegemonia regional da política brasileira contemporânea, articulando governos estaduais; prefeitos; movimentos sociais; sindicatos; partidos aliados; e forte conexão com o eleitorado popular do interior e da periferia urbana.

Esse processo permitiu a formação de ampla coalizão política estadual envolvendo PT, PSD, PSB, PCdoB, MDB e setores do Avante e do Podemos. A força

94

https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home?p0_uf=BA&session=201006759757889





da base governista decorre não apenas do peso histórico do lulismo no estado, mas também da elevada capilaridade territorial construída ao longo dos anos.

O governador Jerônimo Rodrigues (PT), eleito em 2022 com forte apoio do presidente Lula e do então governador Rui Costa, buscará preservar a continuidade política do grupo governista. Sua gestão, entretanto, enfrenta desafios relevantes relacionados à segurança pública; à desaceleração econômica; à pobreza estrutural; às desigualdades regionais; e à pressão crescente sobre os serviços urbanos da capital e da Região Metropolitana.

A principal fragilidade do governo estadual está justamente na segurança pública. A Bahia tornou-se um dos estados mais afetados pela expansão das facções criminosas e pela disputa territorial entre grupos armados ligados ao narcotráfico. Relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram crescimento consistente dos índices de violência letal em áreas urbanas e periféricas do estado nos últimos anos. Salvador e municípios metropolitanos passaram a conviver com confrontos armados frequentes; expansão territorial de facções; fortalecimento de economias ilícitas; e aumento da sensação de insegurança da população.

Esse tema tende a ocupar posição central na disputa eleitoral de 2026. A oposição conservadora procura exatamente explorar o desgaste relacionado à violência urbana e à percepção de fadiga do longo ciclo petista estadual. O ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil) permanece como principal liderança oposicionista da Bahia. Neto mantém forte influência na capital, em parte do empresariado e em setores do interior vinculados ao tradicional carlismo baiano.

Apesar da derrota para Jerônimo Rodrigues em 2022, ACM Neto preservou capital político significativo e continua sendo figura central da centro-direita baiana. Sua estratégia busca construir imagem de gestor moderado, procurando ampliar diálogo com o centro político; setores liberais; empresariado; agronegócio; e parcelas do eleitorado conservador.





Ao mesmo tempo, ACM Neto tenta evitar associação excessiva ao bolsonarismo mais radical, entendendo que a Bahia continua sendo um dos estados mais favoráveis ao presidente Lula e à centro-esquerda no país. O bolsonarismo possui presença relevante no estado, especialmente em segmentos evangélicos, setores empresariais e parte do agronegócio do oeste baiano. Entretanto, diferentemente do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o campo conservador encontra maiores dificuldades estruturais de expansão eleitoral na Bahia em razão da força histórica do lulismo; da presença dos movimentos sociais; do peso do eleitorado popular; e da tradição política regional mais associada ao campo progressista.

Mesmo assim, a reorganização nacional da direita brasileira tende a impactar o estado. Partidos como PL, Republicanos e União Brasil procuram ampliar presença nas eleições proporcionais e fortalecer alianças municipais visando crescimento de longo prazo.

As pesquisas eleitorais divulgadas no primeiro semestre de 2026 indicam manutenção de competitividade importante da base governista estadual, especialmente em razão da elevada aprovação do presidente Lula no Nordeste. Entretanto, também apontam crescimento da preocupação do eleitorado com segurança pública; desemprego; custo de vida; infraestrutura urbana; e qualidade dos serviços públicos.

Na disputa para o Senado Federal, a Bahia tende novamente a apresentar cenário altamente competitivo. A renovação de duas vagas amplia o interesse das principais forças políticas estaduais. Lideranças históricas da política baiana, ex-governadores, ministros e representantes das grandes coalizões estaduais articulam-se para construção das chapas senatoriais.

O Senado tornou-se espaço estratégico na conjuntura nacional, especialmente após as tensões entre Congresso Nacional, STF e bolsonarismo. Entretanto, na Bahia, as eleições senatoriais tendem a combinar polarização





nacional; disputas locais tradicionais; influência municipalista; e forte peso das alianças estaduais.

A dinâmica religiosa também possui importância crescente na política baiana. O avanço das igrejas evangélicas alterou parcialmente a composição do eleitorado urbano e periférico, especialmente em Salvador e na Região Metropolitana. Ainda assim, a Bahia preserva forte diversidade religiosa e cultural, marcada historicamente pelo catolicismo popular; pelas religiões de matriz africana; e por expressiva pluralidade cultural.

Questões socioambientais também tendem a ganhar maior espaço na agenda eleitoral estadual. O oeste baiano consolidou-se como importante fronteira do agronegócio nacional, especialmente na produção de soja, algodão e milho. Ao mesmo tempo, crescem tensões relacionadas ao uso da água; à expansão fundiária; aos conflitos territoriais; e à pressão sobre comunidades tradicionais e povos indígenas.

O semiárido baiano continua sendo espaço particularmente sensível às mudanças climáticas. Secas prolongadas, insegurança hídrica e vulnerabilidade social permanecem como desafios estruturais relevantes para grande parte do interior do estado.

A eleição baiana de 2026 será profundamente influenciada pela disputa presidencial nacional. Historicamente, a Bahia tornou-se um dos principais pilares eleitorais do lulismo e da centro-esquerda brasileira. Entretanto, o crescimento da direita nacional, a reorganização do campo conservador e os problemas relacionados à segurança pública tornam o cenário estadual mais competitivo do que em ciclos anteriores.

Ainda assim, a força territorial da base governista, a capilaridade municipal construída ao longo de quase duas décadas e a influência política do presidente Lula fazem da Bahia um dos estados mais importantes da sustentação nacional do campo progressista nas eleições de 2026.





5.6 Pernambuco

5.6.1 A herança

Pernambuco tem a tradição de **formar frentes eleitorais progressistas**, desde o final da década de 1950, com o sucesso da eleição do governador Cid Sampaio (1958). No ano seguinte a Frente Popular foi responsável pela vitória de Miguel Arraes para prefeito do Recife. Em 1962 revigorou-se com a eleição de Arraes governador PSD/PTB/Comunistas, sob forte pressão de poderosos usineiros da agroindústria do açúcar, aliados à campanha nacional da direita, representada por instituições como IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). O Brasil, um aliado histórico dos EUA na luta contra o comunismo, não poderia cair nas mãos da esquerda. É por este motivo que as eleições para governador e para o Congresso Nacional no Estado de Pernambuco tornaram-se cenário para escoar o financiamento dos EUA, financiadas por interesses estrangeiros.

Após às eleições foi criada a CPI do IBAD em 1963, nela foi possível comprovar o envolvimento dos militares no IPES e de civis no IBAD, que financiava a mídia através da Ação Democrática Popular (ADP) e da Agência de Propaganda para que se difundisse a ideia de uma ameaça comunista iminente. Diante da interferência em assuntos internos do Brasil e do desrespeito à soberania nacional.

Os arquivos da CPI do IBAD comprovam o interesse do capitalismo no golpe orquestrado internacionalmente no cenário pós-guerra, com a ajuda de empresariado nacional, militares e demais entes da sociedade civil, no intuito de evitar a expansão da temida ameaça comunista nos países da América Latina. O golpe objetivou impedir as forças sociais que emergiram na sociedade brasileira naquele período, assim como as reformas que estavam em curso, principalmente no Nordeste do Brasil, lugar onde Miguel Arraes candidatava-se para governador





e nas quais seus opositores receberam financiamento para as suas respectivas campanhas.

Um dos motivos principais para a instalação da CPI, foi a eleição de mais de 100 deputados federais no Brasil com o financiamento estadunidense. Devido ao acirramento, houve a fragmentação da direita no país. Com o apoio do PSD, Arraes formou chapa com Paulo Guerra que garantiu o apoio de amplos setores da classe média açucareira. Formando assim uma força política vitoriosa, mesmo contra o aparato dos EUA em Pernambuco.

Essa tendência foi interrompida pelo golpe de 1964, renascendo pouco depois sob o abrigo do MDB. Perdurou na ditadura, obviamente, sem as principais lideranças que foram cassadas. O MDB se transformou na nova Frente, vitoriosa com Marcos Freire, senador em 1974, mas derrotada de com Jarbas Vasconcelos, quatro anos depois, e com Freire para governador, em 1982. Em 1986 Arraes venceu, já com as regras do pluripartidarismo e sem a legislação restritiva impostas pela do regime militar.

A Frente Popular se desfez pouco tempo depois, com o rompimento entre as duas lideranças mais fortes, Arraes e Jarbas, quando este aliou-se ao grupo comandado por Marco Maciel (Arena/PFL/PDS), na formação da “União por Pernambuco”. Esse arranjo perdurou até 2006, quando, no segundo turno da eleição para governador, o terceiro colocado, Humberto Costa (PT), manifestou imediato apoio a Eduardo Campos (PSB), antes mesmo de finda a apuração dos votos. Nesta eleição foi marcada pela divisão da esquerda no primeiro turno em dois palanques que apoiavam o presidente Lula (Humberto e Eduardo Campos).

Assim nasceu a aliança PT/PSB, unificada por influência do presidente Lula, e reforçada no plano nacional a partir de 2022 com a formação da chapa Lula/Alckmin. Em que pese esse quadro nacional, em Pernambuco formou-se pequena dissidência, na qual o deputado estadual João Paulo (PT) é a figura de maior expressão, sem contar divergências no plano municipal. Convém ressaltar





que em nossos dias a Frente Popular é incompleta na medida em que não abrigar novos partidos de orientação ideológica socialista como PSOL.

5.6.2 Pleitos majoritários de 2026

Como de costume, as eleições majoritárias para governador em Pernambuco tendem a ser muito disputadas. Embora os arranjos partidários ainda estejam em curso, é possível ter algumas sinalizações sobre as tendências do eleitorado, com base em alianças e pesquisas de intenção de voto disponíveis.

A evidência maior é a forte preferência por Lula, manifestada nos pleitos no Nordeste, após a primeira vitória de Lula. Este ano em Pernambuco os números de todos os institutos especializados em aferir intenções de votos, a opção por seu conterrâneo oscila acima de 50% das intenções de voto e ultrapassa 60%, conforme pesquisa recentes da Quest e da Real Time Big Data. Diante desses números das sondagens eleitorais há uma tese defendida por uma parte de parlamentares do PT e aliados da base do governo federal em apoiar a candidata Raquel Lyra, retomando a tese dos dois palanques para Lula em Pernambuco (João Campos e Raquel Lyra).

5.6.2.1 Disputa para governador

A influência de Lula, sobretudo no eleitorado do interior e periferia da RMR, constitui fator de atração de outros pretendentes, além do candidato do PSB e da Federação Brasil Esperança (PT/PC do B/PV). É o que tende a ocorrer com a apoio já sinalizado, em mais de uma ocasião, pela governadora Raquel Lyra, que migrou recentemente do PSDB para o PSD. Ela se empenha em reunir forte coalisão partidária, em torno de seu nome, formada pelo conjunto das seguintes legendas: PSD/PP/UB/PSDB/Avante/CIDA/PODE). Anote-se que a bancada estadual do PT na





Assembleia Legislativa tem dado apoio administrativo à governadora, podendo se estender para a disputa eleitoral, em especial por parte do deputado João Paulo, ex-prefeito do Recife.

Anunciam seus aliados que Raquel atraiu cerca de 140 prefeitos municipais dos 184 de Pernambuco, em movimento muito comum em período eleitoral, para sufragar seu nome, muito embora entre eles há razoável parcela que não votará em Lula. Se confirmado esse fato, estaremos diante de algo semelhante ao sucedido em 2010, quando o presidente Lula, ausentou-se da campanha em Pernambuco em virtude de, naquele ano, ser apoiado efetivamente pelos candidatos Humberto Costa (PT) e Eduardo Campos (PSB), a tese dos dois palanques da esquerda.

Mesmo sem definição precisa, deverão postular a governança estadual um candidato do PL, provavelmente vinculado ao presidente do diretório estadual, ex-prefeito de Jaboatão, Anderson Ferreira, do grupo evangélico ligado à Assembleia de Deus, e sua família, incluindo o deputado federal André Ferreira, o mais bem votado em 2022.

No campo da esquerda, a Federação PSOL/Rede tem como pré-candidato a governador, o atual vereador do Recife, Ivan Moraes. Outros postulantes deverão surgir nos pequenos partidos a fim de marcar posição no cenário eleitoral.

O ex-prefeito João Campos partiu na frente nas pesquisas eleitorais feitas em 2025, como decorrência de entrega de obras e serviços realizados em seis anos de gestão popular, aliada à sua exposição em redes virtuais, assumindo ele mesmo o comando de sua publicidade, com leveza e modernidade. Mas o crescimento de Raquel na preferência do eleitorado é fato captado em pesquisas recentes, embora João permaneça na dianteira. O equilíbrio levará ao segundo turno, como revelam pesquisas Datafolha, de 16 de maio, que mostra João Campos com 50% das intenções de voto, e a governadora com 38%. Mas, a distância entre os dois vem encurtando.





Já a última pesquisa da Genial/Quaest mostra João Campos (PSB) liderando o cenário estimulado com 8 pontos percentuais de vantagem para Raquel Lyra (PSD). No cenário espontâneo, os dois aparecem tecnicamente empatados. Os demais pretendentes captam inexpressivas intenções de votos, refletindo a bipolarização, sem garantia antecipada de definição no primeiro turno.

5.6.2.2 O quadro para o Senado

No fim de maio já existiam definições quanto as pré-candidaturas ao Senado. Os postulantes da Federação PT/PC do B/PV mais o PSB, PDT, Republicanos e MDB são: Humberto Costa (PT- reeleição) e Marília Arraes (PDT), que estão na liderança, segundo a última pesquisa da Quaest, Marília Arraes com 18% e Humberto Costa, com 12%. Ainda no campo de apoio a Lula, a Federação PSOL/REDE lançará o ex-deputado federal Paulo Rubens Santiago, ainda sem figurar em pesquisas eleitorais.

No campo comandado por Raquel Lyra, o quadro ainda está indefinido, mas já se apresentam: o deputado federal (agora no PSD) Túlio Gadelha (sem figurar ainda em pesquisas), o ex-prefeito de Petrolina, Miguel Coelho (UB), 10%; e também sem definição Mendonça Filho (migrado do UB para o PL), o ex-Governador, com 8%, o ex-Prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira, que tem 6% na pesquisa da Quest mais recente.

5.6.3 Representação na Câmara dos Deputados

Na eleição de 2022, a bancada de 25 lugares na Câmara foi assim distribuída: Federação PP/União Brasil 7, PSB 5, Federação PT/PC do B/PV 3, PL 3, Republicanos 2, Federação PSOL/ REDE 1, Federação PSDB/Cidadania 1, mesmo





número alcançado por cada um destes partidos, MDB, Avante, Solidariedade, Republicanos. Dos partidos médios, o PDT não alcançou o coeficiente eleitoral.

Separando em dois campos políticos, infere-se que há equilíbrio visto que o conjunto de esquerda mais centro democrático somou 12, enquanto o campo à direita ficou com 13.

Difícil prever nessa etapa de indefinições de pré-candidaturas qual será o desenho da bancada pernambucana na Câmara Federal. Há a expectativa de redução nas bancadas dos partidos de direita, caso o desdobramento das investigações ligadas ao escândalo Vorcaro/Banco Master alcance os principais puxadores de votos do PL e do PP, respectivamente, André Ferreira e Clarissa Tércio, que ajudaram a eleger outros candidatos.

Reforçando essa hipótese pode-se alinhar a evidência de **sinais de renovação**, sobretudo no campo das forças de esquerda, que adotam a estratégia de lançar pré-candidaturas de jovens com forte presença nas redes sociais e com vinculações a grupos sociais que lutam para impor-se na sociedade. Esses candidatos apresentam-se com mais força no PT e PSOL com a postulação do jovem professor de história, Jones Manoel (PSOL), das também jovens, deputada estadual Rosa Amorim, e vereadora do Recife Kari Santos, ambas do PT. A primeira, nascida em assentamento do MST, em Caruaru, tem o apoio daquele movimento com capilaridade em todas as regiões do estado.

Há também a possibilidade do retorno à Câmara do advogado Maurício Rands, deputado federal em três legislaturas, quando teve a oportunidade de liderar a bancada do PT, hoje afastado da militância. Desta vez será candidato pela legenda do Avante, em articulação com o deputado Túlio Gadelha, que migrou da Federação PSOL/REDE para o PSD, atual legenda da governadora, pela qual é pré-candidato ao Senado.





Difícil fazer previsões acerca de grandes puxadores de votos, devendo-se aguardar a definição completa das chapas majoritárias e proporcionais, bem como do curso da campanha nesse confuso ambiente vivido no Brasil.

5.6.4 Acirramento eleitoral e uso da Polícia Civil para monitorar opositores

Há uma crise nas eleições de 2026 em Pernambuco e seu estopim foi a denúncia da gestão municipal de que agentes da Polícia Civil de Pernambuco (SDS-PE) estariam atuando como uma espécie de "polícia paralela" para monitorar ilegalmente a rotina do secretário de Articulação Política e Social do Recife, Gustavo Queiroz Monteiro, e de seu irmão.

O governo estadual, via Secretaria de Defesa Social, confirmou a vigilância, mas negou motivação política. Afirmou que um núcleo de inteligência da PC-PE apurava uma denúncia anônima de recebimento de propina. A vigilância teria se restringido ao rastreamento do veículo oficial da prefeitura, sem grampos telefônicos, e o procedimento acabou arquivado por falta de provas.

A prefeitura do Recife e parlamentares aliados classificaram a operação como espionagem política, apontando desvio de finalidade das forças de segurança do Estado para coagir e vigiar adversários políticos em pleno ano de articulação eleitoral.

5.6.4.1 Federalização e impacto constitucional

Diante do risco de contaminação política nas esferas de investigação estaduais, o caso chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). No início de fevereiro de 2026, o ministro Gilmar Mendes determinou que a Polícia Federal (PF) assumisse as investigações, suspendendo de imediato qualquer atuação do Ministério Público de Pernambuco (MP-PE) sobre o episódio.





Em sua decisão, o STF firmou um entendimento fundamental para o controle de constitucionalidade: investigações genéricas conduzidas sem delimitação objetiva violam o devido processo legal e rompem com o princípio da neutralidade do Estado.

O caso foi apresentado ao STF por três ocupantes de cargos públicos da Prefeitura do Recife, que alegaram estar sendo alvo de medidas investigativas promovidas pelo Gaeco de forma desproporcional e genérica, como quebras de sigilo fiscal e intimações para depor como investigados, sem a individualização de condutas. A apuração envolvia supostas irregularidades em duas atas de registro de preços elaboradas por consórcios intermunicipais.

O episódio gerou forte repúdio de movimentos sociais, parlamentares e expressos políticos, levantando um alerta central sobre a estabilidade democrática: a instrumentalização das agências de inteligência e coerção do Estado para perseguir opositores remonta a práticas autoritárias de exceção, representando uma erosão preocupante das garantias institucionais e dos direitos fundamentais no cenário regional.

5.7 Pará

O estado do Pará ocupa posição cada vez mais estratégica na conjuntura política, econômica e ambiental brasileira. Com eleitorado superior a 6 milhões de pessoas, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral referentes ao ano de 2026⁹⁵, o estado possui a maior população da Região Norte e uma das dinâmicas territoriais mais complexas do país. A disputa eleitoral para o governo estadual e para o Senado em 2026 ocorrerá em meio a profundas transformações

95

https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home?p0_uf=PA&session=201006759757889





relacionadas à Amazônia; à mineração; ao agronegócio; à infraestrutura logística; à transição energética; ao crime organizado; e à realização da COP-30 em Belém.

O eleitorado paraense encontra-se relativamente concentrado na Região Metropolitana de Belém, especialmente na capital, Ananindeua, Marituba e Castanhal. Entretanto, o interior do estado exerce enorme peso político nas eleições majoritárias. Regiões como o sudeste paraense, o Baixo Amazonas, o oeste do estado e a região de Carajás possuem dinâmicas econômicas e eleitorais próprias, fortemente influenciadas pela mineração, pela pecuária, pela expansão agropecuária, pelos conflitos fundiários e pelas grandes obras de infraestrutura.

O Pará talvez represente hoje, de maneira mais explícita que qualquer outro estado brasileiro, as contradições centrais da Amazônia contemporânea. O estado combina enorme riqueza mineral; expansão do agronegócio; forte desigualdade social; conflitos territoriais; presença crescente do crime organizado; pressão ambiental; e baixa capacidade estatal em amplas áreas do território.

A eleição estadual de 2026 ocorrerá sob forte influência da gestão do ex-governador Helder Barbalho (MDB), uma das principais lideranças políticas nacionais da atualidade. Helder consolidou-se como figura de destaque no centro político brasileiro, ampliando sua influência no Congresso Nacional; junto ao governo federal; no empresariado; e nas articulações amazônicas internacionais.

Sua gestão ganhou projeção adicional em razão da preparação de Belém para sediar a COP-30, em novembro de 2025. O evento transformou o Pará em vitrine internacional das disputas ambientais brasileiras e ampliou o protagonismo político do governador nas agendas climática e amazônica.

Ao mesmo tempo, a realização da COP-30 também expôs contradições importantes do modelo de desenvolvimento regional. A preparação para o evento intensificou debates sobre infraestrutura urbana; desigualdade social; saneamento; ocupação desordenada; pressão imobiliária; e impactos ambientais em Belém e na Região Metropolitana.





Helder Barbalho trabalha para preservar a hegemonia política do MDB no estado, construindo candidatura de continuidade governista. A máquina estadual, a forte presença municipalista e a ampla rede de alianças partidárias tornam o grupo governista favorito inicial da disputa estadual. O MDB paraense mantém capacidade singular de articulação entre prefeitos; deputados estaduais; parlamentares federais; empresários; setores do agronegócio; e lideranças regionais. Essa estrutura política foi consolidada ao longo de décadas e permanece como principal força institucional do estado.

A oposição estadual, entretanto, busca explorar desgastes relacionados à violência urbana; ao avanço do crime organizado; aos conflitos fundiários; à precariedade urbana; e às desigualdades regionais persistentes.

O bolsonarismo possui presença relevante no Pará, especialmente no sul e sudeste do estado; em áreas vinculadas ao agronegócio; em setores evangélicos; e entre segmentos ligados à mineração e ao empreendedorismo regional. Nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro obteve votação competitiva em diversas regiões paraenses, sobretudo fora da Região Metropolitana de Belém. O conservadorismo amazônico cresceu significativamente nos últimos anos, associado à pauta da segurança pública; ao discurso antiambientalista; à defesa da propriedade privada; e à crítica à presença do Estado regulador em áreas econômicas.

Mesmo assim, o presidente Lula mantém força importante no Pará, especialmente entre setores populares urbanos; movimentos sociais; sindicatos; populações tradicionais; e parte expressiva do eleitorado mais pobre do interior.

A disputa presidencial tende novamente a influenciar fortemente o cenário estadual, como ocorreu em 2018 e 2022. A segurança pública deverá ocupar posição central na eleição paraense de 2026. O estado tornou-se corredor estratégico do narcotráfico internacional e da circulação de armas, ouro ilegal, madeira e mercadorias ilícitas. Relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública





e do Instituto Igarapé apontam crescimento da presença de facções criminosas na Amazônia, especialmente em regiões de fronteira logística e mineração ilegal.

O Pará passou a conviver simultaneamente com violência urbana crescente; expansão territorial de facções; conflitos agrários; grilagem; garimpo ilegal; e fortalecimento de economias ilícitas. Essa realidade tornou a Amazônia espaço de convergência entre crime organizado; mineração; desmatamento; narcotráfico; e disputa fundiária.

Questões socioambientais assumirão centralidade inédita na disputa eleitoral estadual. O Pará tornou-se epicentro das discussões sobre transição energética; mercado de carbono; mineração crítica; bioeconomia; proteção florestal; e soberania amazônica.

A exploração mineral continuará sendo tema decisivo. O estado concentra algumas das maiores reservas minerais do mundo, especialmente ferro; cobre; níquel; bauxita; manganês; e minerais estratégicos para a transição energética global.

Ao mesmo tempo, cresce a pressão internacional sobre rastreabilidade ambiental, preservação florestal e proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os conflitos fundiários permanecem como um dos maiores desafios estruturais do estado. O sul e sudeste paraense continuam registrando tensões relacionadas à ocupação territorial; à expansão agropecuária; à mineração; ao garimpo ilegal; e à violência no campo.

O Pará também concentra significativa população indígena, quilombola e ribeirinha. Assim, temas relacionados à demarcação de terras; à consulta prévia; ao licenciamento ambiental; e aos impactos de grandes empreendimentos tendem a ganhar relevância crescente na agenda política estadual.

Na disputa para o Senado Federal, o cenário paraense tende a ser altamente competitivo. O peso estratégico da Amazônia ampliou o interesse





nacional pelas cadeiras senatoriais do estado. Lideranças vinculadas ao MDB; ao agronegócio; ao bolsonarismo; ao campo progressista; e aos setores empresariais amazônicos

procuram ocupar espaço numa eleição que poderá ter forte nacionalização política.

A relação entre Senado e STF, a agenda ambiental, a mineração e os conflitos amazônicos deverão aparecer com intensidade nas campanhas senatoriais. A eleição paraense de 2026 provavelmente será uma das mais simbólicas do país porque sintetiza parte significativa das disputas centrais da conjuntura brasileira contemporânea com disputas entre desenvolvimento versus preservação; Amazônia versus expansão econômica predatória; soberania nacional versus pressão internacional; mineração versus proteção territorial; crescimento econômico versus desigualdade social.

O Pará deixou de ocupar posição periférica na política brasileira. O estado tornou-se um dos centros estratégicos da disputa nacional sobre democracia, meio ambiente, segurança pública e modelo de desenvolvimento para a Amazônia nas próximas décadas.

5.8 Goiás

O estado de Goiás ocupa posição estratégica crescente na política brasileira contemporânea. Com eleitorado superior a 5 milhões de pessoas, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral referentes ao ano de 2026⁹⁶, o estado tornou-se um dos principais polos políticos, econômicos e eleitorais do Centro-Oeste brasileiro. A combinação entre expansão do agronegócio, crescimento populacional, fortalecimento conservador e proximidade institucional com Brasília

⁹⁶

https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home?p0_uf=GO&session=201006759757889





ampliou significativamente o peso goiano na dinâmica nacional das eleições de 2026.

O eleitorado goiano encontra-se relativamente concentrado na Região Metropolitana de Goiânia, especialmente na capital, Aparecida de Goiânia, Anápolis e cidades vizinhas. Entretanto, o interior do estado mantém enorme influência política, particularmente em regiões vinculadas ao agronegócio, à pecuária e à produção de grãos. Municípios médios e polos regionais exercem forte papel nas alianças eleitorais estaduais, preservando uma tradição política fortemente municipalista e regionalizada.

A eleição estadual de 2026 ocorre sob influência direta da projeção nacional do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD). Após consolidar sua liderança regional nos últimos anos, Caiado transformou-se em uma das principais referências nacionais da direita conservadora brasileira. Sua trajetória política combina forte identidade com o agronegócio; discurso de autoridade e segurança pública; conservadorismo moral; defesa da propriedade privada; e aproximação gradual com setores do centro político e empresarial.

A recente migração de Caiado para o PSD foi interpretada nacionalmente como movimento estratégico de ampliação de sua viabilidade presidencial. O ex-governador busca construir imagem de liderança conservadora institucional, procurando ocupar espaço intermediário entre o bolsonarismo mais radical; e uma direita liberal moderada. Ao mesmo tempo, Caiado preserva elevada influência sobre a política estadual goiana. Seu grupo político controla parcela significativa da máquina estadual; das alianças municipalistas; da base parlamentar; e das articulações junto ao agronegócio.

A principal questão da conjuntura estadual é justamente a sucessão do atual governador. Caso confirme a continuidade de candidatura presidencial, Caiado precisará construir nome competitivo capaz de preservar a hegemonia política do





grupo governista em Goiás. A disputa interna pela sucessão mobiliza lideranças vinculadas ao PSD; União Brasil; MDB; PL; e Republicanos.

O campo conservador possui força estrutural em Goiás. Jair Bolsonaro venceu amplamente no estado em 2018 e 2022, especialmente em regiões interioranas ligadas ao agronegócio e ao conservadorismo religioso. Goiás tornou-se um dos estados mais identificados com pautas de segurança pública; conservadorismo moral; flexibilização ambiental; defesa do agronegócio; e crítica ao Supremo Tribunal Federal.

O crescimento das igrejas evangélicas também alterou significativamente o perfil político do eleitorado goiano. Lideranças religiosas passaram a ocupar espaço relevante nas disputas proporcionais; nas alianças majoritárias; e na mobilização social conservadora. Apesar disso, existem tensões importantes dentro do próprio campo da direita goiana. O bolsonarismo mais ideológico procura preservar influência sobre a sucessão estadual, especialmente através do PL e de setores ligados diretamente à família Bolsonaro. Já o grupo de Caiado tenta construir direita mais institucional, federativa e nacionalmente viável, evitando excessiva radicalização.

No campo progressista, o presidente Lula enfrenta dificuldades históricas em Goiás. O estado possui perfil político mais conservador do que a média nacional, especialmente fora da Região Metropolitana de Goiânia. Mesmo assim, o PT e os partidos da centro-esquerda preservam presença relevante em segmentos sindicais; universidades; movimentos sociais; funcionalismo público; e parte do eleitorado urbano da capital.

A principal dificuldade do campo progressista em Goiás permanece sendo a construção de candidatura estadual altamente competitiva diante da força do conservadorismo regional e da hegemonia política do grupo caiadista.

As pesquisas divulgadas no primeiro semestre de 2026 indicam elevada aprovação do governador Ronaldo Caiado e ampla vantagem do campo





governista no cenário estadual. Entretanto, parte da definição eleitoral ainda dependerá da disputa presidencial; da relação entre Caiado e Bolsonaro; da capacidade de unificação da direita; e da definição das alianças senatoriais.

Na disputa para o Senado Federal, Goiás tende novamente a apresentar eleição de elevada relevância nacional. A renovação de duas vagas transforma o estado em espaço estratégico para o campo conservador. O Senado passou a ocupar papel central na reorganização da direita brasileira, especialmente após os conflitos recentes envolvendo STF, Congresso Nacional e bolsonarismo.

Assim, candidaturas senatoriais em Goiás tendem a se estruturar fortemente em torno da defesa do agronegócio; da segurança pública; do conservadorismo moral; da crítica ao ativismo judicial; e da pauta anti-STF.

O agronegócio goiano desempenha papel decisivo na conjuntura estadual. Goiás consolidou-se como uma das principais potências agropecuárias brasileiras, com forte presença da produção de soja; milho; carnes; cana-de-açúcar; e agroindústria exportadora. Esse crescimento econômico ampliou a influência política do setor ruralista, que passou a exercer forte capacidade de articulação no Congresso Nacional; na Assembleia Legislativa; nas federações empresariais; e nas eleições municipais e estaduais.

Ao mesmo tempo, surgem tensões crescentes relacionadas ao uso da água; à expansão territorial do agronegócio; às mudanças climáticas; e à pressão ambiental sobre o Cerrado. O avanço do desmatamento, a degradação hídrica e os efeitos das secas prolongadas passaram a preocupar inclusive setores econômicos ligados à produção agropecuária.

A segurança pública também deverá ocupar posição central no debate eleitoral. Goiás tornou-se corredor estratégico para circulação de drogas; armas; mercadorias ilícitas; e lavagem de dinheiro, especialmente pela proximidade logística com o Distrito Federal e pelas conexões





rodoviárias nacionais. O crescimento das facções criminosas em cidades médias e regiões periféricas ampliou a pressão sobre as políticas estaduais de segurança.

A eleição goiana de 2026 será fortemente influenciada pela dinâmica nacional da direita brasileira. Goiás provavelmente funcionará como um dos principais laboratórios políticos da disputa conservadora pós-Bolsonaro. O estado reúne agronegócio forte; conservadorismo religioso; direita institucional; bolsonarismo competitivo; e crescente influência parlamentar. Por isso, o resultado eleitoral em Goiás ultrapassa os limites estaduais. A disputa local poderá oferecer importantes sinais sobre a reorganização das direitas; a viabilidade nacional de Ronaldo Caiado; o futuro do bolsonarismo; e a capacidade do conservadorismo brasileiro de construir coalizão presidencial ampla para 2026.

6 A RELAÇÃO ENTRE FÉ E POLÍTICA A PARTIR DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

Observar o contexto histórico, discernir em face das disputas nacionais e regionais e mobilizar-se para agir, com posicionamento ético ao chamado das eleições nacionais de 2026, tema desta Análise de Conjuntura, e no ambiente pastoral a que ela se destina, só justifica se designada a relação incindível entre Fé e Política a partir do magistério da Igreja.

A relação entre fé e política no magistério da Igreja Católica possui um desenvolvimento histórico contínuo, especialmente a partir do seu ensino ou Doutrina Social da Igreja (DSI). O eixo central nunca foi a identificação da Igreja com um partido ou sistema político, mas a defesa da dignidade humana, do bem comum, da justiça social e da paz. A Igreja não tem partido, mas ela tem lado: o dos pobres, daqueles e daquelas que são desprovidos de sua dignidade e de toda possibilidade de integrarem suas dimensões humanas no processo da história.





6.1 Fundamentos históricos da relação entre Fé e Política⁹⁷

Os fundamentos da relação fé e política inscrevem-se no magistério da Igreja desde a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (1891) e nas encíclicas que se lhe seguiram – *Quadragesimo Anno* (1931, Papa Pio XI), *Mater et Magistra* (1961, Papa João XXIII), *Pacem in Terris* (1963, Papa João XXIII), *Populorum Progressio* (1967, Papa Paulo VI), *Laborem Exercens* (1981, Papa João Paulo II) e *Centesimus Annus* (1991, Papa João Paulo II). Contudo cabe destacar a orientação conciliar, a partir da qual tem-se como ponto de inflexão moderno o Concílio Vaticano II, sobretudo com a Constituição *Gaudium et Spes* (1965, Papa Paulo VI, tendo como foco a Igreja no mundo moderno e como temas os problemas sociais, a paz, a política e a economia), de fato, um documento essencial sobre a presença da Igreja no mundo contemporâneo⁹⁸.

É desses fundamentos que se inscrevem na ação pastoral os princípios de que a **política deve estar a serviço da pessoa humana**, de que os cristãos leigos têm responsabilidade direta na vida pública e de que fé e compromisso social não podem ser separados.

6.2 O Magistério do Papa Francisco

O pontificado do Papa Francisco aprofundou a dimensão social e política da fé cristã. Com a *Evangelii Gaudium* (2013), considerada o “programa” do pontificado, o Papa Francisco colocou a “Igreja em saída”, num posicionamento

⁹⁷ Agradecemos à teóloga Alzirinha Rocha de Souza, Doutora em Teologia pela Université Catholique de Louvain, professora e pesquisadora do ITESP – Instituto São Paulo de Ensino Superior e da Faculdade Paulo VI, SP – pela leitura e sugestões de fundo teológico-pastoral que balizam no tópico o modo como se articula a relação fé e política.

⁹⁸ As outras Constituições Apostólicas são a *Sacrosanctum Concilium* (1963), Paulo VI; a *Lumen Gentium* (1964); e a *Dei Verbum* (1965), todas promulgadas pelo Papa Paulo VI.





crítico à economia da exclusão e de denúncia da idolatria do mercado e, portanto, da necessidade de uma política voltada ao bem comum. Aqui aparece uma das marcas de seu magistério, a política como forma elevada de caridade e a rejeição tanto do clericalismo político quanto da neutralidade diante da injustiça⁹⁹.

É ainda do magistério do Papa Francisco (*Laudato Si'*, 2015), ao relacionar crise ambiental, desigualdade social, modelo econômico e responsabilidade política global, as propostas de uma “*ecologia integral*” e de uma “*ética pública global*”, consumadas na *Fratelli Tutti* (2020) como diretriz para a “*política melhor*”, uma política orientada pelo bem comum e pela fraternidade¹⁰⁰, medida pelo diálogo social e pela política como serviço.

Para o Papa Francisco a fé não pode ser reduzida ao âmbito privado e o cristão deve participar da construção social, imprimindo à política os fundamentos éticos derivados de sua vivência conforme os evangelhos

6.3 Documentos pastorais latino-americanos

Na América Latina, a relação entre fé e política ganhou forte dimensão pastoral, especialmente no realizar-se das Conferências Episcopais Latino-Americanas, especialmente as Conferência de Medellín (1968), Conferência de Puebla (1979) e Conferência de Aparecida (2007). Aparecida é particularmente importante porque inaugurada pessoalmente pelo Papa Bento XVI, teve o Cardeal Jorge Mario Bergoglio, depois alçado ao pontificado como Papa Francisco, o presidente da comissão de redação do Documento Final de Aparecida. Nessas

⁹⁹ EG (nº 205): “A política, tão denegrida, é uma sublime vocação”.

¹⁰⁰ FT nº 154: “Para se tornar possível o desenvolvimento duma comunidade mundial capaz de realizar a fraternidade a partir de povos e nações que vivam a amizade social, é necessária a política melhor, a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum. Mas hoje, infelizmente, muitas vezes a política assume formas que dificultam o caminho para um mundo diferente.”





conferências, ao arranque de um episcopado movido pelas exigências de justiça e paz, reafirmou-se a opção preferencial pelos pobres, apoiada numa evangelização de transformação social, fortemente crítica às estruturas de exclusão, com o protagonismo dos leigos investidos de responsabilidade política.

6.4 Primeiras enunciações do Papa Leão XIV

O magistério inicial do Papa Leão XIV no alvorecer de seu primeiro ano de pontificado demonstra continuidade com Francisco, caracterizado por linguagem mais teológica e por sua identidade agostiniana. Segundo as primeiras intervenções públicas e análises pastorais, o Papa insiste na paz e no diálogo internacional, critica a “*diplomacia da força*” e defende a participação ética dos cristãos na política, reafirmando a necessidade de unir fé, razão e responsabilidade pública.

Com notável inspiração em Santo Agostinho e na ideia das duas cidades, tal como já se acentuou em Análises anteriores¹⁰¹, Leão XIV afirma que o cristão não é estranho à política, mas que **a ética cristã deve iluminar a vida pública**, porque paz e justiça exigem compromisso concreto.

Esta Análise se conclui no mesmo momento da promulgação da primeira encíclica do Papa Leão XIV, uma encíclica que se anuncia com o evocativo título *Magnifica Humanitas* numa indicação de que Leão XIV quer colocar desde o início de seu pontificado uma questão central sobre a mesa, como deve responder a Igreja a uma nova era tecnológica que ameaça redefinir o trabalho, a guerra, a educação e a própria compreensão do ser humano.

¹⁰¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *A conjuntura internacional em 2026 – a única constante é a mudança*. 4 fev. 2026. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/Analise-de-Conjuntura-Social-A-CONJUNTURA-INTERNACIONAL.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.





Às vésperas de sua promulgação, na solenidade de Pentecostes, o Papa exortou a Igreja a ser capaz de dialogar com os tempos que mudam¹⁰². Nessa disposição, inevitavelmente, a articulação ética e teológica entre fé e política persiste em se constituir o verdadeiro núcleo doutrinário de *Magnifica Humanitas*. Longe de ser um tratado meramente técnico sobre inteligência artificial, o documento utiliza a virada tecnológica como um chamado urgente à ação pastoral no espaço público. O Papa Leão XIV rejeita a neutralidade dos algoritmos e das estruturas transnacionais de poder, sustentando que as escolhas que guiam a automação do trabalho, a governança digital e a guerra cibernética carregam profundas implicações morais. Para a Igreja, a fé não pode se omitir perante a tecnocracia. Ela exige uma postura ética ativa que oriente as decisões políticas em direção à salvaguarda da dignidade humana.

A Encíclica *Magnifica Humanitas* vai permanecer como uma exigência de estudo aprofundado a partir do chamamento à responsabilidade, ao diálogo e à esperança no sentido de que os valores humanos e espirituais guiem o agir para discernir o horizonte de futuro desafiado pela tecnologia, por isso ela apresenta

¹⁰² "Somos chamados a contemplar o dom do Espírito Santo, derramado em abundância sobre a Igreja nascente e, hoje, novamente dado aos seus membros, como luz e força que os acompanha em todas as situações da vida. O Espírito abre as portas. Quais seriam essas portas? "A primeira porta é a do próprio Deus, no sentido em que nos abre o acesso ao mistério de Deus, revelado em Jesus Cristo". Com o dom do seu Espírito, Deus nos concede a verdadeira fé e nos faz compreender o sentido das Escrituras. E não só, pois nos ajuda a fazer uma experiência pessoal de Deus e a encontrá-Lo em Jesus e não apenas na observância de uma lei. A segunda porta é a do Cenáculo, ou seja, da Igreja: "Sem o fogo do Espírito, a Igreja permanece prisioneira do medo, assustada diante dos desafios do mundo, fechada em si mesma e, por isso, incapaz de dialogar com os tempos que mudam. O Espírito abre as portas da Igreja para que esta seja acolhedora e hospitaleira em relação a todos, mesmo aqueles que fecharam as portas a Deus, aos outros, à esperança e à alegria de viver." Por fim, o Espírito Santo abre as portas dos nossos corações, ajudando-nos a vencer as resistências, os egoísmos, as desconfianças e os preconceitos, e tornando-nos capazes de viver como filhos de Deus e irmãos uns com os outros. "Irmãos e irmãs, também nos nossos dias, especialmente neste dia de Pentecostes, devemos invocar o Espírito Santo, para que Ele abra as portas que permanecem fechadas. Precisamos de redescobrir Deus como Pai que nos ama, de edificar uma Igreja onde todos se sintam em casa e de fazer crescer um mundo fraterno, onde reine a paz entre todos os povos." <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2026-05/papa-leao-xiv-regina-caeli-pentecostes-2026.html>, acesso em 24/05/2026.





como ideia central a defesa da dignidade da pessoa humana diante dos desafios da inteligência artificial e da revolução digital. O Papa afirma que a técnica deve servir ao ser humano e ao bem comum, jamais substituir a pessoa ou reduzir sua vida a dados, eficiência e lucro. A Encíclica contrapõe dois caminhos. O da desumanização, marcado pelo orgulho tecnológico e pela exclusão, e o da fraternidade, construído pela cooperação, solidariedade e presença de Deus. Entre os princípios fundamentais destacados estão a dignidade humana, a justiça social, a solidariedade, a subsidiariedade, a destinação universal dos bens, o cuidado da Casa Comum e a centralidade do trabalho humano.

O Papa alerta para os perigos do poder tecnológico concentrado, das desigualdades sociais, da cultura do descarte e da perda da dimensão espiritual da vida. Por isso, faz um forte apelo ao diálogo entre Igreja, política, ciência e sociedade, afirmando que a fé não pode ser confinada ao âmbito privado¹⁰³. Leão XIV ensina que a Igreja deve colaborar com a sociedade civil e com as instituições políticas na promoção da dignidade humana e do bem comum, respeitando a autonomia do Estado, mas sem permanecer indiferente aos sofrimentos dos povos¹⁰⁴. A mensagem final da encíclica é um convite à esperança e à

¹⁰³ MH n. 20. “O chamamento e o compromisso de caminhar com a humanidade no concreto da história levam a Igreja a reconhecer que as realidades terrenas possuem consistência e ordem próprias. O Concílio Vaticano II expressou, com particular precisão, este princípio na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, cujo 60º aniversário celebramos com grata memória no passado dia 7 de dezembro de 2025: ‘Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios [...] é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia’.¹⁰ Esta afirmação mostra como a criação traz impressa uma bondade originária que o olhar humano deve guardar, cultivar e fazer amadurecer. Neste horizonte, a Igreja oferece-se como uma presença que ajuda a ler em profundidade a realidade, apoiando com humilde firmeza as escolhas que promovem a dignidade de cada pessoa, a coesão das comunidades e o bem de todos. Assim, ela coloca-se ao lado do mundo sem se lhe sobrepor, para que em cada circunstância humana possa germinar a promessa de justiça e paz, que o Espírito Santo continua a suscitar no coração da humanidade”.

¹⁰⁴ MH n. 21: “Ao reconhecer que Deus acompanha a liberdade dos seres humanos no desenrolar da história, o Concílio Vaticano II afirmava a distinção entre comunidade eclesial e comunidade política, salientando como cada uma delas deve agir em completa autonomia. Logo, a presença da Igreja no mundo manifesta-se também na sua relação com a sociedade civil e com as instituições públicas. Ao dialogar com elas, a Igreja reconhece o valor das realidades sociais e





corresponsabilidade, como condições para construir uma sociedade mais justa, humana e fraterna, colocando Deus no horizonte das escolhas e a pessoa humana no centro de seu projeto de emancipação.

6.5 Fé e Política no magistério contemporâneo da Igreja

A partir de Francisco e das primeiras manifestações de Leão XIV, percebe-se uma continuidade entre eles, no sentido de que fé e política são distintas, mas não separadas. Sem se identificar com ideologias, a Igreja, portanto, todo o corpo dos batizados, tem como responsabilidade o anúncio do Evangelho, que implica uma responsabilidade política, na busca pelo bem comum e da justiça social, corolários da paz. Por isso, “a política melhor” é aquela que engaja na denúncia das estruturas de exclusão, na defesa da fraternidade, na necessidade de uma ética pública inspirada pela dignidade humana, com a valorização da participação política responsável dos cristãos.

6.6 O Movimento Fé e Política no Brasil

No Brasil, o Movimento Fé e Política constitui-se historicamente a partir da aproximação entre setores da Igreja Católica, especialmente inspirados pela Doutrina Social da Igreja, pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas e pela

políticas, respeitando as suas responsabilidades e apoiando tudo o que protege a vida das pessoas e o que reforça os alicerces do tecido social. A Igreja não pretende assumir as funções que competem ao Estado; pelo contrário, estima o serviço deste ao bem comum e reconhece com convicção a responsabilidade que as instituições civis exercem na sociedade. Ao mesmo tempo, a missão que lhe foi confiada leva-a a não permanecer distante dos sofrimentos concretos dos homens e das mulheres do nosso tempo. A sua cercania não nasce da intenção de substituir as instituições, nem muito menos de uma crítica implícita à sua ação, mas brota da caridade evangélica, que a impele a aproximar-se das feridas da humanidade quando se manifestam com maior gravidade. Ao intervir, fá-lo imitando o bom Samaritano, com discrição e proximidade, consciente de que, quanto surge duma necessidade imediata não pode transformar-se em norma, nem substituir as responsabilidades institucionais próprias da comunidade civil”.





Teologia Latino-Americana, que buscou a dignidade dos povos do continente através das lutas sociais e populares surgidas sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980. Seu desenvolvimento está ligado ao contexto da ditadura militar brasileira, quando comunidades eclesiais e as CEBs, pastorais sociais, agentes pastorais, religiosos e leigos passaram a atuar junto aos pobres, trabalhadores rurais, movimentos urbanos e organizações populares em defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça social.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teve papel decisivo nesse processo ao incentivar a participação dos cristãos na transformação da sociedade a partir da fé cristã e do compromisso com o bem comum.

O Movimento Fé e Política (MFP) se estrutura como uma articulação ampla de cristãos, grupos pastorais, centros de formação, movimentos populares, intelectuais e militantes comprometidos com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária. Sua vinculação ocorre principalmente com a Doutrina Social da Igreja, com os documentos do Concílio Vaticano II, especialmente *Gaudium et Spes*, com as conferências de Medellín, Puebla e Aparecida, além do magistério do Papa Francisco, sobretudo em *Evangelii Gaudium* e *Fratelli Tutti*.

No Brasil, a concretização do MFP se deu por meio das pastorais sociais como a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, a Pastoral Operária, População em Situação de Rua e outras tantas iniciativas ligadas à promoção dos direitos humanos e da cidadania. Se compreende que fé e política são dimensões distintas, porém inseparáveis na vivência cristã, uma vez que o Evangelho possui consequências sociais e históricas. Assim, procura formar cristãos conscientes de sua responsabilidade pública, incentivando a participação





cidadã, o combate às desigualdades, a defesa da democracia, a promoção da dignidade humana e o cuidado com os pobres e excluídos¹⁰⁵.

6.7 O 13º Encontro Nacional de Fé e Política

Outro momento de concretização da práxis cristã, se deu em 24 a 26 de abril de 2026, em São Bernardo do Campo (SP), no Ginásio Poliesportivo Adib Moysés Dib, no 13º Encontro Nacional de Fé e Política. Perseverando no seu carisma de aproximar espiritualidade cristã, participação popular e compromisso democrático, o tema do encontro foi *“Fortalecer a Democracia, o Esperançar e o Bem Viver”*. O evento reuniu cerca de 1.300 participantes entre lideranças religiosas, movimentos populares, pastorais sociais, sindicatos, intelectuais, juventudes, organizações ecumênicas e representantes políticos.

Com enunciados que apontam para *“a política melhor”*, tão relevante para as vésperas de eleições nacionais, a Carta Compromisso do 13º Encontro Nacional de Fé e Política, lançada ao final¹⁰⁶ consolida uma profunda articulação coletiva

¹⁰⁵ Para uma localização contextualizada que articule fundamentos e organicidade, remete-se a PINHEIRO, José Ernanne. *Memória e missão. Experiências de vida*. São Paulo: Paulinas, 2009. No capítulo *Centro Nacional Fé e Política "Dom Helder Câmara" (CEFEP)*, o padre José Ernanne Pinheiro, antigo auxiliar de Dom Helder em Recife e assessor político da CNBB, no momento constituinte e em outros períodos, resgata a trajetória e o propósito fundamental desse organismo da Igreja Católica no Brasil, do qual foi um dos fundadores. A narrativa central baseia-se na premissa de que a política é uma das formas mais elevadas da caridade cristã, uma vez que se destina à busca pelo bem comum e pela justiça social. Sob essa ótica, o autor detalha como o CEFEP foi estruturado para superar o distanciamento histórico entre fé e engajamento social, atuando como um espaço vital para a formação ética e cidadã de cristãos leigos e leigas. O texto enfatiza a expansão das Escolas de Fé e Política por todo o território nacional, as quais adotam uma metodologia que articula a análise crítica da realidade brasileira, os princípios bíblicos e o Ensino Social da Igreja. Ao homenagear Dom Helder Câmara, com quem o padre Ernanne conviveu de perto durante quase duas décadas, o relato celebra o legado de uma espiritualidade profundamente encarnada e comprometida com a libertação dos pobres e marginalizados. Seu depoimento sintetiza o papel do Centro na consolidação da democracia e da cidadania participativa no país, reafirmando que o verdadeiro testemunho cristão exige uma atuação concreta, organizada e destemida na transformação das estruturas sociais e na erradicação das injustiças.

¹⁰⁶ Para a leitura da íntegra da Carta: <https://fepolitica.org.br/wp-content/uploads/2026/04/13o-ENFP-Carta-Compromisso-Final.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2026.





direcionada à transformação estrutural do Brasil. Tendo como norte o lema "*Fortalecer a Democracia, o Esperançar e o Bem Viver*", o documento final reflete as deliberações de movimentos sociais, militantes e lideranças de base guiados por uma espiritualidade encarnada na realidade do povo.

O manifesto enfatiza o conceito freiriano de "esperançar" como uma força ativa e comunitária que recusa a passividade e combate frontalmente o avanço das narrativas de extrema direita e os discursos de ódio. Em sua dimensão prática, a *carta* reafirma a urgência de blindar a democracia participativa e assegurar o protagonismo dos setores historicamente marginalizados nas decisões públicas do país. O texto dedica atenção rigorosa à superação da violência patriarcal, exigindo o fim do feminicídio e a promoção dos direitos fundamentais das mulheres nos territórios. Paralelamente, apoia de forma irrestrita pautas laborais contemporâneas urgentes, a exemplo da redução da jornada de trabalho e da extinção definitiva da escala de trabalho 6x1.

O documento também abraça as demandas fundamentais dos movimentos do campo e das periferias, sublinhando o direito à moradia digna, a necessidade da reforma agrária e a demarcação das terras dos povos tradicionais. No âmbito global, a *carta* manifesta clara solidariedade internacional ao posicionar-se contra o genocídio na Palestina e rejeitar as violações à soberania dos povos. Por fim, a síntese do encontro consagra a política como a expressão máxima do amor social e do cuidado com o próximo. Assim, as resoluções estabelecidas convocam cada participante a retornar às suas comunidades locais cientes de sua missão transformadora. O compromisso firmado projeta o Bem Viver como um horizonte viável por meio de redes sólidas de solidariedade¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Chico Whitaker, no encerramento do evento, ofereceu a conexão entre ação pastoral e exigências éticas para a política. Durante a última sessão do Concílio Vaticano II, em Roma, os bispos brasileiros elaboraram o paradigmático Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto (PPC). O objetivo era traduzir os ensinamentos ecumênicos e sociais do Vaticano II para a realidade brasileira. É aqui que entra a contribuição crucial de Francisco Whitaker. Como leigo e especialista





7 CONCLUSÕES, SINAIS e LUGARES DE ESPERANÇA

Em setembro de 2024, em seguida às eleições, a Análise de Conjuntura Social oferecida ao episcopado teve como tema *Eleições Municipais de 2024: entre a política nacional e agenda local*¹⁰⁸. Nela, por instigação da interpretação do processo democrático realizado com o pleito municipal que capilarizava o agir político da sociedade, vislumbrou-se aqueles sinais de esperança, antevistos pela constituição pastoral *Gaudium et Spes* na sua orientação aos que já estão na

em planejamento sociopolítico, Whitaker ajudou a formular metodologias que transformavam os grandes desejos teológicos em linhas de ação concretas, metas avaliáveis e divisões regionais integradas. O plano foi o mecanismo que permitiu à CNBB descentralizar suas decisões e dar voz às bases. Essa engrenagem altamente articulada foi o que deu à Igreja e a leigos engajados — como o próprio Whitaker — a expertise de organização comunitária necessária para recolher milhões de assinaturas populares em prol de emendas que integraram a Constituição Federal de 1988. A preocupação central foi a crise de representatividade da democracia brasileira e a necessidade urgente de reconstrução ética do poder legislativo por meio da participação cidadã consciente. Partindo de sua longa trajetória na Ação Católica e na Comissão Brasileira Justiça e Paz, Whitaker chamou atenção para o fato de que a população brasileira concentra excessivamente sua atenção nas eleições presidenciais e negligencia a escolha de deputados e senadores, justamente os responsáveis pela elaboração das leis que estruturam o Estado democrático. Segundo ele, essa pouca vigilância popular favoreceu historicamente a entrada de grupos oportunistas no Parlamento, transformando a política em espaço de enriquecimento pessoal e reprodução de privilégios. O destaque foi para a prática da compra de votos que constitui uma deformação histórica da democracia brasileira, presente desde o Império, perpetuada pela fragilidade dos mecanismos de fiscalização e naturalizada culturalmente ao longo de quase dois séculos. Whitaker lembrou que, embora a compra de votos sempre tenha sido crime, a ausência de instrumentos eficazes de punição permitiu que práticas clientelistas se espalhassem pelo país, criando currais eleitorais sustentados pela pobreza, pela desinformação política e pela dependência social. Nesse contexto, o poder econômico passou a distorcer a representação popular, excluindo trabalhadores, negros e mulheres da composição efetiva do Congresso Nacional. A principal conclusão de sua intervenção foi a convocação para uma nova mobilização nacional de cidadania ativa, capaz de reorganizar coletivos populares de fiscalização eleitoral em todos os estados do país. Whitaker defendeu que a democracia somente poderá ser fortalecida se os cidadãos acompanharem criticamente as campanhas eleitorais, denunciarem abusos de poder econômico e combaterem sistematicamente a compra de votos. Para ele, não basta criticar genericamente o Congresso; é necessário transformar sua composição por meio do voto consciente e da pressão popular organizada. Sua fala reafirmou a política como responsabilidade ética da sociedade civil e retomou uma das tradições centrais do Movimento Fé e Política: unir consciência cristã, participação popular e defesa radical da democracia.

¹⁰⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Eleições municipais: setembro de 2024*. Brasília, DF: CNBB, 2024. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/ELEICOES-MUNICIPAIS-setembro-de-2024.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.





política ou que nela pretendem ingressar no sentido de que “preparem-se para ela; e procurem exercê-la sem pensar no interesse próprio ou em vantagens materiais. Procedam com inteireza e prudência contra a injustiça e a opressão, contra o arbitrário domínio de uma pessoa ou de um partido, e contra a intolerância. E dediquem-se, com sinceridade e equidade, mais ainda, com caridade e fortaleza política, ao bem de todos” (cf. GS, n. 75).

Às vésperas de um **novo período eleitoral, nacional**, mais que nunca o exercício de uma **cidadania ativa** com vistas à consolidação da democracia e dos valores da Doutrina Social da Igreja, abre a esperança para o apelo que o Papa Leão XIV faz para que os critérios de justiça e solidariedade, derivados da fé, guiem as escolhas dos cidadãos-eleitores de modo a que a articulação ético-política se torne um escudo contra a desumanização dos processos de decisão e de regulação institucional-estatal.

A Igreja brasileira caminha em torno da relação entre voto e esperança. A partir dos “Encontros de Reflexão e Oração Sobre as Eleições 2026”, o CEFEP oferece reflexões cristãs sobre democracia, ética, desinformação e voto responsável à luz da Doutrina Social da Igreja¹⁰⁹. No mesmo sentido, a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) lidera a campanha “Eu Voto pela Amazônia”, com foco na mobilização cidadã e na incidência ética em defesa da Amazônia, seus povos e territórios, em conjunto com a Cáritas Brasileira, a CEPAST/CNBB, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental e a WWF Brasil¹¹⁰.

A defesa da Lei da Ficha Lima visa promover a ética na política, conquista democrática fundamental. A CNBB, com participação da CNBB em sua defesa no Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.881 (DF),

¹⁰⁹ Cf. <https://cepastcnbb.org.br/cepast/cartilha-propoe-encontros-de-reflexao-e-oracao-sobre-as-eleicoes-2026/>. Acesso em 28 mai. 2026.

¹¹⁰ Cf. <https://repam.org.br/repam-articula-retomada-das-campanhas-amazoniza-te-e-eu-voto-pela-amazonia-para-2026/>. Acesso em 28 mai. 2026.





na condição de *amicus curiae*, em conjunto com o MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, faz parte deste esforço da sociedade civil.

É diante dessas ações concretas que a fé cristã deixa de ser uma vivência restrita à esfera privada e passa a exigir uma **postura ética ativa no espaço público da política**. É o enlace entre a fé e a política.

No livro *Transformações Teológicas na América Latina: Novos horizontes para a libertação*, organizadores e organizadoras, autores e autoras, inscrevem como núcleo irradiador da obra, a urgência de refundar os horizontes teológicos de emancipação social diante das complexidades do século XXI, incorporando ao seu tradicional eixo socioeconômico as dimensões do pluralismo religioso, do clamor ecológico, das questões de gênero e das subjetividades periféricas. Esse argumento renovado conecta-se diretamente com a dimensão pastoral ao propor que o agir cristão não pode se fragmentar: a ética e a política não são esferas secundárias da fé, mas sim exigências intrínsecas e indissociáveis do seguimento de Jesus Cristo. Na prática comunitária, essa articulação pastoral se traduz em uma espiritualidade encarnada que rejeita o individualismo e assume a defesa da democracia, dos direitos dos marginalizados e o cuidado com a Casa Comum como compromissos teológicos inegociáveis, transformando a mística cristã em ação transformadora e em fidelidade histórica ao Reino de Deus¹¹¹.

¹¹¹ BRASILEIRO, Eduardo; SOUZA, Robson Sávio Reis; ALMEIDA, Rachel de Castro; ALVES, Claudemir Francisco (Orgs). *Transformações Teológicas na América Latina: Novos horizontes para a libertação*. São Paulo: Editora Paulus, 2023. No prefácio do livro, intitulado "Uma jornada fundada na alegria e na esperança: 18 anos do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp)", seus autores Claudemir Francisco Alves, Robson Sávio Reis Souza, Rachel de Castro Almeida, destacam que a exigência de conectar fé e política para a libertação fundamenta-se na construção histórica de uma cidadania ativa e solidária, que recusa o conformismo diante das injustiças. O texto ressalta que o engajamento sociopolítico não é um apêndice da experiência de fé, mas sim a expressão viva e concreta de uma caminhada guiada pela esperança cristã, que se faz presente nas lutas populares e na transformação das realidades de opressão na América Latina. O prefácio enfatiza que a articulação entre o saber teológico e a ação política serve para iluminar as estruturas sociais, mostrando que a busca por emancipação e direitos humanos é um imperativo evangélico indispensável para a verdadeira libertação dos povos.





Grande sinal de esperança é a expectativa em torno de *Magnifica Humanitas*, a primeira encíclica do Papa Leão XIV. Com a expectativa a esperança de que o pontífice traga para o centro dos mais complexos desafios da contemporaneidade a própria condição humana, para que as exigências pastorais se vejam convocadas para buscar **articular eticamente fé e política**, não como um elemento secundário, mas como uma exortação para que a política volte a se constituir um mediador moral capaz de refrear o egoísmo, a ganância, hedonismo, em prejuízo ao bem comum.

O Papa propõe um resgate da política por meio de uma **ética da fraternidade e da amizade social**. Um profundo apelo para que a política seja revitalizada por valores éticos universais, garantindo que o progresso sirva à emancipação humana. Reverbera desse sinal a relação de continuidade com a Doutrina Social da Igreja, consolidada pelos documentos pontifícios e pastorais, resenhados na encíclica, e a partir deles, a legitimação do enlace entre fé e política, como um programa relevante para ser estudado, seguido e realizado pela Igreja.

Pensando o horizonte eleitoral que se descortina no Brasil, tal como postos em relevo nesta análise, sinais concretos de esperança já podem ser percebidos para o discernimento do agir cidadão e eleitoral que galvanizará o país. O primeiro deles é o **reaparecimento**, em diferentes espaços da sociedade civil, de uma **consciência democrática mais vigilante**, capaz de compreender que a política não pode continuar reduzida à disputa de poder, ao apelo ideológico ou ao simples confronto de extremismos. Cresce, sobretudo entre jovens, pastorais sociais, movimentos populares, universidades e organizações comunitárias, a percepção de que a **democracia exige participação cotidiana**, fiscalização cidadã e compromisso ético permanente.

Outro sinal importante encontra-se na retomada de iniciativas de formação política inspiradas na Doutrina Social da Igreja, especialmente nas Escolas de Fé e





Política (e Cidadania), nas diversas pastorais, movimentos e comunidades, nas articulações comunitárias que procuram unir espiritualidade, consciência crítica e compromisso social. Em um tempo marcado pela disseminação da desinformação, pelo individualismo e pela cultura do ódio, torna-se profundamente esperançador o esforço de **reconstruir espaços de diálogo**, escuta e discernimento coletivo.

Também constitui sinal de esperança o fortalecimento de pautas ligadas à dignidade humana, ao cuidado ambiental, aos direitos dos povos indígenas, à superação da fome e das desigualdades e à defesa da democracia participativa. Ainda que permaneçam fortes as pressões econômicas, os fundamentalismos políticos e a instrumentalização religiosa, percebe-se o crescimento de uma **consciência ética** que rejeita a naturalização da violência, do racismo, da misoginia e da exclusão social. Nesse contexto, o apelo do Papa Leão XIV para que a fé não permaneça confinada ao espaço privado ressoa como convocação concreta à responsabilidade pública dos cristãos.

Há igualmente esperança no fato de que muitos cristãos, leigos e batizados, começam a redescobrir que o Evangelho possui consequências sociais e históricas, e que seguir Jesus implica assumir **compromisso efetivo com a justiça, a paz e o bem comum**. Isso aparece na valorização crescente da política como serviço, na defesa do voto consciente, no combate à compra de votos e na mobilização contra a manipulação das consciências promovida por interesses econômicos, também no mundo digital.

Por fim, um sinal particularmente significativo é a retomada da fraternidade como horizonte ético da vida pública. Em meio às polarizações e à fadiga social, cresce o desejo de reconstruir pontes, fortalecer os vínculos comunitários e recolocar a dignidade humana acima da lógica do lucro, da intolerância, da espetacularização e da tecnocracia midiática, principalmente a de pretensão evangelizadora. A **esperança cristã**, neste cenário, não se confunde com





ingenuidade política, mas se manifesta como disposição concreta de participar da história, iluminando as escolhas coletivas com os valores do Evangelho, para que a política volte a ser instrumento de cuidado, justiça e promoção da dignidade da vida, amplamente considerada e “em abundância” (Jo 10,10).

Diante dos sinais, é tempo de cuidar e cultivar os “lugares de esperança”¹¹², como o Salmo 46 nos ensina. Pela fé e pela esperança tem-se acesso a um futuro que ainda não se vê, mas se sente e vive-se de modo novo. É o que disse o Papa Bento XVI na sua Encíclica *Spe salvi*: “O fato de este futuro existir muda o presente: o presente é tocado pela realidade futura, e assim as coisas futuras derramam-se naquelas presentes e as presentes, nas futuras”¹¹³.

Diante da realidade presente, e com muito desejo pela paz, somos convidados a construir diariamente os lugares em que a esperança nos permite superar contextos, cenários e disputas nacionais para **além do imediato**. Quando, no mesmo momento, o transcendente deixa lugar para o imanente, sem qualquer esperança, sem qualquer razão para algo além do que é mostrado, ressurge a esperança cristã, vivida na fé e iluminada pelo futuro de Deus que vem. Mesmo com toda a esperança contrária que possa surgir em torno a ela (cf. Rm 4,18).

A esperança cristã não é um lugar fora da história. Ela é convivência, consistência e coerência em meio a ela para que, se necessário for, mude o rumo da própria história. É o lugar onde a **presença de Deus** transforma o medo em confiança, o conflito em reconciliação e a crise em esperança.

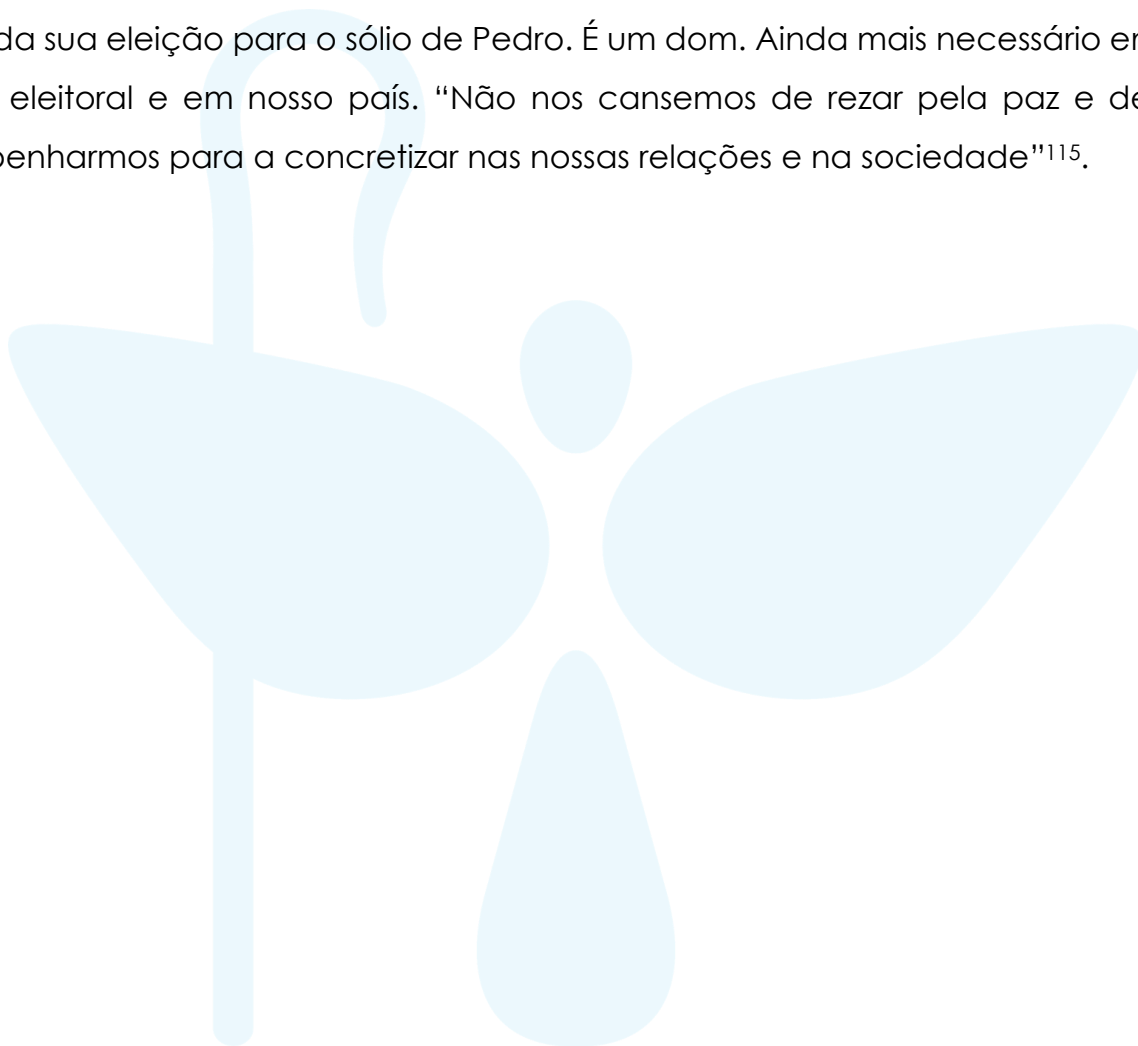
¹¹² “Ainda que a terra estremeça e as montanhas desabem no fundo do mar...” (Sl 46,3); “Há um rio cujas correntes alegam a cidade de Deus, o santuário das moradas do Altíssimo. Deus está no meio dela: jamais será abalada” (Sl 46,5-6). Ao longo da tradição bíblica, a Cidade de Deus se torna um símbolo muito mais amplo: o espaço onde Deus habita com seu povo, onde a vida vence o medo, onde a justiça é mais forte que a violência e onde a esperança resiste mesmo quando tudo parece ruir. Ela não é definida por muralhas, mas pelas pessoas que confiam em Deus, praticam a justiça e cuidam dos mais frágeis. É uma esperança social e comunitária.

¹¹³ BENTO XVI. *Spe salvi*, n. 7. Disponível em https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20071130_spe-salvi.html. Acesso em 28 mai. 2026.





Este é o nosso desafio cotidiano. Transformar nosso lugar em um tempo de paz, em um sinal e em uma realidade. Para repetir o Papa Leão XIV, “esta é a paz de Cristo Ressuscitado, uma paz desarmada e uma paz que desarma, que é humilde e perseverante¹¹⁴. Com estas palavras, ele saudou a Igreja e o mundo no dia da sua eleição para o sôlio de Pedro. É um dom. Ainda mais necessário em um ano eleitoral e em nosso país. “Não nos cansemos de rezar pela paz e de nos empenharmos para a concretizar nas nossas relações e na sociedade”¹¹⁵.



¹¹⁴ LEÃO XIV. *Primeira Bênção Urbi et Orbi do Papa Leão XIV*. (8 de maio de 2025): AAS 117 (2025), 660. Disponível em <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/urbi/documents/20250508-prima-benedizione-urbietorbi.html>. Acesso em 28 mai. 2026.

¹¹⁵ MH, n. 228.

